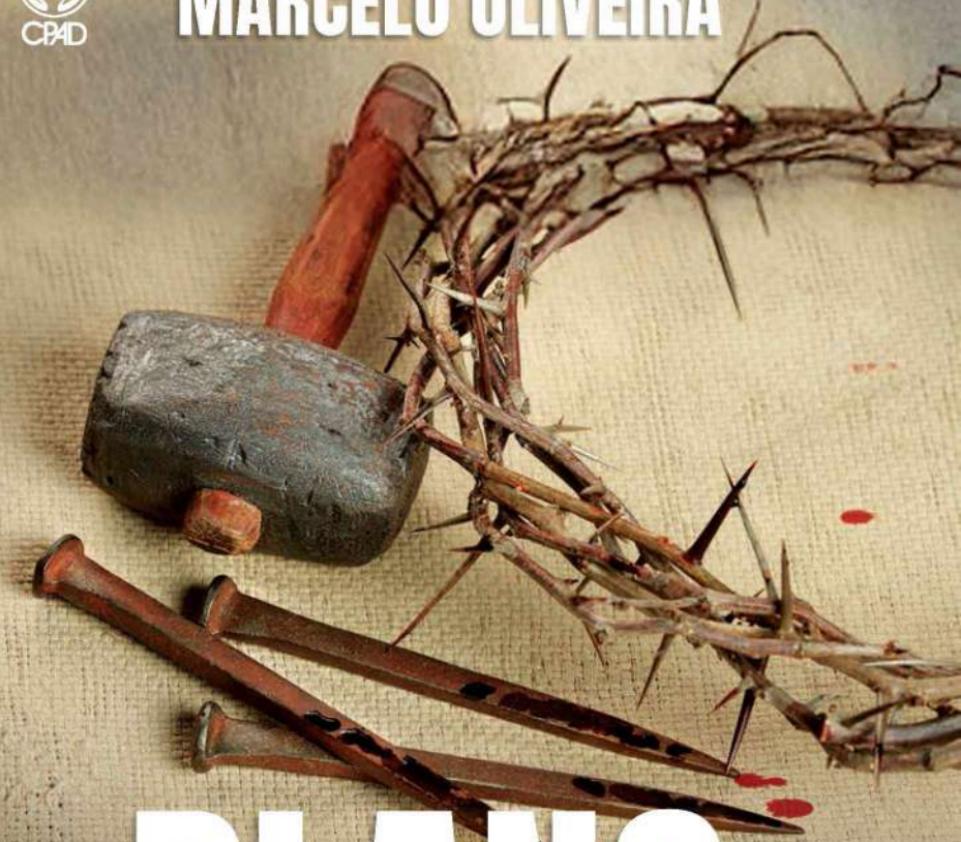




MARCELO OLIVEIRA



PLANO PERFEITO

A Salvação da Humanidade,
a Mensagem Central das Escrituras

MARCELO OLIVEIRA

**PLANO
PERFEITO**

**A Salvação da Humanidade,
a Mensagem Central das Escrituras**

1^a Edição



Rio de Janeiro
2025

Todos os direitos reservados. Copyright © 2025 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na *web* e outros), sem permissão expressa da Editora.

Preparação dos originais: Miquéias Nascimento

Revisão: Daniele Pereira

Capa e projeto gráfico: Elisangela Santos

Editoração: Elisangela Santos

CDD: 220 – Bíblia

ISBN: 978-65-5968-588-2

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 2009, da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso *site*: <http://www.cpad.com.br>.

SAC — Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-021-7373

Casa Publicadora das Assembleias de Deus
Av. Brasil, 34.401, Bangu, Rio de Janeiro – RJ
CEP 21.852-002

1^a edição: 2025
Impresso no Brasil
Tiragem: 45.000

AGRADECIMENTOS

A Deus, Autor e Consumador da fé, pelo privilégio de permitir-me exercer o ministério da página impressa. Toda honra e glória sejam dadas a Ele, de quem procedem todas as boas dádivas.

À minha amada esposa, Gilmara Oliveira, companheira de jornada, cujo amor paciente, compreensão terna e carinho constante são reflexos da graça de Deus em minha vida. Em cada passo, você é bênção que me sustenta e presente divino que enriquece minha caminhada.

À Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), na pessoa do Dr. Ronaldo Rodrigues de Souza, diretor executivo, expresso minha sincera gratidão pela confiança depositada e pela honrosa oportunidade de servir como instrumento disponível na obra de Deus; e ao Pr. Alexandre Coelho, gerente de Publicações, registro meu reconhecimento de parceria e diligente condução no ministério da página impressa.

Ao pastor Elias Torralbo, cuja generosa disposição em aceitar o convite para escrever o prefácio desta obra enriquece ainda mais estas páginas. Oro para que o Senhor continue a abençoar copiosamente o seu precioso ministério e a usar a sua vida com graça e poder para a edificação do Corpo de Cristo e o avanço do Reino de Deus.

À igreja em que concreto, Assembleia de Deus em Dr. Augusto Vasconcelos (ADAV-RJ), pelo privilégio de servir ao Senhor na sua obra e pela comunhão fraterna que tanto fortalece minha fé e vocação.

APRESENTAÇÃO

Será que existe uma resposta para o maior dilema humano: “Como posso ser salvo?” (At 16.30)? Haverá um caminho seguro que conduz à vida eterna? Afinal, existe uma esperança capaz de vencer a culpa, a morte e a separação de Deus?

Essas perguntas ecoam no coração de cada pessoa que, ao olhar para o futuro, percebe que a vida é cheia de escolhas, responsabilidades e desafios. Não são questões teóricas, pois tratam da própria essência da existência humana. A Bíblia responde de forma clara e poderosa: sim, há uma resposta, e ela está na salvação que vem de Deus, revelada em Jesus Cristo e aplicada pelo Espírito Santo.

A salvação é o maior tema das Escrituras, o fio dourado que percorre de Gênesis ao Apocalipse, revelando o amor e o plano redentor de Deus para a humanidade. Não há assunto mais vital para a fé cristã do que esse. O próprio Senhor Jesus declarou que veio ao mundo para “buscar e salvar o que se havia perdido” (Lc 19.10). Por isso, compreender a doutrina bíblica da salvação não é apenas um exercício intelectual, mas uma questão de vida eterna. É conhecer o coração de Deus, entender a obra de Cristo e experimentar a transformação operada pelo Espírito Santo. É exatamente sobre essa salvação que nos debruçamos ao longo deste livro. Esta obra foi preparada para ajudar você, querido leitor, prezada leitora, a compreender e a viver essa verdade central do evangelho. A organização do conteúdo segue uma ordem intencional, que esperamos facilitar sua compreensão e fortalecer sua fé.

Iniciamos, no **Capítulo 1**, apresentando o **sentido bíblico da salvação**, mostrando que esta não se limita a um livramento do castigo eterno, mas é um projeto divino abrangente, que inclui justificação, regeneração, santificação e consumação. A salvação é presente e futura, graça que já experimentamos e esperança que ainda aguardamos. Contudo, para compreender a grandeza desse dom, é preciso antes entender a seriedade da condição humana sem Deus.

Por isso, no **Capítulo 2**, tratamos a respeito do **problema do pecado**. A Bíblia afirma que “todos pecaram e destituídos estão da

glória de Deus” (Rm 3.23). O pecado não é apenas uma falha moral, mas também uma condição espiritual que afasta o ser humano do Criador, trazendo culpa, vergonha, sofrimento e morte. Reconhecer essa realidade é o primeiro passo para receber a salvação.

Com essa base, seguimos para a revelação do próprio Deus. O **Capítulo 3** apresenta-nos a **natureza do Deus que salva**. Aqui, refletimos sobre o caráter santo, justo e amoroso do Senhor, que, mesmo ofendido pelo pecado humano, não desistiu da sua criação. O plano da salvação nasce do coração de Deus, que é rico em misericórdia e fiel nas suas promessas. A partir daí, seguimos a ordem revelada da Santíssima Trindade operando na obra de salvação.

O **Capítulo 4** aborda a **salvação e a justificação**, mostrando como Deus Pai declara justo o pecador arrependido por meio da fé. O **Capítulo 5** leva-nos ao centro do plano redentor: **Jesus Cristo e o sacrifício perfeito**. Nele contemplamos a reconciliação com Deus, que foi realizada no Calvário. Cristo é o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo, o Mediador que, com a sua morte e ressurreição, garantiu nossa redenção. Em seguida, o **Capítulo 6** apresenta a atuação indispensável do Espírito Santo, que **opera a regeneração e a santificação**. Ele aplica em nós a obra realizada por Cristo, transformando o coração, concedendo nova vida e conduzindo o crente no caminho da santidade.

Depois de apresentar a ação das três Pessoas da Trindade na salvação, o estudo volta-se para aspectos centrais da experiência cristã. O **Capítulo 7** fala da **graça de Deus**, o favor imerecido que nos alcança, revelando que a salvação não é uma conquista humana, mas um dom divino.

Os **Capítulos 8 e 9** tratam de dois temas intimamente relacionados: **eleição e livre-arbítrio**, respectivamente. Aqui seguimos fielmente a *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*, que ensina que a imagem de Deus foi distorcida pelo pecado, mas não aniquilada. Assim, o ser humano caído ainda traz consigo a marca do Criador, exercendo certa autonomia (Livre-Arbítrio). Essa autonomia, contudo, não é suficiente para a salvação, que depende da graça preventiva — aquela graça que antecede a decisão humana, tornando possível o arrependimento e a fé. Esse ponto é fundamental: o ser humano, por si só, não pode salvar-se; necessita do agir divino. No entanto, pela graça, pode responder ao chamado de Deus.

É nessa perspectiva que o **Capítulo 10** aborda **salvação, arrependimento e fé**. Não há salvação sem arrependimento genuíno nem sem a confiança plena em Cristo como único Senhor e Salvador. Em seguida, o **Capítulo 11** trata da **adoção**, mostrando que a salvação não é apenas um livramento, mas também uma nova identidade. Em Cristo, deixamos de ser estranhos e inimigos para tornarmo-nos filhos de Deus, membros da sua família, herdeiros das suas promessas. É essa nova filiação que nos traz segurança, comunhão e esperança.

O **Capítulo 12** aborda a **perseverança da salvação**, lembrando-nos de que a vida cristã não é uma corrida de curta distância, mas uma maratona. O crente deve permanecer firme, alimentando-se da Palavra, cultivando a oração e mantendo-se fiel até o fim. A salvação é mantida na comunhão com Cristo e sustentada pela graça divina.

O **Capítulo 13** apresenta, por fim, a consumação da salvação. Aqui, contemplamos o grande destino do povo de Deus: a glorificação final, quando seremos transformados e viveremos eternamente com o Senhor. Essa esperança deve moldar nossa vida no presente, enchendo-nos de coragem, alegria e perseverança.

Cada capítulo foi produzido para conduzi-lo(a) não apenas ao conhecimento, mas também à experiência da salvação. Mais do que informações, esta obra é um convite a viver a graça de Deus na sua plenitude, experimentando o perdão, a transformação e a esperança que só Cristo pode dar. Nossa oração é que, ao estudar essas páginas, você aproxime-se mais de Deus, fortaleça sua fé e descubra a beleza do plano divino de redenção.

A salvação é o presente mais precioso que o ser humano pode receber. Que você compreenda, valorize e viva esse dom maravilhoso para que sua vida seja um testemunho vivo da graça transformadora de Cristo.

Apresento estas páginas como fruto de oração perseverante, estudo diligente e serviço dedicado, na firme esperança de que exalem a glória de Deus e sirvam como instrumento para a edificação e fortalecimento da sua amada Igreja.

Pr. Marcelo Oliveira
Inverno de 2025.

PREFÁCIO

Tenho a elevada honra de apresentar o prefácio desta mais recente obra do conferencista, professor e educador cristão Pr. Marcelo Oliveira. Mais do que um aprofundamento nos estudos sobre a doutrina da salvação, no contexto das *Lições Bíblicas de Jovens* da CPAD, este trabalho revela-se como um guia seguro para todos quantos desejam conhecer e fortalecer as suas convicções doutrinárias. Tudo isso é conduzido sob a luz das Escrituras e à luz da fé pentecostal, oferecendo ao leitor um alicerce sólido para compreender e viver a verdade do evangelho.

Levando em conta a elevada grandeza do assunto em questão, o nobre autor aborda não apenas o aspecto doutrinário, mas também os anseios da alma humana, que busca respostas para questões relacionadas ao sentido da vida, ao problema da culpa, à necessidade de satisfação interior, à realidade — ou não — da salvação e ao tema da vida eterna. Os treze capítulos que compõem esta excelente obra conduzem o leitor por uma jornada segura e enriquecedora, repleta de verdades transformadoras acerca dos principais temas soteriológicos sem deixar de explorar e refletir sobre os seus pontos mais sensíveis e complexos.

O Pr. Marcelo Oliveira propõe corajosa e respeitosamente — e, sobretudo, de maneira bem fundamentada — uma reflexão doutrinária e prática sobre a justificação, a santificação, a glorificação, a adoção e a consumação sob o olhar da graça de Deus, que concede a salvação em Cristo, o sacrifício perfeito, e que só pela fé o ser humano pode desfrutar plenamente. Trata-se de uma salvação planejada na eternidade pelo Pai, executada no seu tempo na terra pelo Filho e aplicada no crente pelo Espírito Santo. O autor ainda ressalta que, na aplicação dos frutos dessa tão grande salvação, o Espírito Santo realiza a obra da regeneração e da santificação, promovendo uma nova vida tanto na sua natureza quanto nas suas manifestações. Assim, a transformação interior revela-se como fruto da ação divina e evidencia-se na maneira como o crente vive e enfrenta os desafios do seu cotidiano.

Como é de amplo conhecimento, a doutrina da salvação tem sido motivo de intensos debates. Mais do que isso, equívocos e desvios doutrinários a respeito dela têm causado sérios danos à saúde espiritual da Igreja ao longo da história. Impõe-se, portanto, a necessidade de uma abordagem firme, clara e atual — algo que o leitor encontrará nesta obra que tem em mãos. O autor, aliás, não se exime do árduo dever de expor a doutrina bíblica sobre a perseverança dos santos, a eleição e o livre-arbítrio, tomando como fundamento as Escrituras e apoiando-se na *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*, bem como em outras fontes bibliográficas seguras que dão respaldo a esta excelente e tão necessária contribuição para a edificação do povo de Deus.

Destaca-se, ainda, o fato de que o autor dedica um espaço para tratar, à luz do tema da salvação, do problema do pecado, evidenciando a sua gravidade, os seus efeitos e a urgente necessidade de um Salvador à altura, capaz de resolver tão grande questão — apresentando, assim, a Cristo como o único que pode fazê-lo. Dessa maneira, esta obra consolida-se como um verdadeiro manual sobre o tema da salvação, pois, além de exaltar a grandeza, a beleza e o poder da obra redentora realizada por Cristo, não se furga ao dever de apontar com clareza aquilo que a tornou necessária e absolutamente imprescindível.

Diante do exposto, sinto-me honrado e alegre em apresentar o novo livro do respeitado pastor e professor Marcelo Oliveira basicamente por dois motivos. Em primeiro lugar, porque conheço o autor: sei do seu compromisso com a família, com a igreja onde serve ao Senhor e com a sua vocação de pregar as Escrituras, ensinar diversas disciplinas teológicas e conduzir com excelência o importante setor de Educação Cristã de nossa Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Em segundo lugar, porque o livro que o leitor tem em mãos chega em momento oportuno, visto que, lamentavelmente, temas centrais da doutrina cristã têm sido negligenciados — justamente num tempo em que a Igreja mais necessita deles.

Desse modo, este livro apresenta-se como um sinal de Deus, convidando o seu povo a voltar-se para as bases sólidas da sua Palavra a fim de alcançar firmeza, saúde e segurança espiritual. Como bem disse o apóstolo Paulo: “[...] Não me aborreço de escrever-vos as mesmas coisas, e é segurança para vós” (Fp 3.1). Por isso, recomendo não apenas a leitura atenta desta obra, como também a sua divulgação e,

sobretudo, o aprofundamento nos seus principais pontos, pois certamente servirão como alimento sólido para a edificação e maturidade de sua vida cristã. Boa leitura!

Elias Torralbo

Pastor na Assembleia de Deus Belém – Setor 41, em Mogi das Cruzes; escritor; bacharel em Teologia; licenciado em Pedagogia; pós-graduado em Gestão Escolar; mestre em Teologia; doutorando em Teologia pela PUC-SP; vice-presidente do Conselho de Educação e Cultura da CGADB; comentarista das *Lições Bíblicas de Jovens* da CPAD e diretor executivo da FAESP (Faculdade Evangélica de São Paulo). É casado com Jocelma e pai de Sofia e Hadassa.

SUMÁRIO

Agradecimentos	3
Apresentação	5
Prefácio	9
Capítulo 1	
O Sentido Bíblico da Salvação.....	15
Capítulo 2	
O Problema do Pecado	25
Capítulo 3	
A Natureza do Deus que Salva	36
Capítulo 4	
O Deus que Justifica.....	48
Capítulo 5	
O Filho que Redime.....	60
Capítulo 6	
O Espírito Santo que Regenera e Santifica	70
Capítulo 7	
A Graça de Deus.....	80
Capítulo 8	
A Eleição na Salvação.....	90
Capítulo 9	
O Livre-Arbítrio na Salvação	103

Capítulo 10	
Arrependimento e Fé como Respostas Humanas.....	113
Capítulo 11	
A Adoção — Entrando na Família de Deus.....	124
Capítulo 12	
Perseverando na Salvação.....	136
Capítulo 13	
A Consumação da Salvação.....	146
Referências	159

CAPÍTULO 1

O SENTIDO BÍBLICO DA SALVAÇÃO

Juízes 2

16 - E levantou o SENHOR juízes, que os livraram da mão dos que os roubaram.

18 - E, quando o SENHOR lhes levantava juízes, o SENHOR era com o juiz e os livrava da mão dos seus inimigos, todos os dias daquele juiz; porquanto o SENHOR se arrependia pelo seu gemido, por causa dos que os apertavam e oprimiam.

1 Samuel 7

7 - Ouvindo, pois, os filisteus que os filhos de Israel estavam congregados em Mispa, subiram os maiorais dos filisteus contra Israel; o que ouvindo os filhos de Israel, temeram por causa dos filisteus.

8 - Pelo que disseram os filhos de Israel a Samuel: Não cesses de clamar ao SENHOR, nosso Deus, por nós, para que nos livre da mão dos filisteus.

9 - Então, tomou Samuel um cordeiro que ainda mamava e sacrificou-o inteiro em holocausto ao SENHOR; e clamou Samuel ao SENHOR por Israel, e o SENHOR lhe deu ouvidos.

10 - E sucedeu que, estando Samuel sacrificando o holocausto, os filisteus chegaram à peleja contra Israel; e trovejou o SENHOR aquele dia com grande trovada sobre os filisteus e os aterrou de tal modo, que foram derrotados diante dos filhos de Israel.

1 Samuel 17

45 - Davi, porém, disse ao filisteu: Tu vens a mim com espada, e com lança, e com escudo; porém eu vou a ti em nome do SENHOR dos Exércitos, o Deus dos exércitos de Israel, a quem tens afrontado.

46 - Hoje mesmo o SENHOR te entregará na minha mão; e ferir-te-ei, e te tirarei a cabeça, e os corpos do arraial dos filisteus darei hoje mesmo às aves do céu e às bestas da terra; e toda a terra saberá que há Deus em Israel.

1 Samuel 19

5 - Porque pôs a sua alma na mão e feriu aos filisteus, e fez o SENHOR um grande livramento a todo o Israel; tu mesmo o viste e te alegraste; por que, pois, pecarias contra sangue inocente, matando Davi sem causa?

João 3

16 - Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.

17 - Porque Deus enviou o seu Filho ao mundo não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele.

INTRODUÇÃO

O ser humano, separado de Deus, carrega consigo o peso de uma angústia que não consegue resolver e de uma sede que nada neste mundo pode saciar. E é nesse contexto que o tema da salvação revela-se como a grande resposta bíblica à condição humana: Deus entra na história para salvar. Agostinho foi preciso quando expressou na sua obra *Confissões*: “Inquieto está nosso coração enquanto não descansar em ti” (AGOSTINHO, 2011, p. 15). Isso só é possível quando respondemos ao convite bíblico da salvação.

A mais bela expressão do amor de Deus pela humanidade é o seu plano de redenção pensado antes da fundação do mundo. Desde os primeiros capítulos da Bíblia, quando Deus veste Adão e Eva com peles e pronuncia a promessa de redenção (Gn 3.15), até as últimas páginas de Apocalipse, em que o Cordeiro reina para sempre, a Escritura inteira revela o plano redentor de Deus para restaurar tudo o que foi perdido. A Bíblia não é apenas um conjunto de mandamentos ou narrativas sagradas; ela é, sobretudo, a História da Salvação.

Neste capítulo, veremos como a salvação é apresentada de forma progressiva nas Escrituras. No Antigo Testamento, ela aparece muitas

vezes na sua dimensão natural: livramentos físicos, proteção diante dos inimigos, restauração social e preservação da vida. Já no Novo Testamento, a salvação atinge a sua plenitude: a reconciliação com Deus por meio do perdão dos pecados, da regeneração pelo Espírito Santo e da promessa e consumação da vida eterna. Trata-se, portanto, de uma salvação que começa agora, no coração transformado, e que se consumará quando a morte for tragada pela vitória.

A Bíblia claramente nos mostra a glória de quem vive a partir da redenção. Entender o sentido bíblico da salvação é mais do que compreender uma doutrina; é receber com fé o maior presente de Deus para o ser humano: Cristo, o Salvador do mundo. Esse é um tema que responde ao verdadeiro problema do ser humano: o pecado; que confronta essa realidade e que se resolve plenamente na cruz de Cristo.

I - O CONCEITO BÍBLICO DE SALVAÇÃO

1. O conceito

Refletir sobre a “salvação” é adentrar em uma das mais profundas manifestações do caráter de Deus, que foi revelado na história. Não se trata apenas de um termo teológico, mas também de uma realidade que atravessa toda a Escritura como um fio de ouro, unindo o clamor humano à misericórdia divina. Na tradição cristã, esse tema é tratado sob a disciplina denominada *soteriologia*, oriunda do verbo grego *sōzō*, que significa “salvar”, “resgatar”, “preservar”.

Em o Novo Testamento, a salvação é frequentemente descrita como a restauração plena da comunhão com Deus mediante o perdão dos pecados e a doação da vida eterna. Esse sentido espiritual e escatológico, entretanto, não esgota a riqueza do conceito bíblico. Em muitas passagens, a salvação também envolve aspectos visíveis e imediatos, como curas físicas (Mc 5.23), libertação de opressões demoníacas (Lc 8.36), ou mesmo preservação da vida em meio a perigos concretos. A salvação, portanto, não é apenas uma promessa futura, mas também uma experiência presente, encarnada na vida dos que reconhecem a sua total dependência da graça de Deus. Esse agir redentor, porém, não começa com os Evangelhos.

2. No Antigo Testamento

Desde os primeiros registros das Escrituras, o Deus que salva revela-se na história, conduzindo o seu povo e intervindo com poder e misericórdia. Como bem pontua o teólogo pentecostal e sistemático Daniel Pecota, o estudo da obra salvífica de Cristo deve necessariamente começar pelo Antigo Testamento. Segundo ele,

nas ações e palavras divinas [do Antigo Testamento], [descobrimos] a natureza redentora de Deus. Descobrimos tipos e predições específicos daquele que estava para vir e do que Ele estava para fazer. Parte de nossas descobertas provém da terminologia empregada no Antigo Testamento para descrever a salvação, tanto a natural quanto a espiritual (PECOTA in HORTON, 2006, p. 335).

Antes de vermos a cruz erguida no Calvário, vemos a sombra dessa cruz projetada nas páginas do Antigo Testamento, onde a fidelidade de Deus manifesta-se em livramentos concretos, pactos testamentários e promessas de redenção. Ao voltarmos nossos olhos para o Antigo Testamento, percebemos que a salvação assume uma perspectiva distinta, ainda que complementar. Os principais termos hebraicos — *yasha*⁴ e *natsal* — apontam para atos concretos de livramento, em que o Senhor intervém na história para socorrer, proteger ou redimir o seu povo. A libertação do Egito, a preservação nas guerras, o sustento durante o exílio e o retorno à Terra Prometida são expressões claras dessa dimensão histórica da salvação. Nesse ponto, convém atentar para o alerta de Allen Ross, que adverte quanto ao risco de projetar-se sobre o Antigo Testamento categorias próprias da soteriologia neotestamentária. Segundo ele,

o tema da salvação no AT não é simples e nos estudos teológicos não se pode passar por cima desse tema tão rapidamente. Há sempre o perigo de aplicar a soteriologia do NT ao passado e às passagens do AT que falam sobre a salvação. Os teólogos bíblicos devem reconhecer que existem diferenças entre os testamentos na forma em que as palavras são usadas; as palavras do AT para salvação ou livramento podem se referir a livramento de opressores (Jz 2.16), vitórias em

guerras (Sl 20.6), livramento de afogamento (Jn 2.9), cura de enfermidade (Sl 6.4) ou salvação de qualquer infortúnio da vida. E, finalmente, no AT a salvação ou o livramento que Israel procurou ou desfrutou parece ser algo mais ligado às promessas da aliança relacionadas com a vida do povo de Deus neste mundo (ROSS in FEINBERG, 2013, p. 195).

3. Deus: o Salvador de Israel

Quando, contudo, começamos estudar por meio de uma metodologia adequada, percebemos que o termo “salvação” no AT ensina-nos algo precioso: a salvação não é uma abstração, mas, sim, a resposta divina à miséria humana em todas as suas formas. O Deus que salva é o mesmo que vê, ouve e desce para livrar o seu povo (Êx 3.7-8). Ele intervém na história, conduz o seu povo e revela a sua justiça mesmo quando este se mostra infiel. O Éxodo, por exemplo, não é apenas uma libertação política, mas também o início de um relacionamento pactual em que o Senhor assume a condução espiritual e social de Israel (Êx 14.30). Da mesma forma, no período dos juízes, cada livreamento é sinal da paciência divina, que, mesmo diante da idolatria e da injustiça, continua a levantar libertadores (Jz 2.16).

II - DEUS LEVANTA SALVADORES PARA O SEU Povo

1. Juízes: pessoas usadas por Deus para salvar

O agir salvador de Deus na história de Israel não se deu apenas por meio de grandes eventos coletivos, como o Éxodo ou o retorno do exílio. Em muitos momentos críticos, quando o povo encontrava-se fragilizado por causa dos seus próprios pecados, o Senhor intervinha levantando pessoas — frágeis, limitadas, porém disponíveis — como instrumentos de livreamento. Esses “salvadores” não operavam por mérito próprio, mas por graça. Eram sinais vivos da fidelidade de Deus, mesmo quando Israel era infiel.

O livro de Juízes é uma das seções mais críticas da história bíblica. Nele, encontramos uma sucessão de ciclos marcados por idolatria, opressão, arrependimento e livreamento. O pano de fundo espiritual é sintetizado de maneira contundente: “[...] cada um fazia o que

parecia reto aos seus olhos” (Jz 21.25). Não havia rei, não havia direção, e o povo, mesmo tendo conhecido o Deus libertador do Éxodo, entregava-se repetidamente à idolatria e ao caos. E, no entanto, é nesse cenário desordenado que a graça divina resplandece. Deus, na sua infinita misericórdia, não abandona o seu povo à própria sorte. Ele levanta juízes — líderes improváveis vindos das mais diversas tribos e com perfis distintos — para restaurar a paz e a justiça: Otniel, Eúde, Débora, Gideão, Jefté, Sansão. Todos foram, à sua maneira, instrumentos da ação salvadora de Deus. Há, entretanto, um padrão teológico claro: o livramento só vinha depois do arrependimento. O clamor sincero do povo precedia a manifestação do livramento (Jz 2.18; 3.9). Assim, a salvação era sempre resposta à graça, e nunca fruto de mérito.

2. Samuel: salvação pela liderança espiritual

Nos dias de Samuel, Israel enfrentava não apenas crises militares, mas também uma profunda crise espiritual. Os filhos de Eli haviam corrompido o sacerdócio, e a presença simbólica de Deus — a Arca da Aliança — fora capturada pelos filisteus. A derrota militar refletia o estado moral da nação. Deus, no entanto, não se calou. Samuel emerge como um líder de transição: profeta, juiz e intercessor. Ele não empunha armas, mas conclama o povo ao arrependimento. Sob a sua liderança, Israel jejua, ora e confessa os seus pecados (1 Sm 7.2-6). O resultado é surpreendente: sem estratégia militar, mas com o coração contrito, Israel vence os seus oponentes. Deus responde à oração e confunde os filisteus (1 Sm 7.8-10). Samuel deixa claro o que o livro de Juízes já apontava de maneira fragmentada: a salvação de Deus não depende de estruturas ou aparências, mas da disposição espiritual do povo em voltar-se para Ele.

3. Davi: Deus salva por meio da confiança em Deus

Entre todos os personagens do Antigo Testamento, Davi ocupa lugar especial na história da salvação. A sua trajetória é marcada por livramentos públicos e íntimos. Em 1 Samuel 17, vemos o jovem pastor enfrentando Golias, não com armadura ou espada, mas com uma fé inabalável em Deus. As suas palavras são emblemáticas: “[...] o SENHOR te entregará na minha mão” (1 Sm 17.46). Davi sabia que a vitória pertencia ao Senhor, e o povo experimenta mais uma vez o

livramento por meio de um instrumento humano cheio de fé. Mas Davi também representa outro tipo de salvação: aquela que alcança o pecador arrependido. Ao escrever os salmos de confissão, ele reconhece que precisa ser salvo não apenas dos inimigos externos, mas da sua própria culpa (Sl 39.8; 51.14). A salvação para Davi é algo mais profundo do que livramento circunstancial; é restauração interior.

Nesse sentido, a figura de Davi antecipa a plenitude do mistério revelado em Cristo. O Deus que salva pela espada do pastor também salva pela lágrima de quem se arrepende, e tudo isso é sombra daquilo que Paulo afirmaria séculos depois: “Cristo em vós, a esperança da glória” (Cl 1.27).

Ao longo da história de Israel, a salvação foi revelada em atos concretos, por meio de líderes humanos, mas a sua fonte sempre foi divina. O Senhor levantava homens e mulheres como resposta ao arrependimento de um povo quebrantado para que o livramento acontecesse e o seu nome fosse glorificado, e tudo isso apontava, em última instância, para o Redentor prometido, em quem toda salvação seria plenamente cumprida.

III - O SENTIDO PLENO DA SALVAÇÃO EM CRISTO

1. Do livramento físico à salvação eterna

A revelação da salvação em Cristo não nasce repentinamente nas páginas do Novo Testamento. Desde os primeiros capítulos de Gênesis, a esperança da redenção já resplandece em meio à escuridão do pecado. Ao pronunciar juízo sobre a serpente, Deus anuncia uma promessa: a semente da mulher ferirá a cabeça da serpente (Gn 3.15). Esse texto, conhecido como *protoevangelho*, é mais do que uma sentença contra o mal; é o primeiro lampejo da graça, o sinal de que, mesmo diante da Queda, Deus não havia desistido da humanidade. Nele, já se anuncia o que, mais tarde, seria plenamente revelado em Jesus: a salvação definitiva não apenas de um povo, mas de toda a criação.

2. Jesus como o Salvador prometido

Esse sentido é desenvolvido ao longo das Escrituras. Os livramentos físicos e nacionais presentes no Antigo Testamento — como vimos na história dos juízes, dos profetas e dos reis — apontavam para algo maior: a necessidade

de um Salvador que pudesse vencer não apenas inimigos visíveis, mas também o inimigo mais profundo da alma humana: o pecado. Quando Zacarias, pai de João Batista, profetiza sobre o nascimento do Messias, ele declara que Deus visitaria o seu povo para “fazer remissão dos seus pecados” e “guiar os nossos pés pelo caminho da paz” (Lc 1.68-79). O verdadeiro livramento é espiritual: reconciliação com Deus, perdão e vida eterna. É por isso que, no ponto culminante da revelação, Jesus é apresentado como o cumprimento daquela promessa antiga. O anjo que anuncia o nascimento diz: “[...] e lhe porás o nome de JESUS, porque ele salvará o seu povo dos seus pecados” (Mt 1.21). A semente da mulher tem um nome. Jesus não veio restaurar politicamente Israel, mas, sim, reconciliar o mundo com o Pai. Ele é o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo e o mediador único entre Deus e os homens (1 Tm 2.5), sendo por isso que a Escritura é categórica: “E em nenhum outro há salvação” (At 4.12).

Essa verdade claramente nos confronta com intensidade, pois a salvação não é uma alternativa religiosa entre muitas, e sim o dom supremo de Deus oferecido por meio de Cristo. Fora dEle, não há reconciliação, não há acesso ao Pai, não há vida eterna. O evangelho não é apenas uma boa notícia entre outras; é a única esperança para a humanidade. Pregá-lo é uma responsabilidade inadiável da Igreja, pois é por meio da fé em Cristo que se entra na vida que realmente importa. Ser salvo, portanto, não é apenas mudar de religião e/ou comportamento; é sair da morte espiritual e nascer para uma nova vida. Como diz Paulo: “E vos vivificou, estando vós mortos em ofensas e pecados” (Ef 2.1). Essa salvação transforma a natureza do ser humano. Por meio do Espírito Santo, o ser humano converge-se do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.8), e o coração regenerado passa a desejar o que antes rejeitava: o relacionamento com Deus. A luz de Deus invade as trevas da alma, e aquilo que era trevas torna-se luz. Os pensamentos são renovados, os desejos são alinhados à vontade divina, e o crente passa a viver, mesmo neste mundo, sob o sinal da eternidade. Essa experiência, porém, é apenas o começo.

3. A salvação hoje: uma experiência espiritual e eterna

A salvação, ainda que já real, aguarda a sua plenitude. Seremos transformados totalmente um dia — espírito, alma e corpo — e viveremos com o Senhor num estado em que a morte não terá mais poder. A

salvação, portanto, é histórica, espiritual e escatológica. Começa agora, no coração regenerado, mas será consumada na eternidade, quando estaremos diante de Deus em plenitude.

Essa dimensão abrangente da salvação foi bem expressa por Francis Schaeffer, ao refletir sobre o alcance da obra redentora de Cristo. Em uma das suas obras, ele destaca seis afirmações que sintetizam o sentido pleno da salvação como revelado nas Escrituras, unindo os seus aspectos históricos, soteriológicos e escatológicos. Primeiro: “Cristo morreu na história”. Segundo: “Cristo ressurgiu na história”. Terceiro: “nós morremos com Cristo na história quando o aceitamos como Salvador”. Quarto: “seremos ressuscitados na história quando Ele voltar”. Quinto: “devemos viver agora pela fé como se já estivéssemos mortos”. E sexto: “devemos viver agora como se já fôssemos ressuscitados dos mortos” (SCHAEFFER, 2021, p. 47-48).

Essa visão não apenas nos ensina sobre os eventos centrais da fé cristã, como também nos chama à responsabilidade de viver no presente à luz da obra consumada de Cristo. Essa salvação bíblica não é uma ideia abstrata nem um consolo apenas futuro; é uma realidade que ocorreu na história, que nos transforma no presente e que se consumará gloriosamente no futuro. Trata-se de uma iniciativa divina que envolve tempo, corpo e eternidade. Por isso, ao contemplarmos a cruz e a ressurreição, somos chamados a viver como quem já foi crucificado com Cristo e como quem já ressuscitou para uma nova vida.

A salvação, assim compreendida, é um dom que opera na história, transforma nossa vida presente e projeta-nos para a eternidade. Ela é histórica, pois aconteceu em tempo e espaço na encarnação, morte, ressurreição de Jesus e em nosso tempo presente, pois acontece em nossa vida hoje. É soteriológica, pois trata do perdão, da justificação e da regeneração do ser humano. E é escatológica, pois aponta para o dia em que toda a criação será redimida, e a morte, definitivamente vencida. Com essa esperança, caminhamos com fé, certos de que: “[...] aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até ao Dia de Jesus Cristo” (Fp 1,6).

CONCLUSÃO

A salvação é, sem dúvida, o grande fio de ouro condutor das Escrituras. Da promessa feita no Éden até a vitória final proclamada em

Apocalipse, tudo na Bíblia aponta para o desejo de Deus em resgatar, redimir e reconciliar o ser humano consigo mesmo. No Antigo Testamento, essa salvação manifestava-se em livramentos concretos, conduzidos por líderes levantados por Deus e marcados pela sua fidelidade à aliança. No Novo Testamento, a salvação assume a sua forma plena e definitiva: a redenção dos pecados por meio da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo.

Essa história, porém, não é estática. Ela é dinâmica, viva, progressiva — um plano divino de amor e graça que atravessa os séculos e culmina na cruz, onde o Salvador anunciado desde Gênesis revela-se em carne e sangue. Por isso, compreender a doutrina da salvação é mais do que estudar um conceito teológico: é reconhecer o movimento constante de Deus em direção ao pecador, que é o convite do Céu para que todo homem arrependa-se e viva. Essa salvação, porém, não diz respeito apenas ao passado e nem se limita ao futuro. Ela também nos alcança hoje. Ser salvo é viver com propósito; é carregar no coração a certeza de que fomos perdoados, chamados e enviados; é trilhar uma nova vida pelo poder do Espírito; e é, ao mesmo tempo que caminhamos neste mundo, habitados pela esperança, olharmos para o alto com os olhos da fé, aguardando o dia em que a redenção será consumada e que estaremos para sempre com o Senhor.

É por isso que a mensagem da salvação é fundamental. Somos alcançados por ela em nossa condição real — feridos, desorientados, culpados —, e ela certamente nos oferece o que nenhuma filosofia ou mérito humano pode oferecer: reconciliação com o Criador. É por isso que a salvação é dom, é graça, é chamada — mas também é compromisso. É vida eterna começando agora. E esse “agora” exige uma resposta responsável e consciente. Viver essa verdade é deixar que a eternidade toque o presente e andar neste mundo como quem já foi transformado pela realidade do Reino de Deus. Que, ao compreender o sentido bíblico da salvação, possamos responder a esse chamado com fé, gratidão e entrega, pois não há maior privilégio do que fazer parte da história da salvação que o Senhor Deus está escrevendo com amor desde a fundação do mundo.

CAPÍTULO 2

O PROBLEMA DO PECADO

Gênesis 3.1-7

1 - Ora, a serpente era mais astuta que todas as alimárias do campo que o SENHOR Deus tinha feito. E esta disse à mulher: É assim que Deus disse: Não comereis de toda árvore do jardim?

2 - E disse a mulher à serpente: Do fruto das árvores do jardim comeremos,

3 - mas, do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Não comereis dele, nem nele tocareis, para que não morrais.

4 - Então, a serpente disse à mulher: Certamente não morrereis.

5 - Porque Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal.

6 - E, vendo a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou do seu fruto, e comeu, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela.

7 - Então, foram abertos os olhos de ambos, e conheceram que estavam nus; e coseram folhas de figueira, e fizeram para si aventais.

INTRODUÇÃO

De fato, vivemos numa sociedade que valoriza a imagem e o sucesso, mas que raramente admite as próprias quedas. É como se todos fossem “príncipes” aos olhos uns dos outros, ocultando as marcas do fracasso, do medo e da culpa. A realidade, porém, é bem diferente: cada ser humano carrega consigo a marca do pecado. Ainda que o mundo nos ensine a maquiar a verdade, a Bíblia revela sem rodeios:

“Todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus” (Rm 3.23). Nós, sem Cristo, encontramo-nos isolados em nossa condição caída.

Esse é o drama humano desde o Éden. Criado em estado de perfeição, o ser humano experimentava comunhão plena com Deus, mas escolheu desobedecer. Ao ouvir a voz enganosa da serpente, ele acreditou que poderia viver como se fosse independente do Criador, e o resultado foi devastador. A pureza deu lugar à vergonha; a confiança, ao medo; e a vida, à certeza da morte. Desde então, a humanidade carrega essa ferida invisível que atravessa gerações. Não se trata apenas de erros pontuais ou de escolhas malfeitas, mas também de uma inclinação profunda do coração para longe de Deus. É por isso que, mesmo em ambientes de amor, justiça e fé, o pecado continua manifestando-se, como lembrou Myer Pearlman: “Não conseguindo destruir o trigo, semeou o joio” (PEARLMAN, 1995, p. 60). O mal infiltra-se onde menos se espera.

Assim, o problema do pecado não é apenas um tema religioso; é a chave para compreender a história e a condição de cada pessoa. Por trás de guerras, injustiças e violências, há corações corrompidos. Por trás da busca incessante por reconhecimento, prazer ou poder, existe um vazio que só a graça de Deus pode preencher. O pecado não destrói apenas a ordem externa do mundo; ele consome silenciosamente a alma, o mundo interno do ser humano, afastando-a da presença de Deus. Por isso, mesmo em um tempo de tantos avanços científicos e tecnológicos, vemos a mesma realidade que o apóstolo Paulo descreveu: “[...] quando quero fazer o bem, o mal está comigo” (Rm 7.21).

A Bíblia, porém, vai além: mostra que essa condição não é apenas fruto de nossa fraqueza, mas também consequência do pecado que habita em nós. Por isso, o chamado divino não é para fingirmos perfeição, mas para reconhecermos nossa necessidade de redenção. Negar o pecado é negar a própria condição humana depois da Queda. Confessá-lo, ao contrário, é o primeiro passo para experimentar a graça de Deus.

Neste capítulo, refletiremos sobre a realidade do pecado e as suas consequências. Veremos que ele não é apenas uma falha moral, mas também é uma força que separa o ser humano de Deus, gera culpa e vergonha e, por fim, conduz ao sofrimento e à morte. Entender a gravidade do pecado não é um convite ao desespero, mas à esperança.

Quanto mais compreendemos nossa condição, mais valorizamos a salvação que nos foi concedida em Cristo. Ele é a resposta ao clamor humano expresso em tantos corações inquietos, e somente nEle encontramos perdão, reconciliação e vida nova e eterna.

I - A ORIGEM DO PECADO NA HUMANIDADE

1. O livre-arbítrio do ser humano

Pelas Escrituras Sagradas, entendemos que o ser humano não surgiu do acaso, mas foi criado por Deus em estado de perfeição, justiça e santidade, refletindo a própria imagem do Criador. Nesse estado original, desfrutava de pureza e de comunhão direta com o Senhor, tendo também recebido uma sabedoria especial, infundida por Deus, que lhe permitia compreender tanto as realidades da criação quanto os princípios espirituais sem precisar aprender de outros homens (Gn 2.19,20). Além disso, o Criador concedeu-lhe plena liberdade, mostrando que a obediência deveria ser fruto do amor e da confiança. O mandamento dado no Éden (Gn 2.16,17) era a prova de que havia uma escolha real a ser feita: viver em obediência e desfrutar da plenitude da vida ou, então, desobedecer e colher as consequências.

Essa compreensão encontra eco em diversas tradições teológicas. Tomás de Aquino, na *Suma Teológica*, afirma que “o primeiro homem teve ciência [sabedoria] de todas as coisas mediante as espécies infundidas por Deus” (AQUINO, 2002, p. 649). Ele descreve essa condição original como uma “sabedoria infusa”. Embora a Teologia Pentecostal nem sempre use essa terminologia, reconhece que Adão recebeu um conhecimento especial antes da Queda. Myer Pearlman, em *Conhecendo as Doutrinas da Bíblia*, afirma: “Em virtude dos poderes implícitos do homem, formado à imagem de Deus, todos os seres viventes sobre a terra foram entregues nas mãos dele” (PEARLMAN, 2009, p. 123). Eurico Bergstén, na sua *Teologia Sistemática*, complementa: “Deus de entendimento infinito criou o homem como um ser inteligente, em condições de cooperar com o seu Criador. Assim, o homem cooperou com Deus já no Jardim do Éden” (BERGSTÉN, 2016, p. 128). Dessa forma, tanto a Palavra de Deus quanto a reflexão da fé convergem para a seguinte compreensão bíblica: o ser humano, na sua origem, foi dotado de sabedoria divina, santidade e liberdade a fim de viver em

plena comunhão com o Senhor e exercer a sua vocação de governar a criação sob a vontade do Criador.

2. A tentação e a escolha errada

No Éden, por meio da instrumentalidade da serpente, o homem foi, contudo, posto à prova na sua fidelidade. Identificada nas Escrituras como Satanás e Diabo, a Serpente surgiu como instrumento do Inimigo para enganar a mulher que Deus havia criado (Gn 3.1). O seu plano era astuto: confrontar o próprio Deus utilizando aquilo que Ele havia formado. Esta, em essência, é a natureza do pecado: a distorção da criação divina para servir a propósitos contrários ao Criador (Rm 1.22,23).

A estratégia foi sutil. A Serpente não apresentou algo inteiramente novo, mas distorceu as palavras de Deus, semeando dúvida no coração de Eva (Gn 3.2-5). Seduzida pela promessa enganosa de ser “como Deus”, a mulher tomou do fruto proibido e comeu, oferecendo também ao seu marido, que igualmente participou do ato (Gn 3.6).

Assim, o pecado entrou no mundo não por falta de capacidade ou sabedoria do homem, mas porque, no pleno exercício da sua liberdade, escolheu contrariar a vontade divina. Desde então, a humanidade, à semelhança de Adão e Eva, tem seguido o caminho da desobediência, afastando-se do propósito original do Criador. A Bíblia é clara: “todos pecaram” (Rm 5.12). Isso significa que o ser humano já não carrega mais a perfeição, a justiça e a santidade que possuía antes da Queda. Agora, todos nascem inclinados ao erro e incapazes, por si mesmos, de alcançar a santidade que o Senhor requer (Rm 3.23). O salmista reconheceu essa realidade ao confessar: “Eis que em iniquidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe” (Sl 51.5).

3. “Todos pecaram”

Essa é a doutrina bíblica do pecado, uma verdade que nos ajuda a compreender por que existe mal no mundo e que nos mostra que o problema central da humanidade não é apenas social, político ou econômico, mas também espiritual.

Mesmo diante dos avanços da ciência, do progresso tecnológico e das conquistas sociais, o coração humano permanece inclinado a distorcer o que Deus criou. Muitas vezes, o conhecimento e o pro-

gresso tornam-se instrumentos de orgulho, injustiça e idolatria em vez de glória a Deus.

Além disso, o pecado leva o ser humano a acreditar em falsas concepções sobre si mesmo, escondendo a sua real condição diante do Criador. Ele simplesmente se vê como autossuficiente e capaz de definir a sua própria verdade, quando, na realidade, está separado da fonte da vida. Sem Deus, não há verdadeira paz nem propósito duradouro.

Ao comentar Atos, o teólogo pentecostal Myer Pearlman descreve de maneira contundente a fragilidade da natureza humana pecaminosa, que se manifesta até mesmo em ambientes marcados pela santidade:

Até ali, tudo havia sido glorioso na vida da Igreja. Suas características típicas eram amor fraternal, a bondade altruísta, a coragem heróica e a real devoção a Cristo. Não era, no entanto, nenhum Milênio espiritual. Satanás, longe de estar amarrado, trabalhava com vigor! Não conseguiu destruir a igreja através das perseguições vindas de fora. Procurou, então, estragá-la por dentro, seduzindo alguns dos seus membros. Não conseguindo destruir o trigo, semeou o joio (Mt 13.24-30). Suas primeiras vítimas, aliás indesculpáveis, foram Ananias e Safira. Daquele tempo para cá, a hipocrisia sempre tem seguido a realidade da religião como uma sombra negra (PEARLMAN, 1995, p. 59,60).

Assim como o homem perfeito no Éden sucumbiu à tentação, também a Igreja, mesmo cercada de santidade e graça, enfrentou a presença do pecado que insiste em corromper o que Deus santifica. Essa constatação reforça a necessidade contínua da graça e da vigilância espiritual. Cabe a nós, portanto, viver em constante dependência do Senhor, certos de que é só em Cristo que encontramos força para resistir e graça para permanecermos fiéis.

II - AS CONSEQUÊNCIAS DO PECADO

1. Separação de Deus

O pecado não apenas entrou na história humana; ele transformou radicalmente a experiência do homem em todas as dimensões da

vida. A narrativa do Éden mostra que a escolha de Adão e Eva trouxe consequências imediatas e duradouras, que se estendem a toda a humanidade. Entre elas, três ganham destaque: (1) a separação de Deus, (2) a culpa acompanhada da vergonha e (3) a realidade do sofrimento e da morte.

A primeira e mais grave consequência do pecado é a separação que ele causa entre Deus e o ser humano. O profeta Isaías afirmou: “Mas as vossas iniquidades fazem divisão entre vós e o vosso Deus” (Is 59.2). O relato de Gênesis descreve a ruptura: depois de desobedecer, o primeiro casal escondeu-se do Senhor, incapaz de permanecer na sua presença (Gn 3.8-10).

Essa distância não é apenas teológica, mas também existencial. Santo Agostinho declarou nas suas *Confissões*: “Minha alma é morada muito estreita para te receber: será alargada por ti, Senhor. Está em ruínas: restaura-a!” (AGOSTINHO, 2011, p. 19). A ruína do coração humano é fruto dessa separação espiritual. É imperiosa a pergunta de Deus ao homem após a Queda, que encontramos em Gênesis: “E chamou o SENHOR Deus a Adão e disse-lhe: Onde estás?” (Gn 3.9). Essa pergunta ecoa na alma do ser humano do século 21, e a resposta podemos encontrar em Isaías: “Mas as vossas iniquidades fazem divisão entre vós e o vosso Deus, e os vossos pecados encobrem o seu rosto de vós, para que vos não ouça” (Is 59.2). Assim, enquanto o pecado permanece, o homem encontra-se afastado da fonte da vida e impossibilitado de experimentar a verdadeira paz.

2. Culpa e vergonha

Outra consequência do pecado é a experiência da culpa e da vergonha. Antes da Queda, o primeiro casal estava nu e não se envergonhava (Gn 2.25). Após pecar, porém, os olhos deles foram abertos e, percebendo a sua nudez, esconderam-se do Senhor (Gn 3.7,10). O que antes era pureza tornou-se sinal de fragilidade e corrupção, dando lugar ao peso da culpa no interior humano. Um dos grandes males decorrentes do pecado é exatamente o sentimento de culpa, que passa a habitar o coração humano e a produzir profundo sofrimento.

É importante, contudo, distinguir os tipos de culpa. Esse é um problema real e inevitável como consequência do pecado. Quantos,

em nossos dias, não são atormentados por ela? Há quem tente negar ou relativizar a culpa, afirmando que se trata apenas de um produto socialmente construído — fruto da religião, da cultura ou de outros fatores. Essa crítica não está de todo equivocada, pois, de fato, muitas pessoas vivem escravizadas por sentimentos de culpa que não têm relação direta com um pecado cometido, mas que foram impostos por pressões externas, frustrações ou interpretações equivocadas. É a chamada *culpa psicológica* — ou sentimento de culpa. Ela pode estar ligada a uma *culpa real*, quando nasce de um pecado verdadeiro não confessado, mas também pode surgir independentemente dela, sendo fruto de fatores externos ou distorções internas. Em ambos os casos, causa dor e angústia verdadeiras, exigindo discernimento e tratamento à luz da graça de Deus.

Francis Schaeffer ajuda-nos a compreender essa realidade ao afirmar:

Dizer que não há culpa real é inútil, porque o homem, como ele é, sabe que há culpa moral real. Mas quando sei que a culpa real é realmente resolvida por Cristo, de modo que não preciso ter medo de examinar questões básicas no meu íntimo, então posso ver que o sentimento de culpa que ficou é a culpa psicológica e só isso. Não quero dizer que a culpa psicológica não seja ainda cruel. Mas agora posso me abrir com ela — vê-la como sendo o que é — sem aquela confusão terrível de culpa moral e culpa psicológica [sentimento de culpa] (SCHAEFFER, 2021, p. 137).

Ainda que não seja simples distinguir a culpa real da culpa psicológica, o Deus Todo-poderoso, por meio de Jesus Cristo e na força do Espírito Santo, concede-nos discernimento para reconhecermos cada uma delas e cravá-las na cruz do Calvário. Assim, podemos lançar toda a nossa ansiedade sobre Cristo, porque Ele cuida de nós (1 Pe 5.7).

3. Sofrimento e morte

O pecado também trouxe sofrimento e morte. Deus declarou a Adão: “No suor do teu rosto, comerás o teu pão” (Gn 3.19). A dor, o cansaço e a morte física tornaram-se parte da experiência humana (Gn

3.16-19). O apóstolo Paulo resume de forma categórica: “O salário do pecado é a morte” (Rm 6.23). A morte, portanto, não é apenas um fenômeno biológico inevitável, mas também o juízo do pecado sobre toda a humanidade. Do ponto de vista humano, o teólogo Paul Tillich afirma que “a ansiedade do destino e da morte é mais básica, mais universal e inescapável. Todas as tentativas de negá-las são fúteis” (TILLICH, 1976, p. 35). Essa afirmação revela uma realidade dolorosa: em nossos dias, muitas pessoas estremecem diante da morte e até evitam falar sobre ela — como se silenciar fosse suficiente para afastar o medo. Tal temor expõe a fragilidade de nossa condição caída e a limitação de nossas forças diante do inevitável.

III - A SOLUÇÃO DE DEUS PARA AS CONSEQUÊNCIAS DO PECADO

1. Restauração do relacionamento com Deus

O pecado trouxe separação de Deus, culpa, vergonha, sofrimento e morte. Contudo, desde o Éden, o Senhor já havia estabelecido um plano perfeito para restaurar o ser humano. Essa solução divina foi revelada progressivamente no Antigo Testamento e manifestada na sua plenitude em Cristo no Novo Testamento. A Bíblia apresenta três aspectos centrais dessa solução: (1) a restauração do relacionamento com Deus, (2) a remoção da culpa e da vergonha e (3) a vitória sobre o sofrimento e a morte.

A maior necessidade do ser humano é a reconciliação com o Criador. Desde o Éden, o pecado ergueu uma barreira entre Deus e a humanidade (Is 59.2). Essa barreira foi, porém, removida em Cristo. O apóstolo Paulo ensina: “Tudo isto provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por Jesus Cristo e nos deu o ministério da reconciliação” (2 Co 5.18) e acrescenta: “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando os seus pecados” (2 Co 5.19). Essa reconciliação é um dom da graça, e não resultado de méritos humanos. O pecado havia rompido a comunhão entre Deus e o homem, mas essa comunhão foi plenamente restaurada em Cristo. A reconciliação é, portanto, o centro da salvação, pois devolve ao ser humano a possibilidade de viver em amizade com

o seu Criador e experimentar novamente a intimidade perdida no Éden. Mais do que uma mudança de *status* espiritual, trata-se de um chamado a uma vida de comunhão diária com Deus, marcada por oração, santidade e serviço.

2. Remoção da culpa e da vergonha

Outra dimensão da solução divina é a cura da consciência marcada pelo pecado. No Éden, Adão e Eva sentiram vergonha e esconderam-se de Deus (Gn 3.7-10). Desde então, a humanidade carrega o peso da culpa. A boa notícia é que, em Cristo, encontramos perdão pleno: “Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para nos perdoar” (1 Jo 1.9). A culpa, segundo as Escrituras, é mais do que um sentimento: é uma condição espiritual objetiva que atinge o coração humano. Por isso, a solução não está em negá-la ou relativizá-la, mas em confessar os pecados e receber o perdão que vem de Cristo. Há, contudo, também sentimentos de culpa que não correspondem a pecados reais, mas que surgem de pressões externas, expectativas frustradas ou interpretações equivocadas, conforme vimos anteriormente. Em Cristo, encontramos tanto o perdão da culpa verdadeira quanto a cura para o sentimento de culpa que nos aprisiona injustamente. E a obra do Espírito Santo é fundamental nesse processo, pois é Ele que nos convence “do pecado, da justiça e do juízo” (Jo 16.8), mostrando o que precisa ser confessado e, assim, libertando-nos do peso das culpas impostas. Dessa forma, a salvação em Cristo, aplicada pela obra do Espírito Santo, remove a vergonha, restaura a dignidade e concede-nos ousadia para viver em novidade de vida (2 Co 5.17).

3. Superação do sofrimento e da morte

O pecado não apenas trouxe separação e culpa, mas também sofrimento e morte: “O salário do pecado é a morte” (Rm 6.23). Essa morte é física, espiritual e, se não houver reconciliação com Deus, será eterna. A resposta de Deus é, contudo, a esperança viva em Cristo. Quando Jesus declarou: “Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, viverá” (Jo 11.25), Ele mostrou que a morte não é o fim, mas, sim, o início de uma nova existência junto de Deus. Em Cristo, a vitória sobre a morte tornou-se a essência

da esperança cristã: aquilo que antes era o limite final da existência humana passou a ser para o crente a porta de entrada para a eternidade com o Senhor. Dentro de uma perspectiva humana, a realidade da morte continua sendo uma das maiores causas de ansiedade e temor. Muitos em nossos dias evitam até mesmo falar sobre ela, pois tamanha é a angústia que provoca. Esse temor, porém, é transformado em esperança para aqueles que estão em Cristo. A Palavra de Deus assegura: “E Deus limpará de seus olhos toda lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor” (Ap 21.4). Essa esperança não é ilusão ou consolo passageiro, mas uma certeza fundamentada na ressurreição de Cristo. O apóstolo Paulo afirmou que, se Cristo não tivesse ressuscitado, nossa fé seria vã (1 Co 15.14); mas, como Ele ressuscitou, temos a plena garantia de que também ressuscitaremos (1 Co 15.20-22). Assim, mesmo diante da dor, das perdas e da realidade da morte, o cristão pode viver com coragem e fé. O Senhor Deus já havia delineado o plano de salvação desde o Éden (Gn 3.15), e esse plano foi consumado em Cristo, trazendo-nos vitória e a promessa da vida eterna.

CONCLUSÃO

O problema do pecado é, sem dúvida, a questão mais urgente da existência humana. Ele não é apenas uma falha moral ou um deslize ocasional, mas uma realidade espiritual que afeta todas as dimensões da vida. Desde o Éden, quando Adão e Eva escolheram desobedecer ao mandamento divino, a humanidade passou a viver marcada pela separação de Deus, pela culpa, pela vergonha e pela sombra da morte. Como vimos, o pecado não se limita a atos externos; ele é, antes de tudo, uma condição interior, um desvio do coração em relação ao Criador. E é por isso que nenhum esforço humano, por mais nobre que seja, consegue eliminar a sua raiz. Ciência, filosofia, cultura e progresso social podem até oferecer avanços importantes, mas nenhum deles é e será capaz de restaurar o elo rompido com Deus.

A Palavra de Deus mostra-nos o caminho da redenção. Não precisamos esconder nossas falhas atrás de máscaras nem fingir que somos “príncipes” impecáveis. Podemos confessar nossa condição e receber perdão diante da cruz.

A Bíblia é clara: “Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e não há verdade em nós. Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça” (1 Jo 1.8,9). A solução para o problema do pecado não está em negar a sua existência, mas, sim, em reconhecê-lo e crer que Jesus Cristo já pagou o preço por nós. Ele não apenas remove a culpa, mas também nos reconcilia com o Pai e concede-nos vida nova. Onde o pecado trouxe morte, Cristo oferece ressurreição; onde trouxe vergonha, Ele cobre de graça; onde gerou medo, Ele infunde esperança.

É diante dessa verdade que você precisa tomar sua decisão. Continuar vivendo como se o pecado fosse um probleminha irrelevante é iludir-se e seguir distante do propósito de Deus. Mas o Senhor claramente nos chama a reconhecer a gravidade dessa realidade, a render-se a Cristo e a experimentar a liberdade verdadeira. É o pecado que nos aprisiona, mas é a salvação que nos liberta. É o pecado que nos acusa, mas é a graça que nos justifica. É o pecado que nos separa, mas é Cristo que nos reconcilia.

Portanto, a grande lição que fica é esta: sem Cristo, o ser humano permanece perdido; com Cristo, a vida é transformada, e a esperança é restaurada. Há um Deus que conhece nossa miséria, mas que, mesmo assim, nos ama e chama para perto. Que cada um de nós, ao compreender a realidade do pecado, responda ao convite de Jesus: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei” (Mt 11.28).

CAPÍTULO 3

A NATUREZA DO DEUS QUE SALVA

Salmos 105

- 5 - Lembrai-vos das maravilhas que fez, dos seus prodígios e dos juízos da sua boca,
6 - vós, descendência de Abraão, seu servo, vós, filhos de Jacó, seus escolhidos.

Salmos 34

- 8 - Provai e vede que o SENHOR é bom; bem-aventurado o homem que nele confia.
9 - Temei ao SENHOR, vós os seus santos, pois não têm falta alguma aqueles que o temem.

Lucas 18

- 18 - E perguntou-lhe um certo príncipe, dizendo: Bom Mestre, que hei de fazer para herdar a vida eterna?
19 - Jesus lhe disse: Por que me chamas bom? Ninguém há bom, senão um, que é Deus.

Romanos 5

- 6 - Porque Cristo, estando nós ainda fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios.
7 - Porque apenas alguém morrerá por um justo; pois poderá ser que pelo bom alguém ouse morrer.
8 - Mas Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores.

INTRODUÇÃO

Ao ser perguntado a respeito da existência de Deus, o romancista e dramaturgo Ariano Suassuna respondeu:

Acredito. Eu não conseguiria conviver com essa visão amarga, dura, atormentada e sangrenta do mundo. Então, ou existe Deus ou a vida não tem sentido nenhum. Bastaria a morte para tirar qualquer sentido da existência. [...] Então Deus para mim é uma necessidade. Se eu não acreditasse em Deus eu era um desesperado (SUASSUNA, 2014).

Esse testemunho revela a busca do coração humano por algo maior do que si mesmo, capaz de dar sentido e servir de âncora para a vida. Contudo, o pecado distorceu essa busca e, em muitos casos, arrancou essa âncora do coração humano. Apenas num encontro genuíno com o Deus verdadeiro é possível restabelecê-la.

A boa notícia é que, ao abrirmos a Bíblia, encontramos uma mensagem que atravessa séculos e culturas, mas que permanece viva e atual: Deus deseja revelar-se ao ser humano. Desde os primeiros capítulos de Gênesis até a consumação em Apocalipse, a Escritura apresenta-nos um Deus que não se esconde, mas que toma a iniciativa para que o conheçamos. Essa revelação não é apenas intelectual, mas também relacional. Deus não quer apenas ser estudado; Ele quer ser experimentado. Ele mostra-se como Criador, Sustentador e, acima de tudo, como Salvador. O Senhor revela-se como aquEle que, mesmo diante da rebeldia e do pecado humano, decidiu amar e redimir. Essa é a natureza do Deus que salva.

Diante disso, convidamos você a adentrar na reflexão deste capítulo. Consideraremos três aspectos fundamentais da natureza do Deus que salva. Primeiro, veremos que Ele é o Redentor que toma a iniciativa de buscar o pecador e salvá-lo. Depois, meditaremos sobre o amor de Deus revelado em Cristo, que nos alcançou quando ainda éramos pecadores. Por fim, compreenderemos que esse amor não anula a santidade, mas chama-nos a uma vida transformada e dedicada ao Senhor. Nosso objetivo é conduzir cada leitor a reconhecer que, pela sua bondade, amor e santidade, Deus deseja relacionar-se conosco, oferecendo-nos perdão, nova vida e esperança na vida eterna.

I - O DEUS QUE SE REVELA COMO SALVADOR

1. A história da salvação mostra Deus como o Redentor

“Se Deus é o Bem Supremo, então, a nossa mais elevada bênção na terra deve estar em conhecê-lo o mais perfeitamente possível. O objetivo final ao qual a redenção conduz é a visão imediata da sempre abençoada divindade” (TOZER, 2020, p. 86). Essa afirmação leva-nos a compreender que toda a história da salvação aponta para esse encontro transformador com o próprio Deus. Não se trata apenas de livramento das consequências do pecado, mas do acesso ao Bem Supremo, que é o Senhor. Por isso, a narrativa bíblica revela que a redenção não é um fim em si mesmo; ela é o que nos conduz ao relacionamento pleno com o Criador.

A história da salvação é, acima de tudo, a revelação de Deus como o Redentor. Desde os primeiros capítulos de Gênesis, o Criador apresenta-se como aquEle que toma a iniciativa de resgatar a humanidade caída. Quando o pecado entrou no mundo, trazendo morte e separação, Deus pronunciou a promessa do Redentor que pisaria a cabeça da serpente (Gn 3.15). Ali, em meio à Queda, brilhou a primeira luz da esperança. Ao longo das Escrituras, vemos esse plano redentivo desenrolar-se em atos poderosos. Nesse sentido, o Salmo 105 convida-nos a lembrar e a celebrar “as maravilhas que fez, os seus prodígios e os juízos da sua boca” (vv. 5 e 6). Cada milagre, cada libertação e cada juízo justo revelam o coração de um Deus que não abandonou o seu povo, mas agiu para restaurar a sua aliança. Esse Deus que libertou Israel do Egito é o mesmo Deus que ainda hoje redime pecadores, mostrando que a sua misericórdia é maior do que nossa culpa.

É maravilhoso saber que, mesmo em nossa condição de pecadores, somos vistos pelo Eterno Redentor com compaixão. Ele não esperou que fôssemos até Ele, mas veio ao nosso encontro, revelando a sua bondade e graça. O apóstolo João declara: “Nisto está o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou seu Filho para propiciação pelos nossos pecados” (1 Jo 4.10).

2. Deus é bom e digno de confiança

No Salmo 34, encontramos outra expressão dessa bondade redentora: “Busquei ao SENHOR, e Ele me respondeu; livrou-me de todos os meus temores” (v. 4). Aqui, a fidelidade de Deus manifesta-se na sua proximidade

e cuidado. Ele não apenas livra, mas também restaura e fortalece. Além disso, o Salmo convida-nos a experimentar a bondade divina e, como resultado, a felicidade que alcança aquele que confia nEle (v. 8). Quando provamos da sua bondade e entregamo-nos a Ele com plena confiança, o temor do Senhor — uma atitude que caracteriza a verdadeira sabedoria espiritual (Pv 1.7) — passa a fazer parte de nossa vida. Esse temor não é um medo paralisante, mas reverência amorosa diante da santidade de nosso Criador. Assim, passamos a conhecer, de fato, o Deus da Bíblia: um Deus bom, confiável e digno de temor. Não se trata de um conhecimento meramente intelectual, mas de uma experiência que transforma o coração. Esse Deus revela-se não apenas nos seus atributos grandiosos, mas também no seu cuidado pessoal, na sua fidelidade que nunca falha e na sua misericórdia, que é nova a cada manhã (Lm 3.22,23).

É exatamente dessa maneira que o Novo Testamento apresenta a natureza do Deus que salva: “Mas, quando apareceu a benignidade e o amor de Deus, nosso Salvador, para com os homens” (Tt 3.4), fomos alcançados pela sua obra salvadora — não por méritos ou esforços humanos, mas pela sua iniciativa amorosa e cheia de graça (Tt 3.5). Essa bondade divina não é passageira nem restrita a alguns; é constante, abundante e alcança todos os que se abrem para recebê-la. O apóstolo Paulo declara que “a benignidade de Deus te leva ao arrependimento” (Rm 2.4), mostrando que até mesmo nossa decisão de voltar para Ele é fruto da sua graça operando em nós. Ao reconhecer essa realidade, entendemos que podemos confiar plenamente em Deus, pois a sua fidelidade não depende das circunstâncias, mas, sim, do seu caráter imutável. Ainda que falhemos, Ele permanece fiel (2 Tm 2.13). Essa confiança gera paz em meio às tempestades, segurança em tempos de incerteza e esperança em meio às dores da vida.

Quando experimentamos a bondade de Deus, descobrimos que a verdadeira felicidade não se encontra na ausência de problemas, mas na presença do Redentor em nossa caminhada. Somos cercados pela sua bondade, sustentados pela sua graça e conduzidos pelo seu amor. Por isso, podemos afirmar com o salmista: “Certamente que a bondade e a misericórdia me seguirão todos os dias da minha vida” (Sl 23.6). Esta é a experiência transformadora da salvação: viver diariamente sustentados pela bondade de um Deus que é absolutamente confiável, generoso e digno de toda adoração.

3. Jesus revela a natureza salvadora de Deus

Em Jesus, a natureza salvadora de Deus é revelada. A Palavra de Deus mostra-nos que, em Cristo, habita corporalmente toda a plenitude da divindade (Cl 2.9). Não por acaso, quando o jovem rico chamou nosso Senhor de “Bom Mestre”, Jesus afirmou que somente Deus é bom (Lc 18.18,19). Com isso, o Filho deu testemunho da bondade do Pai. Aqui, contemplamos o mistério da Santíssima Trindade no testemunho do Filho a respeito do Pai. Em João 14, Jesus declarou: “[...] Quem me vê a mim vê o Pai; [...] Não crês tu que eu estou no Pai e que o Pai está em mim?” (Jo 14.9,10). Sendo a expressão plena da divindade, Jesus revela tanto a bondade quanto a natureza salvadora de Deus. É por meio dEle que a obra da salvação é manifesta, revelando o Deus da Bíblia como o Salvador da humanidade caída.

Saber que Deus revela-se como Salvador nas Escrituras é o que nos impulsiona a buscá-lo de forma pessoal e verdadeira. O Deus que salva também deseja ser conhecido intimamente por cada um de nós, e a melhor forma de conhecê-lo é mediante a leitura das Escrituras, com o coração aberto e sincero, disposto a encontrá-lo de verdade. Ao contemplarmos Cristo, vemos o caráter de Deus traduzido em gestos de compaixão, palavras de vida e atos de poder. Ele curou enfermos, libertou oprimidos, acolheu pecadores e trouxe esperança aos desesperançados. A sua vida é a prova de que Deus não está distante, mas presente, ativo e interessado em nosso destino eterno.

Por isso, receber a revelação de Cristo é muito mais do que aderir a uma religião; é entrar em um relacionamento vivo com o Redentor. Ele mesmo declarou: “Eu vim para que tenham vida e a tenham com abundância” (Jo 10.10). A abundância de vida que Jesus oferece não é medida por bens materiais, mas pela presença transformadora do Espírito Santo em nosso interior. Assim, ao conhecer Jesus, conhecemos o Deus que é bom, fiel e Salvador e descobrimos a verdadeira alegria de viver em comunhão com Ele.

II - A SALVAÇÃO COMO PROVA DO AMOR DE DEUS

1. A salvação como ato de amor

Romanos 5 apresenta-nos um dos retratos mais belos e profundos do amor divino. O apóstolo Paulo descreve a morte de Cristo, o Justo, no

lugar dos ímpios: “Porque Cristo, estando nós ainda fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios” (Rm 5.6). Ele ressalta que não é incomum alguém se arriscar por uma pessoa justa e, talvez, até entregar-se por alguém reconhecidamente bom (Rm 5.7), mas é algo extraordinário, fora de toda lógica humana, que um inocente entregue voluntariamente a sua vida por pessoas más, rebeldes e pecadoras. E, no entanto, foi exatamente isso que os Evangelhos registram: a entrega de Jesus, o Filho de Deus, por uma humanidade que não tinha nada para oferecer em troca.

Essa entrega não foi fruto de um impulso ou de uma necessidade externa, mas da própria natureza amorosa de Deus. Paulo afirma: “Mas Deus prova o seu amor para conosco, em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores” (Rm 5.8). O amor de Deus não é teórico; é provado na história, na cruz, no sangue derramado por pecadores. Deus não esperou que nos tornássemos santos ou que tivéssemos méritos para receber o seu favor. Ele simplesmente nos amou no estado mais sombrio e distante, quando ainda estávamos mortos em ofensas e pecados (Ef 2.1). Essa iniciativa divina demonstra um amor que ultrapassa todo entendimento humano. Se isso não é amor, então o que seria?

O sacrifício de Cristo revela o amor que tudo sofre, tudo crê, tudo espera e tudo suporta (1 Co 13.4-7). É o amor que se doa mesmo sem garantias de correspondência, que se entrega por aqueles que não o merecem. Em Cristo, contemplamos o amor sofredor que suportou a cruz, o amor bondoso que acolheu pecadores, o amor verdadeiro que não se corrompeu diante da injustiça. Esse amor não apenas nos perdoa, mas também nos transforma, conduzindo-nos de inimigos a filhos adotivos, de condenados a herdeiros da vida eterna.

2. O amor de Deus se manifestou na cruz

A salvação, portanto, é o maior ato de amor já realizado. Ela revela que, mesmo quando o ser humano estava perdido, Deus não desistiu dele. Ele amorosamente nos buscou, alcançou e resgatou, oferecendo-nos reconciliação e paz. Esse amor, expresso na cruz, continua sendo a esperança e o fundamento da vida cristã.

O maior fundamento da salvação é o amor de Deus. Todas as demais verdades do evangelho estão alicerçadas nesta realidade gloriosa: Deus

sobremaneira nos amou que entregou o seu Filho para resgatar-nos (ver Jo 3.16). Como pentecostais, proclamamos com convicção que não foi a força da religião, nem o mérito humano, nem mesmo a necessidade da criação que moveu o coração de Deus; foi, acima de tudo, o seu amor incomparável.

Esse amor é amplo, profundo e universal. Ele não se limita a um povo, a uma cultura ou a uma geração; alcança todos, sem exceção. Paulo declara que Deus “quer que todos os homens se salvem e venham ao conhecimento da verdade” (1 Tm 2.4). Assim, o amor divino não conhece barreiras étnicas, sociais ou morais. É um amor acolhedor, que se derrama sobre todos os pecadores, chamando-os à vida eterna. Diferente do amor humano, que costuma ser condicionado, o amor de Deus é livre, soberano e imensurável.

O apóstolo João, denominado de o “apóstolo do amor”, explica essa verdade com precisão: “Nisto está o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou seu Filho para propiciação pelos nossos pecados” (1 Jo 4.10). Aqui encontramos duas afirmações centrais: primeiro, que fomos amados por Deus quando ainda éramos pecadores; segundo, que esse amor concretizou-se num ato de entrega sacrificial. Esta é a essência da morte vicária de Cristo: Ele morreu em nosso lugar, assumindo sobre si o castigo que era nosso.

Esse ato não foi injustiça, mas misericórdia. O Justo entregou-se pelos injustos, para que pudéssemos ser reconciliados com Deus. É um mistério sublime: no Calvário, a santidade e a justiça de Deus encontraram-se com a sua graça e misericórdia, e o resultado foi nossa redenção. Como disse o profeta Isaías: “[...] o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e, pelas suas pisaduras fomos sarados” (Is 53.5).

A cruz, portanto, é o maior testemunho do amor divino não só porque Jesus sofreu nela, mas também porque nela fomos alcançados com vida nova. E esse amor é o que nos constrange, como afirmou Paulo: “Pois o amor de Cristo nos constrange, julgando nós assim: que, se um morreu por todos, logo todos morreram” (2 Co 5.14). O amor revelado na cruz é mais do que um sentimento; é um ato que transforma, cura e liberta. Assim, quem contempla a cruz é chamado a responder a esse amor não com indiferença, mas com fé, arrependimento e entrega, pois a salvação não é uma ideia, mas, sim, uma experiência viva do amor de Deus derramado em Cristo Jesus; é a certeza de que, no Calvário, fomos amados por Deus até o fim e que

é por esse amor que temos vida eterna. Não existe definição maior ou mais verdadeira de amor do que aquela que se manifesta na cruz, como bem afirmou John Stott:

[...] Apenas um ato de amor puro, não manchado por alguma nuança de segundos motivos, foi praticado na história do mundo, a saber, o amor de Deus que se deu a si mesmo em Cristo na cruz por pecadores que não o mereciam. É por isso que, se estamos procurando uma definição de amor, não devemos ir ao dicionário, mas ao Calvário (STOTT, 2006, p. 216).

3. Respondendo ao amor de Deus com gratidão

Se o Calvário é o maior retrato do amor divino, então nossa resposta deve ser a gratidão vivida de forma prática e constante. Essa gratidão pela salvação vai muito além de palavras bonitas ou de momentos emocionantes na igreja. Ser grato é viver cada dia com propósito, identidade e sentido em Cristo. É reconhecer que “Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores” (Rm 5.8) e responder a esse amor com uma vida que honra o sacrifício de Jesus.

Diante disso, a gratidão verdadeira é expressa em atitudes concretas: nas decisões que tomamos, nas amizades que escolhemos, na forma como lidamos com as tentações e na disposição em servir a Deus e ao próximo. Não se trata apenas de sentir algo, mas também de viver como alguém transformado pelo amor que recebeu. O apóstolo João resume isso ao dizer: “Nós o amamos porque ele nos amou primeiro” (1 Jo 4.19). Esse amor não apenas nos alcança; ele também nos transforma, redefine nossas prioridades, molda nossos relacionamentos e impulsiona-nos a viver de maneira santa e comprometida. Gratidão é, portanto, obedecer, amar e refletir Cristo em cada aspecto da vida. Seja rotina, redes sociais ou atitudes: tudo em nós deve testemunhar a grandeza desse amor.

III - A SANTIDADE DO DEUS QUE SALVA

1. Deus é absolutamente santo

Deus é amor, mas Ele também é absolutamente santo e absolutamente justo. A santidade e a justiça de Deus são duas das características mais

fundamentais da sua natureza, sendo majestosamente reveladas em toda a Escritura. Encontramos no livro do profeta Isaías a descrição impactante de uma visão celestial: “E clamavam uns para os outros, dizendo: Santo, Santo, Santo é o SENHOR dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória” (Is 6.3). Essa tripla declaração enfatiza a santidade absoluta de Deus, um atributo que não apenas o distingue de toda a criação, mas que também envolve tudo o que Ele é e faz. A sua santidade é a essência do seu caráter, e nada na sua presença pode permanecer impuro.

O apóstolo Pedro, na sua primeira epístola, ecoa esse mesmo chamado: “Mas, como é santo aquele que vos chamou, sede vós também santos em toda a vossa maneira de viver” (1 Pe 1.15). E logo acrescenta: “Porquanto está escrito: Sede santos, porque eu sou santo” (1 Pe 1.16; cf. Lv 11.44). Aqui vemos que a santidade, conectada à sua justiça, não é só uma qualidade divina, mas também um padrão exigido dos que foram alcançados pela graça. O chamado de Deus à santidade não é opcional, nem uma sugestão; está diretamente ligado à sua própria natureza santa e justa. Ser santo, portanto, não é um mero ideal humano, mas um reflexo da comunhão com o Deus Santo.

2. A salvação é um chamado à santidade

A santidade de Deus diretamente nos confronta com a realidade do pecado, mas também nos convida à transformação. A obra da salvação não se limita ao perdão dos pecados, embora este seja um aspecto essencial. A salvação também é um chamado à santidade de vida, como afirma o apóstolo Paulo: “Mas agora, libertados do pecado e feitos servos de Deus, tendes o vosso fruto para santificação e, por fim, a vida eterna” (Rm 6.22). Deus não nos salva para permanecermos nos mesmos caminhos de antes, mas para sermos transformados.

Essa transformação é completa. A verdadeira conversão traz mudança de mente, de atitudes e de propósito (2 Co 5.17). Quando alguém se encontra com Cristo, não pode permanecer o mesmo. A santidade é a marca visível dessa nova vida. Ela manifesta-se no falar, no agir, no pensar e no relacionar-se com os outros. É andar diariamente com Deus, escolhendo obedecer à sua Palavra mesmo quando o mundo apresenta caminhos contrários.

A santidade pode até parecer um fardo pesado para muitos, como se fosse uma lista interminável de “não pode” e “não deve”. A Bíblia mostra, porém, que a santidade não é um peso, e sim um privilégio; é viver a identidade de quem foi alcançado pela graça. Ser santo significa experimentar a verdadeira liberdade — liberdade do poder do pecado e da escravidão das paixões humanas — para viver em comunhão com o Criador. Nesse sentido, a santidade realiza-se em nossa disposição interior, ancorada no Espírito Santo, em abraçar uma vida de virtudes no Espírito, em que a natureza do Céu domine-nos por completo.

Essa santidade é também fruto da ação do Espírito Santo. Não somos santos por força própria ou mérito pessoal, mas porque o Espírito de Deus habita em nós e capacita-nos a viver de maneira que agrada ao Senhor. Por isso, o autor aos Hebreus afirma: “Segui a paz com todos e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hb 12.14). Isso nos mostra que a santidade é indispensável à vida cristã, pois é o sinal de que realmente fomos regenerados e pertencemos a Deus.

Assim, quando olhamos para a cruz, vemos não apenas o perdão, mas também o chamado à santidade. O mesmo amor que nos salvou é o que nos chama a viver em novidade de vida. O Deus Santo que nos resgatou é também aquEle que nos sustenta e também nos capacita a andar nos seus caminhos. Viver em santidade é, portanto, responder ao chamado do Deus, que é Santo, Santo, Santo e que deseja refletir a sua glória em nós.

3. A cruz: o encontro da justiça e do amor de Deus e o caminho para a santidade

A santidade de Deus objetivamente nos mostra o quanto o pecado é grave e destrutivo. Mas a mesma Escritura que revela a santidade do Senhor também revela o seu amor infinito. Esses dois atributos, longe de contradizerem-se, unem-se perfeitamente no centro da história da redenção: a cruz de Cristo.

A cruz de Cristo é o maior marco da história da salvação. Nela, a santidade de Deus e o seu amor infinito encontram-se em perfeita harmonia. Deus é santo e não pode tolerar o pecado (Hc 1.13), mas também é amor e deseja salvar o pecador (Jo 3.16). Na cruz, vemos

que o pecado não foi ignorado, mas julgado com todo o peso da justiça divina. Jesus, o Cordeiro sem mancha, tomou sobre si a culpa que era nossa (Is 53.5). Ao mesmo tempo, esse sacrifício revela o quanto somos amados por Deus, ao ponto de Ele entregar o seu Filho por nós. A cruz mostra que a salvação não é barata — ela custou o sangue de Cristo.

Como afirma John Stott:

Devemos ver a realização da cruz de Cristo tanto em termos de revelação como de salvação. Emprestando termos correntes, podemos dizer que foi “revelatório” e também “salvífico”. Pois através do que Deus realizou ali pelo mundo, ele também falou ao mundo. Assim como os seres humanos revelam seu caráter por meio de suas ações, da mesma forma Deus se mostrou a si mesmo a nós por meio da morte do seu Filho (STOTT, 2006, p. 208).

Na cruz, portanto, Deus revela-se de maneira transparente e direta: Ele permanece justo ao punir o pecado e, ao mesmo tempo, amoroso ao justificar o pecador que crê (Rm 3.26). É o ponto em que a santidade de Deus exige justiça e que o seu amor oferece graça. Por isso, a cruz não pode ser vista apenas como um evento histórico, mas, sim, como a maior revelação de quem Deus é.

A. W. Tozer reforça essa verdade ao lembrar que

Deus é amor, podemos ter plena convicção de que o amor sempre estará presente em todos os atos divinos, seja para a salvação de um pecador penitente, seja para a destruição de um mundo impenitente. De modo similar, podemos saber que Deus sempre será justo, fiel, misericordioso e verdadeiro” (TOZER, 2020, p.49).

Assim, o Calvário ensina-nos que o amor de Deus jamais é separado da sua santidade e que a santidade de Deus jamais age sem amor. A cruz, portanto, é o lugar onde esses santos atributos encontram-se, trazendo-nos a salvação.

CONCLUSÃO

A mensagem da Bíblia é clara: o Deus que se revela é amoroso e santo ao mesmo tempo. Ele não é apenas um ideal abstrato, mas um Deus vivo que intervém na história e na vida de cada pessoa. A sua santidade claramente nos confronta, mostrando-nos a gravidade do pecado, e o seu amor calorosamente nos consola, oferecendo-nos perdão e reconciliação, e a cruz de Cristo é o ponto máximo dessa revelação. Nela, justiça e graça encontram-se; santidade e amor caminham lado a lado; condenação e salvação encontram-se no mesmo ato. O pecado não foi ignorado, mas punido em Cristo, e o pecador não foi abandonado, mas amado até o fim.

Por isso, viver a fé cristã é muito mais do que frequentar cultos ou recitar verdades doutrinárias; é experimentar diariamente a presença do Deus que salva. Para o cristão, isso significa responder ao amor de Deus com gratidão prática nas suas decisões, relacionamentos, escolhas e testemunho. Como disse o apóstolo João: “Nós o amamos porque ele nos amou primeiro” (1 Jo 4.19). Essa resposta de amor é traduzida em santidade de vida — não como um peso imposto, mas como um privilégio de quem foi alcançado pela graça.

A santidade é o selo visível da salvação. Quem realmente encontrou a Cristo não pode continuar vivendo da mesma forma. A verdadeira conversão transforma pensamentos, palavras e atitudes. Essa transformação não depende da força humana, mas, sim, do poder do Espírito Santo que habita em nós, pois é Ele quem nos capacita a viver de modo digno do chamado que recebemos, mesmo em meio às pressões e tentações do mundo.

Assim, concluímos este capítulo com uma certeza: o Deus que se revela é Redentor, Bondoso, Amoroso e Santo. Ele amorosamente nos convida a viver em comunhão com Ele e a refletir a sua glória no mundo. Como bem afirmou Ariano Suassuna, a vida torna-se amarga, atormentada e sem sentido sem Deus. Em Cristo, porém, descobrimos que Deus é nossa maior necessidade, a âncora que sustenta a existência e a fonte de esperança para além da morte. A cruz é o maior retrato desse amor santo, e é nela onde encontramos vida, perdão e esperança.

CAPÍTULO 4

O DEUS QUE JUSTIFICA

Romanos 4.1-8

- 1 - Que diremos, pois, ter alcançado Abraão, nosso pai segundo a carne?
- 2 - Porque, se Abraão foi justificado pelas obras, tem de que se gloriar, mas não diante de Deus.
- 3 - Pois, que diz a Escritura? Creu Abraão em Deus, e isso lhe foi imputado como justiça.
- 4 - Ora, àquele que faz qualquer obra, não lhe é imputado o galardão segundo a graça, mas segundo a dívida.
- 5 - Mas, àquele que não pratica, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça.
- 6 - Assim também Davi declara bem-aventurado o homem a quem Deus imputa a justiça sem as obras, dizendo:
- 7 - Bem-aventurados aqueles cujas maldades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos.
- 8 - Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa o pecado.

INTRODUÇÃO

Adoutrina da justificação pela fé é uma das mais preciosas da fé cristã. Ela faz com que lembremos que a salvação não é resultado de esforços humanos ou de obras religiosas, mas um presente gracioso de Deus, concedido mediante a fé em Jesus Cristo. O apóstolo Paulo, escrevendo aos cristãos em Roma, declarou: “Sendo, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo” (Rm 5.1). Essa afirmação resume o coração do evangelho: a paz com Deus não vem de méritos próprios, mas pela fé na obra perfeita de Cristo na cruz.

A importância dessa verdade atravessa toda a História da Igreja. Nos dias da Reforma Protestante, a justificação pela fé recebeu uma atenção preponderante de modo que a sua compreensão renovada reacendeu a chama da fé autêntica, afastando os cristãos da dependência de rituais e méritos pessoais para apoiar-se somente na graça divina. Para nós, pentecostais, essa doutrina continua central, pois revela a base sobre a qual o Espírito Santo opera regenerando, santificando e capacitando o crente a viver em novidade de vida.

Quando olhamos para as Escrituras, percebemos que a justificação não é apenas um conceito teológico, mas também uma experiência real e transformadora. Abraão, antes mesmo da Lei de Moisés, foi declarado justo porque creu em Deus (Rm 4.3). Esse exemplo mostra que a salvação sempre esteve fundamentada na fé. Assim também hoje: somos aceitos por Deus não porque merecemos, mas porque confiamos em Jesus e no sacrifício que Ele realizou em nosso lugar.

Essa verdade é essencial para o cristão. Em um mundo que impõe padrões inalcançáveis de perfeição, em que as redes sociais frequentemente reforçam sentimentos de inadequação e culpa, a doutrina da justificação pela fé traz descanso e segurança. Ela também nos lembra de que nossa identidade não está no que fizemos ou deixamos de fazer no passado, mas, sim, no que Cristo fez por nós. Não precisamos carregar o peso do passado, nem viver aprisionados pela culpa. Em Cristo, somos declarados justos, reconciliados e chamados a viver em liberdade e santidade.

Estudar a justificação, portanto, não é apenas compreender um ponto da doutrina cristã, mas abraçar uma verdade que transforma o coração e a mente. Neste capítulo, exploraremos o que significa ser justificado pela fé, tomando como base a experiência de Abraão e a revelação bíblica, e refletiremos sobre como essa realidade pode impactar a vida prática de quem deseja andar com o Deus que justifica.

I - O QUE É A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

1. Conceito

A palavra “justificação” tem origem no vocábulo grego *dikaiosis*, que significa “declarar justo” ou “inocentar”. Não se trata de um processo humano, mas de um termo judicial aplicado ao ato divino: o próprio Deus, como Juiz supremo, declara o pecador justo por causa da obra redentora de Cristo. O apóstolo Paulo explica: “Àquele que não co-

nheceu pecado, o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Co 5.21). Assim, a justificação não consiste em Deus ignorar o pecado, mas em aplicar ao pecador arrependido a justiça de Cristo. Eurico Bergstén, ao tratar desse tema, explica: “Deus, na justificação, trata o homem arrependido conforme os méritos da Pessoa de seu Mediador, Jesus Cristo” (BERGSTÉN, 2016, p. 180).

Essa mudança de posição diante de Deus baseia-se exclusivamente no fruto da graça divina, recebida somente pela fé: “Sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus” (Rm 3.24). A justificação é, portanto, o fundamento da vida cristã: sem ela, o ser humano permanece condenado e separado de Deus; com ela, passa a desfrutar de comunhão, paz e esperança.

Podemos comparar a justificação ao ato de um juiz que declara inocente alguém acusado de um crime, não porque o acusado seja, de fato, inocente, mas porque outra pessoa assumiu a sua culpa e pagou a sua dívida. Myer Pearlman, teólogo pentecostal, afirmou que “a justificação inclui mais que perdão dos pecados e remoção da condenação, pois no ato da justificação Deus coloca o ofensor na posição de justo (PEARLMAN, 2009, p. 230). Assim acontece conosco: éramos culpados e condenados pelo pecado, mas Cristo pagou a pena em nosso lugar. Por meio da fé, recebemos esse benefício, e Deus declara-nos justos.

2. O ato da justificação

Essa mudança é radical. Antes, éramos chamados filhos da ira (Ef 2.3); agora, somos filhos de Deus (Jo 1.12). Antes, vivíamos em trevas (Ef 5.8); agora, somos luz no Senhor. É um novo *status* espiritual e jurídico, que altera completamente nossa posição diante do Criador. Essa é a base sobre a qual toda a nossa vida cristã deve ser construída.

É importante compreender também a diferença entre justificação e regeneração, embora esta última seja estudada no capítulo 6. Na regeneração, o Espírito Santo opera em nosso interior, transformando nossa natureza e fazendo de nós novas criaturas (2 Co 5.17). Na justificação, Deus altera nossa posição diante de Ele, declarando-nos justos. São atos distintos, mas inseparáveis, conforme nos ensina Eurico Bergsten: “Enquanto ‘regeneração’ expressa a nova natureza que o homem recebe pela salvação, justificação se refere à sua nova

posição jurídica, diante da justiça divina” (BERGSTÉN, p. 180). Essa obra maravilhosa é, contudo, feita por meio da fé.

A Bíblia deixa claro que a fé é o único instrumento pelo qual recebemos a justificação. Abraão, o pai da fé, não foi declarado justo por causa das suas obras, mas porque creu em Deus (Rm 4.3). Essa fé não é mera crença intelectual, mas, sim, confiança viva e entrega completa ao Senhor. Como ensina Tiago, a fé verdadeira é acompanhada por obras que a confirmam (Tg 2.17). A justificação, portanto, não é alcançada pelas obras, mas a fé que justifica não permanece sozinha: ela produz frutos de santidade. Assim, a justificação é um ato instantâneo e, ao mesmo tempo, o início de um processo. É um ato instantâneo, porque, quando cremos em Cristo, somos declarados justos; mas também é o ponto de partida para uma vida de santidade, pois quem foi declarado justo deve agora viver de acordo com essa nova realidade.

3. Uma experiência real

A doutrina da justificação não pode ser reduzida a um conceito teórico ou distante da vida prática. Trata-se de uma experiência real, que afeta nossa consciência, nossas emoções e nossa conduta. Muitos vivem aprisionados pela culpa de erros do passado ou, então, pela pressão de corresponder a padrões impostos pela sociedade. Quando, no entanto, entendem que Deus já os declarou justos em Cristo, encontram libertação e segurança: “Portanto, agora, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8.1). Isso significa que não precisamos viver sob o peso da acusação ou do medo constante de não sermos aceitos. Nossa identidade não se baseia no que fomos ou no que fizemos, mas, sim, no que Cristo realizou em nosso lugar. A fé na justificação certamente nos liberta para vivermos com ousadia, alegria e esperança. Por isso, compreender a justificação é crucial para a manutenção de nossa convicção de salvos em Cristo.

Em um mundo marcado pela busca incessante de aprovação — seja em redes sociais, seja em relacionamentos —, a certeza de que Deus já nos aceitou em Cristo é uma âncora para a alma. Isso é o que nos dá coragem para viver de forma autêntica, sem máscaras seculares diante de um público escarnecedor, conscientes de que nossa justiça não vem de nós mesmos, mas da obra perfeita do Salvador e que,

por isso, temos o direito de ser quem somos em Cristo em qualquer ambiente da sociedade.

Assim, a justificação pela fé liberta-nos de todo e qualquer jugo e chama-nos para uma vida de gratidão e santidade. Agora, nosso viver diário é uma resposta amorosa à graça recebida, e, por isso, nossas ações correspondem a essa nova consciência que emerge do evangelho.

II - DEUS JUSTIFICOU ABRAÃO

1. *O exemplo do pai da fé*

Depois de compreender que a justificação é um ato gracioso de Deus, recebido somente pela fé, é fundamental observar como essa verdade já estava presente muito antes da vinda de Cristo. O apóstolo Paulo, ao escrever aos Romanos, apresenta Abraão como o grande exemplo de alguém que foi justificado não pelas obras, mas pela fé plena em Deus.

Em Romanos 4.1-8, Paulo recorda que Abraão não tinha sobre si o peso da Lei de Moisés, pois esta ainda não havia sido dada. Mesmo assim, foi considerado justo porque creu na promessa do Senhor. O texto declara: “Creu Abraão em Deus, e isso lhe foi imputado como justiça” (Rm 4.3). Isso significa que, desde os primórdios da história da fé, a relação com Deus sempre esteve condicionada ao ato de crer na Palavra e no caráter de Deus.

Esse ensino desmonta qualquer ideia de que a fé como caminho para a salvação seja algo restrito ao Novo Testamento. Na verdade, o plano de Deus sempre foi um só: justificar o pecador que confia nEle. O próprio Davi, citado por Paulo, também declarou que bem-aventurado é “o homem a quem Deus imputa a justiça sem as obras” (Rm 4.6). Assim, tanto Abraão quanto Davi testemunham que o caminho da salvação depende fundamentalmente do que Deus fez e continua a fazer em nosso favor. Abraão, portanto, é chamado de “pai da fé” não apenas por ter iniciado uma linhagem de crentes, mas também por ter revelado a essência do relacionamento com Deus: confiar na sua promessa, ainda que tudo ao redor pareça impossível. O seu exemplo lembra-nos de que a fé é a chave para experimentarmos a justiça de Deus em qualquer tempo ou lugar.

2. *O lugar da fé*

Depois de entender que Abraão foi declarado justo porque creu, precisamos refletir sobre o lugar que a fé ocupa no plano divino. A

narrativa bíblica deixa claro que tanto o crer quanto o agir têm o seu espaço na obra da salvação. No caso de Abraão, a fé foi determinante para a sua justificação, mas os seus atos também confirmaram essa fé. Ele só deixou a sua terra e a sua parentela porque acreditou na promessa de Deus antes de qualquer coisa (Gn 12.1). Assim, o agir de Abraão foi fruto de uma confiança prévia e firme no Senhor.

Esse princípio continua válido para nós: primeiro cremos; depois, nossas ações manifestam a autenticidade da fé que professamos. A fé verdadeira não se limita a palavras ou declarações; ela gera frutos visíveis na conduta diária. Por isso, Paulo enfatiza que o justo viverá da fé (Rm 1.17), mostrando que se trata de uma confiança contínua, que sustenta toda a vida cristã. Dessa forma, o teólogo Donald Stamps explica:

Foi a fé de Abraão, e não apenas os seus atos (que eram o resultado e a exibição da sua fé) que o justificou para com Deus e o capacitou a fazer o que era correto, segundo os padrões de Deus. A verdadeira fé de salvação — o tipo de fé que capacita uma pessoa a receber o perdão pelos pecados praticados e iniciar um relacionamento pessoal com Deus — está diretamente relacionada e é considerada equivalente à justiça, no que diz respeito ao seu efeito na vida de um crente. Em outras palavras, quando uma pessoa é espiritualmente salva, Deus a “imputa” como justa (isto é, conciliada com Deus) e quando Deus chama alguém de justo, está indicando que essa pessoa é espiritualmente salva e tem um relacionamento correto com Ele (STAMPS, 2022, p. 2023).

Ora, fé e relacionamento com Deus andam juntos. Nossa relacionamento com Deus começa, contudo, com a fé.

É importante distinguir entre fé genuína e mera religiosidade. A religiosidade pode ser expressa em práticas externas, rituais ou discursos, mas não necessariamente nasce de um coração transformado. Já a fé verdadeira é a confiança viva em Deus, que se traduz em obediência e perseverança. Hebreus 11 ilustra isso ao apresentar homens e mulheres que, pela fé, venceram desafios, alcançaram promessas e permaneceram firmes diante das provações.

Essa fé autêntica continua sendo um chamado para os cristãos de hoje. Em um mundo que valoriza mais a aparência do que a essência, a fé genuína certamente nos desafia a ser coerentes, autênticos e fiéis, mesmo quando ninguém está olhando. Ela faz com que escolhamos o que agrada a Deus, resistamos às pressões externas e vivamos com esperança.

Outro ponto de suma importância que devemos levar em consideração é que a verdadeira fé cristã revela-se como fé depositada numa pessoa histórica: Jesus Cristo. A fé está primordialmente centrada na pessoa de Cristo, no que Ele disse e no que Ele fez. A fé, portanto, ocupa lugar central na justificação: é o gesto de plena dependência de Deus para vivermos neste mundo e o testemunho de que nossa confiança está firmada na promessa dEle cumprida fielmente na vida do seu Filho.

3. O sentido prático dessa doutrina

Compreender a centralidade da fé na justificação naturalmente nos conduz a refletir sobre as implicações práticas dessa doutrina. Se Abraão foi declarado justo porque confiou em Deus, isso significa que a salvação jamais se baseou num acúmulo de rituais ou numa *performance* meramente religiosa. A verdadeira fé em Cristo é viva, dinâmica e transformadora e não pode ser reduzida a uma religiosidade fria e mecânica. Como afirma o apóstolo Tiago: “[...] a fé sem obras é morta” (Tg 2.26); ou seja, a fé genuína sempre se manifesta em atitudes que refletem a nova vida que recebemos em Cristo.

O perigo que enfrentamos, principalmente em nossa geração, é viver apenas de aparência religiosa. Frequentar cultos, cantar louvores e até falar sobre Deus não são, por si só, evidências de uma vida justificada. Sem um encontro real com Cristo, tudo isso se torna ritual vazio. É como ter uma fachada bonita, mas com o interior vazio e sem vida. Foi o que Jesus denunciou ao falar dos fariseus, chamando-os de sepulcros caiados: bonitos por fora, mas cheios de impurezas por dentro (Mt 23.27); logo, a diferença entre uma religiosidade vazia e uma fé viva é clara. A religiosidade busca aprovação humana; a fé viva busca agradar a Deus. A religiosidade foca na aparência; a fé viva preocupa-se com a essência. A religiosidade gera orgulho e hipocrisia; a fé viva produz humildade e verdade. Por isso, viver de aparência espiritual é um engano perigoso que rouba a autenticidade do relacionamento com Deus.

Esse desafio torna-se ainda maior em um mundo marcado pelas redes sociais. Muitos vivem pressionados a exibir uma imagem de perfeição, mostrando apenas os melhores momentos, como se as suas vidas fossem livres de falhas e lutas. Já a fé genuína convida-nos à autenticidade: não precisamos mostrar uma versão idealizada de nós mesmos para sermos aceitos, pois já fomos aceitos por Deus em Cristo. Somos chamados por Ele a viver com integridade, sem máscaras, permitindo que a sua graça transforme quem realmente somos.

Por isso, uma fé verdadeira não é passiva nem inerte. Ela produz frutos visíveis na forma como nos relacionamos, nas escolhas que fazemos e no modo como testemunhamos de Cristo. Quando somos justificados, desejamos andar no Espírito, viver no Espírito e comunicar-nos no Espírito (Rm 8.5). Essa é a bênção de viver a partir de um encontro real com o Senhor: ter uma vida verdadeira, marcada não pela aparência, mas pela transformação que só a graça pode produzir.

III - O LIVRAMENTO DA CULPA E DAS CONSEQUÊNCIAS ETERNAS DO PECADO

1. A justificação traz um grande livramento

Se, por um lado, a fé verdadeira desafia-nos a viver com autenticidade diante de Deus, por outro, ela também nos concede a bênção de experimentarmos um profundo livramento. Esta é uma das maiores consequências da justificação pela fé: ela não apenas nos declara justos diante de Deus, mas também nos liberta da condenação que pesava sobre nós.

O apóstolo Paulo afirma em Romanos 8.1: “Portanto, agora, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus”. Essa declaração é um marco na vida cristã. Antes de crermos em Cristo, vivíamos sob a acusação constante do pecado, condenados diante do tribunal divino. Mas, quando recebemos a justificação pela fé, essa sentença foi cancelada, e passamos a viver debaixo da graça e da paz de Deus. Já não somos mais culpados, pois a justiça de Cristo foi-nos imputada. Essa vitória, porém, não se limita ao aspecto espiritual e eterno; ela também se manifesta na vida prática.

Muitas pessoas carregam correntes invisíveis que as aprisionam: vícios que controlam os seus hábitos, traumas que ferem a sua alma,

medos que paralisam os seus sonhos ou lembranças do passado que insistem em roubar-lhes a paz. Esses aguilhões são sinais do domínio do pecado, tentando manter as pessoas presas a uma vida de acusação.

A boa notícia do evangelho é que essas cadeias podem ser quebradas em Cristo. O mesmo Deus que declara o pecador justo também o capacita a viver em liberdade. Não importa quão pesadas sejam as marcas do passado ou quão profundas sejam as feridas emocionais; a Palavra assegura que, “se o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres” (Jo 8.36).

Um exemplo comum entre os cristãos é a sensação de ainda estar preso a erros cometidos antes da conversão. Muitos, mesmo após aceitarem a Cristo, continuam carregando culpas antigas, como se ainda estivessem condenados. Mas a verdade é que essas acusações já não têm mais validade diante de Deus. Pela fé, podemos apropriar-nos da promessa de que não existe mais condenação para os que estão em Cristo Jesus. Assim, a justificação não é apenas uma doutrina para ser compreendida intelectualmente, mas também uma realidade que nos liberta da condenação eterna e que nos dá forças para vivermos em vitória sobre o pecado e as suas consequências.

2. Livres da culpa

Ao recebermos a justificação pela fé, não apenas somos libertos da condenação eterna, como também das correntes invisíveis da culpa que tantas vezes oprimem a alma. Se o pecado é o cárcere, a culpa é o peso que mantém muitos crentes paralisados mesmo depois de estes terem conhecido a graça de Cristo.

A culpa causada pelo pecado é uma das maiores armas do Inimigo contra o povo de Deus. Ela opõe, enfraquece e rouba a alegria da salvação. Muitos vivem aprisionados ao passado, marcados por palavras duras ditas em meio a conflitos familiares ou feridos por escolhas que ainda ecoam na sua consciência. Outros permanecem presos no presente, lutando contra acusações constantes que lembram os seus erros e que os fazem acreditar que nunca serão dignos do amor de Deus.

É importante relembrarmos o que abordamos a respeito dos dois tipos de culpa. A culpa real é aquela despertada pelo Espírito Santo para conduzir-nos ao arrependimento sincero e à reconciliação com Deus (2 Co 7.10). Já a culpa psicológica é aquele sentimento que fica

em nosso íntimo, que, na maioria das vezes, nos acusa em todo o tempo, mesmo após reconhecermos o erro, confessá-lo e decidirmos não mais praticar o ato que gerou a culpa real. Essa culpa, que também podemos denominar de culpa escravizante, não é saudável e não leva ao arrependimento, mas à paralisia, ao medo e à desesperança, afastando-nos da presença do Senhor. Essa culpa também já foi removida em Cristo.

A Bíblia afirma que a condenação que estava sobre nós foi anulada, vencida e apagada por Deus (Rm 8.31). Essa verdade convida-nos a abandonar o fardo pesado e a viver segundo os propósitos do Senhor. Não fomos libertos para continuar sob o jugo do pecado, mas para experimentar a alegria da liberdade em Cristo. A graça divina removeu o peso que nos esmagava e também nos deu um novo começo.

Na experiência pentecostal, essa libertação é real e palpável. Quantos testemunhos já ouvimos de irmãos que, ao entregarem-se a Cristo, sentiram como se uma carga tivesse sido retirada dos seus ombros! Essa é a obra libertadora da graça: perdoar, regenerar e declarar justo aquele que crê em Jesus. Por isso, a culpa não tem mais domínio sobre quem foi justificado. Em Cristo, você foi perdoado, liberto e aceito. O Espírito Santo confirma em seu coração que você não é mais um prisioneiro do passado, mas, sim, um(a) filho(a) amado(a) de Deus.

3. O testemunho interior do Espírito Santo

A justificação pela fé liberta-nos da condenação e remove de nós o peso da culpa, bem como nos concede algo ainda mais profundo: a certeza interior de que pertencemos a Deus. Não basta apenas saber, de forma racional, que fomos perdoados; é preciso experimentar em nosso coração a confirmação de que somos filhos do Pai Celestial. E é exatamente isso que o Espírito Santo realiza em nós, testemunhando de maneira pessoal e contínua que nossa nova identidade está segura em Cristo.

A bênção da justificação pela fé não se limita a um ato jurídico diante de Deus, mas é acompanhada de uma experiência real e contínua na vida do crente: o testemunho interior do Espírito Santo. O apóstolo Paulo declara em Romanos 8.16: “O mesmo Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus”. Essa é, sem dúvida, uma das verdades mais preciosas para quem foi justificado. Não caminhamos sozinhos; o próprio Espírito Santo confirma em nosso coração que pertencemos à família de Deus:

Quando seguimos a orientação do Espírito Santo e permanecemos em um relacionamento correto com Jesus, o Espírito nos dá a confiança de que somos filhos de Deus (v. 15). Ele nos faz cientes de que Jesus continua a nos amar e de que Ele é o nosso constante mediador no céu (cf. Hb 7.25). O Espírito também nos mostra que Deus Pai nos ama como seus filhos adotivos, não menos do que Ele ama o seu Filho Unigênito (Jo 14.21,23; 17.23) e Ele nos lembra da recompensa que Jesus compartilhará conosco no céu. Por fim, o Espírito desenvolve em nós o amor e confiança, pelos quais clamamos a Ele, “Aba, Pai” (v.15) — que é uma expressão de um relacionamento profundo e pessoal com Deus, e do acesso a Ele (STAMPS, 2022, p. 2039).

Essa certeza é o que nos dá segurança espiritual em meio às pressões externas e aos desafios da vida. Vivemos num tempo em que enfrentamos constantes questionamentos sobre nossa identidade: pressões sociais, cobranças familiares, comparações em redes sociais e até dúvidas internas sobre o próprio valor. A voz do Espírito Santo é, entretanto, mais forte do que todas essas acusações. Ele sussurra ao nosso coração que somos filhos amados do Pai, herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo (Rm 8.17). Essa convicção é o que nos dá força para permanecermos firmes mesmo quando o mundo tenta fazer-nos duvidar de quem somos em Cristo.

O testemunho interior do Espírito Santo também funciona como um *selo de garantia* de nossa salvação. Paulo escreve aos efésios: “Foste selados com o Espírito Santo da promessa” (Ef 1.13). O selo era um símbolo de propriedade e segurança no mundo antigo. Assim, ao recebermos o Espírito Santo, somos marcados como pertencentes a Deus, bem como assegurados de que a obra iniciada em nós será completada até o dia de Cristo.

Essa verdade é profundamente consoladora. Significa que, quando nos sentimos fracos ou inseguros, é o Espírito Santo que nos lembra de que não somos definidos por nossos erros, mas, sim, pela graça que nos alcançou. Ele é quem nos conduz em amor, consola-nos em nossas dores e fortalece-nos para enfrentarmos os combates da vida cristã. Por isso, quem comprehende a realidade do testemunho interior do

Espírito caminha com ousadia e confiança. Mesmo diante de tentações, críticas ou momentos de solidão, ele sabe que não está abandonado, mas selado e sustentado pelo Espírito Santo da Promessa.

CONCLUSÃO

A justificação é o alicerce sobre o qual se edifica toda a vida cristã. Sem ela, permaneceríamos presos à condenação do pecado e à culpa que nos paralisa; com ela, passamos a viver em liberdade, paz e esperança. Ao crermos em Jesus, somos declarados justos diante de Deus — não por nossos méritos, mas pela justiça de Cristo imputada a nós. Esta é a maior troca da história: Cristo levou sobre si nossa culpa, para que pudéssemos receber a sua justiça.

Essa verdade é o que nos dá segurança para caminharmos sem medo, bem como confiança para enfrentarmos os desafios do dia a dia. Em um mundo que insiste em lembrar-nos de nossos erros e em cobrar perfeição em tudo, a justificação recorda-nos de que nossa identidade não está no passado que vivemos, mas na nova posição que recebemos em Cristo. Não há, portanto, mais espaço para viver sob acusações, inseguranças ou aparência religiosa. Somos livres para viver em autenticidade diante de Deus e dos homens.

Para o cristão, isso significa não buscar aprovação em máscaras ou imagens criadas nas redes sociais, mas encontrar valor e propósito no fato de ser aceito por Deus. A verdadeira fé não é passiva nem vazia; ela transforma nossa maneira de viver. Quem foi justificado deseja andar no Espírito, viver no Espírito e servir a Deus de todo o coração.

Essa mesma fé que nos justifica também nos santifica. Não se trata de um ponto final, mas do início de uma nova jornada. Sustentados pela graça e pelo testemunho interior do Espírito Santo, somos capacitados a vencer tentações, superar medos e viver em santidade. Assim, a vida cristã torna-se um caminho de crescimento contínuo, de gratidão constante e de esperança renovada. Portanto, creia de todo o coração que você foi justificado pela fé. Viva com ousadia e alegria, sabendo que foi o sangue de Cristo que lhe deu uma nova identidade. Lembre-se: a fé que justifica é também a fé que santifica, sustenta e conduz à vitória. Que sua vida seja um testemunho vivo dessa graça maravilhosa!

CAPÍTULO 5

O FILHO QUE REDIME

Êxodo 12

- 1 - E falou o SENHOR a Moisés e a Arão na terra do Egito, dizendo:
- 2 - Este mesmo mês vos será o princípio dos meses; este vos será o primeiro dos meses do ano.
- 3 - Falai a toda a congregação de Israel, dizendo: Aos dez deste mês, tome cada um para si um cordeiro, segundo as casas dos pais, um cordeiro para cada casa.
- 4 - Mas, se a família for pequena para um cordeiro, então, tome um só com seu vizinho perto de sua casa, conforme o número das almas; conforme o comer de cada um, fareis a conta para o cordeiro.
- 5 - O cordeiro, ou cabrito, será sem mácula, um macho de um ano, o qual tomareis das ovelhas ou das cabras
- 6 - E o guardareis até ao décimo quarto dia deste mês, e todo o ajuntamento da congregação de Israel o sacrificará à tarde.
- 7 - E tomarão do sangue e pó-lo-ão em ambas as ombreiras e na verga da porta, nas casas em que o comerem.
- 11 - Assim, pois, o comereis: os vossos lombos cingidos, os vossos sapatos nos pés, e o vosso cajado na mão; e o comereis apressadamente; esta é a Páscoa do SENHOR.

João 1

- 29 - No dia seguinte, João viu a Jesus, que vinha para ele, e disse: Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo.
- 32 - E João testificou, dizendo: Eu vi o Espírito descer do céu como uma pomba e repousar sobre ele.

33 - E eu não o conhecia, mas o que me mandou a batizar com água, esse me disse: Sobre aquele que vires descer o Espírito e sobre ele repousar, esse é o que batiza com o Espírito Santo.

34 - E eu vi e tenho testificado que este é o Filho de Deus.

INTRODUÇÃO

Acena é antiga e solene. No silêncio da noite egípcia, cada família israelita reúne-se apressadamente ao redor de uma refeição incomum: um cordeiro sem defeito, assado conforme a ordem divina. O sangue era cuidadosamente passado nos umbrais da porta, não como ornamento, mas como sinal de vida. Lá fora, o juízo de Deus visita a terra; dentro das casas marcadas, há segurança. A Páscoa, instituída naquela noite, não foi apenas um rito de passagem, mas um ato de redenção que apontava para algo maior e definitivo.

Séculos depois, às margens do Jordão, um profeta rompe o silêncio: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29). Em apenas uma frase, João Batista reúne toda a simbologia do cordeiro pascal no Antigo Testamento, do sacrifício expiatório e da promessa profética do Servo Sofredor de Isaías. Não se trata mais de um animal, mas de uma Pessoa — o próprio Filho de Deus — que se oferece para vencer o pecado e reconciliar o homem com o Criador. Em Cristo, a figura torna-se realidade, e a sombra converte-se em luz.

Este capítulo convida-nos a contemplar o sacrifício perfeito de Jesus, o Cordeiro sem mácula que se entregou por nós. O seu sangue não apenas nos protege do juízo, como também nos liberta do poder do pecado, resgata-nos da escravidão espiritual e reconcilia-nos com Deus. A cruz não é um ornamento da fé, mas o marco definitivo de nossa redenção. Compreender essa verdade é mais do que exercício teológico; é um chamado a viver diariamente como redimidos, em gratidão e santidade, sob a marca eterna do sangue do Cordeiro.

I - O CORDEIRO DA PÁSCOA: UM SÍMBOLO DA SALVAÇÃO

1. O contexto do Cordeiro da Páscoa

O livro do Éxodo abre um dos capítulos mais dramáticos da história bíblica: o povo de Israel, descendente de Abraão, vive há séculos como

escravo no Egito (Êx 1.12,13). O peso das correntes não se limita ao trabalho forçado; há um jugo sobre a alma, uma vida sem liberdade e sem esperança. Essa condição não é apenas histórica; ela simboliza a realidade espiritual de toda a humanidade sem Deus: cativa do pecado, impotente para libertar-se por si mesma. O apóstolo Paulo descreve esse estado com clareza: “Por meio de um só homem o pecado entrou no mundo, e pelo pecado a morte; assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5.12).

Nesse cenário de opressão, Deus levanta Moisés como instrumento de libertação, pois o

escritor do Éxodo está compondo o cenário para o nascimento e proteção milagrosa de Moisés. A reação dos israelitas confundiu o maldoso rei do Egito e seus conselheiros, que tiveram de recorrer a métodos mais severos para debilitar Israel (BEACON, 2014, p. 142).

A saída do Egito, todavia, não seria conquistada por força militar ou negociação política; ela aconteceria pela intervenção direta do Senhor. As pragas enviadas contra o Faraó não eram simples demonstrações de poder, mas juízos que revelavam que somente o Deus de Israel é Senhor sobre toda a terra. E, na décima e última praga, quando a morte visitaria todos os primogênitos do Egito, Deus apresentou ao seu povo o caminho do livramento: um cordeiro sem defeito, separado para ser sacrificado, cujo sangue marcaria as portas como sinal de livramento (Êx 12).

Naquela noite, o sangue não foi apenas um sinal externo; foi a linha divisória entre a vida e a morte. Onde houvesse sangue, a sentença não entraria; onde faltasse, o juízo cairia. Assim, o Senhor não apenas libertou Israel da mão de Faraó, como também gravou na história um símbolo eterno: o livramento vem pelo sangue de um inocente no lugar do culpado. Essa verdade inscrita na Páscoa é a primeira grande janela para contemplarmos a obra de Cristo, o Cordeiro perfeito, que traria não apenas a libertação de uma escravidão terrena, mas também a salvação eterna para todos os que cressem no seu nome.

2. A instituição da Páscoa

Após séculos de silêncio e opressão, a intervenção de Deus alcança o clímax na décima praga. O Senhor instrui Moisés com detalhes

precisos, que não eram meramente rituais, mas, sim, expressões de fé e obediência. Cada família deveria escolher um cordeiro macho de um ano, sem mácula, separá-lo por quatro dias e sacrificá-lo ao entardecer. O sangue deveria ser aplicado nas ombreiras e na verga da porta, e a carne deveria ser assada e comida com pães asmos e ervas amargas. Além disso, todos deveriam estar vestidos para a jornada, com os lombos cingidos, sandálias nos pés e cajado na mão — ou seja, prontos para partir (Êx 12.11). A Páscoa não era uma refeição comum, mas uma proclamação profética: o Senhor estava libertando o seu povo, e essa libertação exigia fé obediente (Êx 12.24-27).

O Senhor passou pela terra do Egito naquela noite. A morte não entrou nas casas assinaladas pelo sangue. No entanto, onde o sangue faltava, o primogênito caía sob o juízo divino — desde o palácio de Faraó até a casa mais humilde. A diferença não estava na posição social, mas na presença ou ausência do sangue. Assim, a Páscoa tornou-se o memorial da libertação, lembrando a cada geração que Deus salva os que se refugiam na provisão que Ele mesmo estabelece. A instrução era clara: “Este dia vos será por memorial, e celebrá-lo-eis como festa ao SENHOR; nas vossas gerações o celebrareis por estatuto perpétuo” (Êx 12.14). Aqui, Deus instituiu a Páscoa.

3. A tipologia do Cordeiro Pascal

O cordeiro sacrificado no Egito não era apenas um recurso momentâneo; ele apontava para uma realidade eterna. O seu sacrifício substitutivo, oferecido no lugar do primogênito, prefigurava a obra de Cristo, o verdadeiro Cordeiro de Deus. Paulo declara aos coríntios: “Cristo, nossa Páscoa, foi sacrificado por nós” (1 Co 5.7), revelando a conexão direta entre a Páscoa judaica e a cruz do Calvário. Assim como o sangue nos umbrais livrou Israel da morte, o sangue de Cristo derramado na cruz livra-nos do juízo eterno. O teólogo Leo Cox explica-nos o seguinte:

Podemos entender os detalhes dos versículos 5 a 10 como um tipo de “Cristo, o Cordeiro Deus”. 1) Era puro e imaculado, 5; 2) Morreu no final da tarde, 6; 3) Aplica seu sangue no coração dos crentes, 7; 4) Torna-se o Substituto para o portador da ira de Deus, 8,9; 5) Tem de ser recebido total-

mente pelo crente, 10. Deve ser recebido sem o fermento do pecado e em tristeza de arrependimento segundo Deus, 8 (LIVINGSTON, COX, 2014, p. 142).

Essa tipologia intensifica-se quando olhamos para Isaías 53, onde o Servo Sofredor é descrito como “cordeiro levado ao matadouro” (Is 53.7), carregando sobre si as iniquidades de muitos. O cordeiro pascal, o cordeiro do sistema levítico e o cordeiro de Isaías convergem em Jesus, cujo sacrifício é perfeito, completo e irrepetível. Ele não apenas cobre o pecado temporariamente, como também o remove de forma definitiva, reconciliando-nos com Deus. No Egito, o sangue marcou as portas; no Calvário, o sangue marcou eternamente nosso nome no Livro da Vida.

II - JESUS: O CORDEIRO DE DEUS QUE TIRA O PECADO DO MUNDO

1. *O Cordeiro de Deus*

A proclamação de João Batista às margens do Jordão é uma das declarações mais ricas e densas do Novo Testamento: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29). Além do Evangelho, a expressão também aparece em Apocalipse: “do Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo” (Ap 13.8). Em poucas palavras, o profeta no Evangelho de João reúne séculos de revelação divina — do cordeiro pascal no Egito, passando pelo cordeiro dos sacrifícios levíticos, até a figura do Servo Sofredor de Isaías 53. A respeito da imagem do Servo Sofredor, Joseph Mayfield escreve: “Este título atribuído a Jesus rapidamente evoca a profecia do Servo sofredor em Isaías 53, particularmente as palavras: [...] como um cordeiro, foi levado ao matadouro (cf. Jr 11.19)” (MAYFIELD, EARLE, 2014, p. 36). Há, contudo, uma ponderação que precisa ser feita para compreender o desenvolvimento simbólico da imagem do Cordeiro nas Escrituras:

É bem verdade que o cordeiro pascal não era um sacrifício “para tirar o pecado” em um sentido expiatório, nem tinha a

função de levar o pecado para longe, como acontecia com o bode. Contudo, o pleno simbolismo da Páscoa — juntamente com o cordeiro imolado — retratava a luta entre a vida e a morte, a pureza e a impureza, a perfeição e a imperfeição (MAYFIELD, EARLE, 2014, p. 36).

Então, esse simbolismo revelado em cada imagem, cada rito e cada profecia encontrava o seu cumprimento naquele Homem que se aproximava diante de João Batista (Jo 1). Não era mais um animal inocente morrendo no lugar de outro, mas o próprio Filho de Deus, o único capaz de oferecer um sacrifício perfeito e definitivo (Hb 9.23-28).

Ao chamá-lo de “Cordeiro”, João não apenas descrevia a sua mansidão ou pureza, como também anunciava o seu destino: ser imolado para reconciliar o homem com Deus. No Antigo Testamento, mais especificamente no sistema levítico, o cordeiro carregava simbolicamente o pecado do ofertante; agora, Jesus carregaria sobre si o pecado do mundo inteiro. A diferença é que, enquanto os sacrifícios anteriores precisavam ser repetidos ano após ano, o sacrifício de Cristo seria único, irrepetível e plenamente suficiente. Ele não veio apenas para cobrir pecados temporariamente, mas para removê-los de forma definitiva, desfazendo a barreira entre o Criador e a criatura.

Ao reconhecer Jesus como o Cordeiro de Deus, João aponta para a essência do evangelho: a salvação não é fruto do esforço humano, mas do sacrifício substitutivo de Cristo. Ele toma nosso lugar, assume nossa culpa e entrega a sua vida para que possamos viver. É essa obra que transforma a história e redefine nossa identidade. Diante dessa verdade, a única resposta coerente é a fé — fé que se rende, que confia e que segue o Cordeiro para onde quer que Ele vá. Assim, a visão de João não é apenas um título poético, mas a revelação central da missão de Jesus (Jo 1.29).

2. “Aniquila o pecado”

A carta aos Hebreus revela com clareza: “Agora, na consumação dos séculos, uma vez se manifestou, para aniquilar o pecado pelo sacrifício de si mesmo” (Hb 9.26). Aqui, o autor objetivamente nos conduz ao cerne da missão de Cristo. Ele não veio ao mundo apenas para

ensinar verdades sublimes ou ser um exemplo de virtude; veio para resolver definitivamente o problema central da humanidade: o pecado. Diferentemente dos sacrifícios do Antigo Testamento — que eram repetidos continuamente e nunca podiam remover a culpa de forma plena —, o sacrifício de Jesus é efetivamente único, suficiente e eterno.

Aniquilar o pecado significa ir além de perdoar atos isolados; é destronar o poder que o pecado exerce sobre o coração humano (Rm 6). Desde o Éden, a humanidade tem vivido sob a culpa e a vergonha, incapaz de livrar-se desse fardo por meios próprios. Mas, na cruz, Jesus enfrentou não apenas a penalidade do pecado, mas também o seu domínio. Ele desarmou as forças espirituais do mal, removeu a acusação e abriu o caminho para que o homem viva livre da escravidão espiritual (Rm 6.5-8). O que antes era uma sentença inevitável foi agora transformado em oportunidade de reconciliação e vida nova (Ef 2.14-16).

Essa verdade tem implicações profundas para o presente. Viver à sombra do Cordeiro que aniquilou o pecado é viver sem medo da condenação, sem a necessidade de carregar culpas antigas e sem permanecer preso a padrões que escravizam. É crer que a cruz não foi um mero gesto simbólico, mas uma obra eficaz, capaz de restaurar a dignidade perdida e abrir as portas para a comunhão eterna com Deus. Por isso, todo aquele que crê é chamado não apenas a aceitar o perdão, mas também a experimentar a libertação que Cristo conquistou com o seu sangue.

3. O poder do sangue de Jesus

Desde as páginas do Antigo Testamento, o sangue é apresentado como elemento central na relação entre Deus e o homem. A Lei declarava: “Sem derramamento de sangue não há remissão” (cf. Hb 9.22). No sistema levítico, o sumo sacerdote entrava anualmente no Santo dos Santos — compartimento do Tabernáculo e, mais tarde, do Templo Judaico — com sangue de animais, intercedendo pelo povo. Esses sacrifícios eram, no entanto, provisórios, apontando para algo infinitamente maior. Em Cristo, a imagem é impactante: Ele não levou sangue alheio, mas o seu próprio sangue, entregando-se voluntariamente como oferta perfeita e suficiente para sempre.

O sangue de Jesus não apenas cobre a culpa, mas também a remove. Ele resgata, purifica e sela a Nova Aliança entre Deus e a humanidade. Na Ceia do Senhor, o cálice torna-se memorial visível dessa verdade: “Este cálice é o novo testamento no meu sangue, que é derramado por vós” (Lc 22.20). Cada vez que a Igreja celebra esse momento, recorda que a salvação não foi conquistada por méritos humanos, mas pelo alto preço pago no Calvário. O sangue derramado é a assinatura divina de que a obra está consumada e de que a reconciliação é irrevogável.

Reconhecer o poder do sangue é viver debaixo da sua proteção e provisão para o perdão dos pecados: “[...] o sangue de Jesus Cristo, seu Filho, nos purifica de todo pecado” (1 Jo 1.7b); é entender que nossa segurança não depende de sentimentos ou circunstâncias, mas, sim, da obra objetiva realizada na cruz. Isso nos dá confiança para aproximarmo-nos de Deus sem medo, sabendo que fomos lavados, justificados e santificados em Cristo (1 Co 6.11). O sangue do Cordeiro é mais do que um tema teológico; é nossa esperança diária, o fundamento de nossa paz e a garantia de que, um dia, estaremos diante do trono, vestidos de branco, proclamando: “Àquele que nos ama, e em seu sangue nos lavou dos nossos pecados, [...] a ele, glória e poder para todo o sempre. Amém!” (Ap 1.5,6).

III - REDENÇÃO E RECONCILIAÇÃO POR MEIO DA OBRA SALVÍFICA DE CRISTO

A obra salvífica realizada no Calvário é poderosamente um chamado a todos os pecadores, mas eficaz apenas aos que se arrependerem e creem no Filho de Deus. Essa eficiência da obra salvífica no Calvário é confirmada nas Escrituras quando compreendemos duas palavras cruciais que expressam o fato da salvação: redenção e reconciliação.

1. A redenção

Entre as palavras mais ricas das Escrituras, “redenção” ocupa lugar especial. No mundo antigo, redimir significava pagar o preço para libertar um escravo ou resgatar alguém da prisão (LONGMAN III, 2023, p. 419-20). Na linguagem da fé, é o ato de Deus, por meio de Cristo, pagar com o seu próprio sangue o preço de nossa libertação. O

apóstolo Pedro escreve: “Sabendo que não foi com coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados [...], mas com o precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro imaculado e incontaminado” (1 Pe 1.18-19). Assim, a cruz não é apenas símbolo de perdão, mas também o ato definitivo de resgate, de redenção.

Essa obra de redenção muda radicalmente nossa condição. Antes, éramos escravos do pecado, vivendo sob o domínio do Inimigo e incapazes de libertar-nos, mas o sangue de Jesus quebrou essas correntes e transferiu-nos para o Reino do Filho amado (Cl 1.13,14). Não se trata de uma libertação parcial ou temporária, mas de uma transformação completa, que nos reposiciona diante de Deus. O preço foi alto, mas foi pago de forma plena e irreversível. Por isso, o crente redimido não vive mais como cativo, mas como cidadão livre do reino celestial. Essa liberdade, porém, não é licença para viver segundo a carne, mas, sim, o chamado para viver uma vida consagrada ao Redentor. Redimir é libertar para um propósito, e o propósito é pertencer a Deus. Como Paulo afirma: “Fostes comprados por bom preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo” (1 Co 6.20). Quem entende a profundidade da redenção vive para refletir a glória daquEle que pagou o preço e poderosamente nos redimiu.

2. A reconciliação

Se a redenção é o que nos liberta, é a reconciliação o que nos aproxima. O pecado não apenas nos escravizou, como também nos afastou do Criador, rompendo a comunhão que existia no princípio. Essa distância foi superada em Cristo: “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo” (2 Co 5.19). Reconciliação é mais do que um acordo de paz; é o restabelecimento do relacionamento amoroso entre Deus e o homem. Jesus removeu na cruz a barreira que nos separava do Pai. Ele pagou nossa dívida e abriu o caminho para que pudéssemos entrar com confiança na presença de Deus (Hb 4.16). Essa restauração de comunhão é uma das maiores bênçãos da salvação: podemos chamar o Todo-Poderoso de Pai e aproximarmo-nos dEle sem medo.

A reconciliação também nos transforma em embaixadores do Reino. Quem foi reconciliado é chamado a proclamar a mesma mensagem: “Rogamos-vos, pois, da parte de Cristo, que vos reconcilieis com

Deus” (2 Co 5.20). Assim, a vida cristã não é apenas viver em paz com Deus, mas também convidar outros a experimentarem essa paz.

3. Vivendo como redimidos e reconciliados

A obra de Cristo na cruz não se limita ao passado; ela molda nossa vida presente e garante nosso futuro. Redimidos, já não pertencemos mais ao império das trevas (Cl 1.13,14). Reconciliados, já não vivemos mais distantes de Deus (Ef 2.13). Agora, temos acesso diário à sua presença não como estrangeiros, mas, sim, como filhos e herdeiros (Hb 4.16).

Viver como redimido é rejeitar as antigas correntes e andar em novidade de vida; é lembrar que o pecado já não tem mais domínio sobre nós e que cada escolha deve refletir a liberdade conquistada por Cristo. Viver como reconciliado é cultivar intimidade com o Pai, mantendo comunhão constante pela oração, pela Palavra e pela obediência.

Essas duas realidades caminham juntas: fomos comprados por um alto preço e recebidos como filhos. Por isso, cada passo nosso é uma resposta de gratidão à graça recebida. A vida cristã não é movida pelo medo do castigo, mas pela alegria de viver em paz com Deus, sob o cuidado e a direção do Redentor, que nos reconciliou com o Pai.

CONCLUSÃO

O coração humano comprehende profundamente o valor de um sacrifício quando este garante a vida de outros. Essa percepção encontra o seu sentido mais pleno na revelação bíblica. Assim como o cordeiro pascal foi sinal de livramento para Israel no Egito, Jesus, o Cordeiro de Deus, tornou-se o sinal eterno de salvação para toda a humanidade. O seu sacrifício perfeito na cruz não apenas nos livrou do juízo, mas também destruiu o poder do pecado, abriu o caminho da reconciliação e concedeu-nos nova vida. O que antes era sombra e figura alcançou cumprimento pleno na obra consumada do Calvário.

Agora, redimidos, fomos libertos das correntes que nos aprisionavam; reconciliados, voltamos a desfrutar da comunhão que o pecado havia rompido. A cruz não é apenas um marco histórico, mas também a ponte viva que nos liga ao trono da graça. Por ela, temos acesso direto ao Pai, certeza do perdão e segurança eterna. Diante dessa verdade, não há espaço para indiferença. Fomos comprados por alto preço e recebidos como filhos amados.

CAPÍTULO 6

O ESPÍRITO SANTO QUE REGENERA E SANTIFICA

João 3.1-15

1- E havia entre os fariseus um homem chamado Nicodemos, príncipe dos judeus.

2 - Este foi ter de noite com Jesus e disse-lhe: Rabi, bem sabemos que és mestre vindo de Deus, porque ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não for com ele.

3 - Jesus respondeu e disse-lhe: Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo não pode ver o Reino de Deus.

4 - Disse-lhe Nicodemos: Como pode um homem nascer, sendo velho? Porventura, pode tornar a entrar no ventre de sua mãe e nascer?

5 - Jesus respondeu: Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer da água e do Espírito não pode entrar no Reino de Deus.

6 - O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é espírito.

7 - Não te maravilles de te ter dito: Necessário vos é nascer de novo.

8 - O vento assopra onde quer, e ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo aquele que é nascido do Espírito.

9 - Nicodemos respondeu e disse-lhe: Como pode ser isso?

10 - Jesus respondeu e disse-lhe: Tu és mestre de Israel e não sabes isso?

11 - Na verdade, na verdade te digo que nós dizemos o que sabemos e testificamos o que vimos, e não aceitais o nosso testemunho.

12 - Se vos falei de coisas terrestres, e não crestes, como crereis, se vos falar das celestiais?

13 - Ora, ninguém subiu ao céu, senão o que desceu do céu, o Filho do Homem, que está no céu.

14 - E, como Moisés levantou a serpente no deserto, assim importa que o Filho do Homem seja levantado,

15 - para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.

INTRODUÇÃO

A regeneração é uma das verdades centrais da doutrina da salvação e ocupa um lugar essencial no plano redentor de Deus. Ela marca o ponto inicial da obra divina na vida do pecador, quando, pelo novo nascimento, o homem morto espiritualmente recebe vida. Trata-se de uma transformação interior operada exclusivamente pelo Espírito Santo que não apenas muda o comportamento, mas também concede uma nova natureza. Esse milagre silencioso revela a graça de Deus em ação, pois não existe vida cristã autêntica sem regeneração, sendo ela o que nos torna novas criaturas em Cristo e que nos habilita a viver para a glória de Deus.

O diálogo de Jesus com Nicodemos, registrado em João 3.1-15, ilustra de maneira vívida essa verdade. Nicodemos era um homem profundamente religioso, conhecedor das Escrituras, mas ainda necessitado de nascer de novo. Ao dizer-lhe que era preciso nascer “da água e do Espírito” para entrar no Reino, Jesus demonstrou que a salvação não se alcança por herança religiosa, tradição ou esforço humano, mas por uma obra sobrenatural de Deus. Essa regeneração é operada pela ação conjunta da Palavra e do Espírito, que ilumina, convence, quebranta e transforma.

Estudar a regeneração é, portanto, contemplar o início de uma jornada que não termina no ato inicial do novo nascimento, mas que se prolonga na santificação, conduzida pelo mesmo Espírito que nos fez nascer de novo. Neste capítulo, veremos como o Espírito Santo atua para dar início à salvação, sustentar a nova vida e conduzir o crente a uma comunhão cada vez mais profunda com o Senhor.

I - O QUE É A REGENERAÇÃO

1. Conceito

A regeneração é o novo nascimento espiritual, ato soberano de Deus pelo qual o Espírito Santo comunica vida ao pecador morto nos seus

delitos e pecados, implantando nele uma nova natureza. Myer Pearlman conceitua-a como “o ato divino que concede ao pecador que se arrepende e que crê uma vida nova e mais elevada, mediante a união pessoal com Cristo” e, ainda, segundo Pearlman, pode ser descrita por meio de cinco palavras: nascimento, purificação, vivificação, criação e ressurreição (PEARLMAN, 2009, pp. 242,43). Eurico Bergstén define-a como “o ato sobrenatural em que o homem é gerado por Deus (cf. 1 Jo 5.18) para ser seu filho (1 Jo 1.12) e participante da natureza divina (cf. 2 Pe 1.4)” (BERGSTÉN, 2016, p. 174). Já o teólogo Daniel Pecota evidencia a atuação do Espírito Santo na obra da regeneração: “é a ação decisiva e instantânea do Espírito Santo, mediante a qual Ele cria de novo a natureza interior” (PECOTA in HORTON, 2019, p. 371). Nesse sentido, a tradição pentecostal deixa clara a iniciativa divina da regeneração. Expressões como “ação divina”, “ação sobrenatural” e “ação do Espírito Santo” desses proeminentes teólogos pentecostais confirmam que a regeneração é uma obra de Deus.

É importante também distinguir regeneração de conversão: a regeneração é a obra divina, interna e invisível; a conversão é a resposta humana, visível, manifestada no arrependimento e na fé. A Bíblia apresenta imagens que ilustram essa transformação: o novo coração e o novo espírito prometidos por Deus (Ez 36.26-27); a nova criação, que caracteriza todo aquele que está em Cristo (2 Co 5.17); e a ressurreição espiritual, pela qual somos vivificados juntamente com Cristo, mesmo estando mortos em nossos pecados (Ef 2.5-6). Essas figuras revelam que a regeneração não é mero ajuste moral, mas uma transformação total que inaugura a vida cristã e habilita o crente a viver em comunhão e obediência ao Senhor.

2. *Explicação bíblica*

Ao tratar da regeneração, somos conduzidos pela Escritura a uma das conversas mais reveladoras do ministério de Jesus: o encontro com Nicodemos, registrado em João 3.1-15. Nicodemos era fariseu, mestre em Israel e membro do Sinédrio — alguém zeloso pela Lei, respeitado pela piedade e erudição que possuía. Ainda assim, a sua vida religiosa não supria a necessidade mais profunda da sua alma: nascer de novo. Ao buscá-lo à noite, talvez por prudência ou temor

da opinião pública, Nicodemos ouviu do Senhor uma afirmação desconcertante: “Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo não pode ver o Reino de Deus” (Jo 3,3).

Essas palavras quebravam a lógica farisaica, que depositava confiança na herança judaica, no cumprimento rigoroso da Lei e nas tradições. Jesus não falou de um aperfeiçoamento moral ou de um avanço gradual na religiosidade, mas de uma transformação radical operada “da água e do Espírito” (Jo 3,5,6) — uma obra espiritual profunda que vem do alto. A metáfora do vento (Jo 3,8) reforça o caráter soberano e misterioso dessa obra: o Espírito Santo age livremente, produzindo nova vida onde antes havia morte espiritual.

Essa verdade encontra eco em Tito 3,5, que declara que fomos salvos “não pelas obras de justiça que houvéssemos feito, mas, segundo a sua misericórdia, nos salvou pela lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo”. O apóstolo Pedro confirma que somos regenerados, “não de semente corruptível, mas da incorruptível, pela Palavra de Deus, viva e que permanece para sempre” (1 Pe 1,23). Assim, a regeneração é o resultado da ação conjunta da Palavra viva, que ilumina e confronta, e do Espírito Santo, que vivifica e transforma. Não se trata, portanto, de um arranjo exterior ou de uma reforma moral superficial, mas de um novo começo dado por Deus. É o reinício de uma vida inteira, agora sob um novo princípio e um novo domínio: o do Espírito de Deus, que escreve a sua Lei no coração e conduz o crente a uma comunhão viva com o Senhor.

3. O Fruto do Espírito como evidência da regeneração

A regeneração, sendo obra interior do Espírito Santo, manifesta-se inevitavelmente no exterior por meio de um novo modo de viver. O apóstolo Paulo, em Gálatas 5,22,23, apresenta o Fruto do Espírito como a marca visível dessa transformação: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio. Essas virtudes, como ensina o pastor Antonio Gilberto na sua obra *Fruto do Espírito* (CPAD), não são produzidas pelo esforço humano, mas “é o Espírito Santo que produz o fruto espiritual em nós quando nos rendemos sem reservas a Ele. Isso abrange nosso espírito, alma e corpo e todas as faculdades que os constitui” (GILBERTO, 2019, p. 15).

Esse fruto evidencia uma mudança de valores, hábitos e motivações. Quem antes vivia para si agora vive para agradar a Deus; quem antes era guiado pela carne, agora é guiado pelo Espírito. Essa transformação é percebida em exemplos bíblicos claros: Zaqueu, movido pela graça, abandonou a avareza e restituiu com generosidade (Lc 19.8,9); o eunuco etíope, ao compreender as Escrituras, seguiu o caminho de Cristo com alegria (At 8.39); Saulo, perseguidor da Igreja, tornou-se incansável pregador do evangelho (At 9.20-22).

Como uma árvore frutífera revela a sua vida interior pelos frutos que produz, o regenerado torna visível a obra invisível de Deus. Ninguém vê a raiz, mas todos percebem o fruto. O pastor Antonio Gilberto lembra que o fruto do Espírito “é a prova real da espiritualidade de um crente, mais do que quaisquer manifestações externas” (GILBERTO, 2019, p. 15). Por isso, a verdadeira experiência com o Espírito não se limita a dons ou manifestações momentâneas, mas revela-se em caráter transformado e perseverante. O regenerado, mesmo enfrentando lutas, reflete no seu viver diário a nova natureza que recebeu em Cristo, sendo testemunha viva do poder do evangelho.

II - A ATUAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA REGENERAÇÃO

1. Uma obra invisível e poderosa

A regeneração é um ato soberano do Espírito Santo que acontece no mais profundo do ser humano. É invisível aos olhos, porém impossível de ser ignorada, pois os seus efeitos logo se tornam evidentes na vida de quem foi alcançado. Não é o resultado de disciplina religiosa ou da determinação moral, mas, sim, fruto da graça divina, que age com liberdade e poder. O próprio Jesus, ao explicar a Nicodemos o mistério do novo nascimento, recorreu à figura do vento: “O vento assopra onde quer, e ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo aquele que é nascido do Espírito” (Jo 3.8). O vento é indomável, não pode ser controlado ou previsto pelo homem; da mesma forma, o Espírito Santo opera segundo a sua soberana vontade, movendo-se livremente para convencer, quebrantar e transformar corações.

Essa obra é um milagre silencioso, mas de alcance eterno. Assim como ninguém percebe o momento exato em que a semente rompe

a terra para germinar, ninguém vê o instante preciso em que a vida espiritual é implantada no pecador. Os sinais dessa nova vida, no entanto, manifestam-se com o tempo: mudança de pensamentos, transformação de valores, abandono de práticas que desagradam a Deus e um novo desejo de viver para a sua glória. O apóstolo Paulo descreve essa transição como passagem “da morte para a vida” (Ef 2.1-5), um despertar espiritual que não depende de obras humanas, mas da “lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo” (Tt 3.5).

Onde antes havia morte, agora há vida; onde reinava a separação, agora floresce comunhão com Deus. Tal como o broto que desponta após longo tempo oculto sob a terra, a regeneração, ainda que oculta aos olhos no seu início, resulta numa existência renovada, moldada e sustentada pela presença ativa do Espírito Santo.

2. O Espírito como agente do novo nascimento

Nenhum ser humano pode experimentar o novo nascimento sem a ação direta e soberana do Espírito Santo. É Ele quem convence do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.8), abrindo nossos olhos para a realidade espiritual, que, por natureza, não podemos compreender (1 Co 2.14). O Espírito ilumina o entendimento obscurecido, desperta a consciência adormecida e transforma o coração endurecido. Para isso, Ele utiliza a Palavra de Deus como instrumento vivo e penetrante, “mais penetrante do que qualquer espada de dois gumes” (Hb 4.12), capaz de discernir as intenções e quebrantar o orgulho humano.

Por isso, a regeneração não é resultado de rito religioso, de tradição herdada ou de esforço humano, mas da vontade de Deus e do operar do Espírito (Jo 1.12,13; Tt 3.5). É Ele quem, como anunciou o profeta, remove o coração de pedra e concede um coração de carne, sensível à voz do Senhor (Ez 36.26,27). Essa obra não se limita ao início da vida cristã: o Espírito que gera a nova vida também a sustenta, moldando progressivamente o caráter de Cristo em nós. Como um artesão que, com paciência e precisão, trabalha o barro até que adquira a forma desejada, o Espírito Santo, por meio da Palavra e do seu poder, conforma-nos à imagem do Filho, dia após dia, até que nossa vida reflita a beleza e a santidade de nosso Salvador.

3. Uma obra exclusiva da graça

A regeneração é o ponto de partida da nova vida com Deus, mas não nasce do esforço religioso ou da disciplina moral. É uma obra totalmente fundamentada na graça de Deus e realizada pelo poder do Espírito Santo. Em harmonia com essa declaração, Efésios 2.8,9 afirma: “Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isso não vem de vós; é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie”. A salvação, desde o seu início até a sua consumação, exclui qualquer vanglória humana.

É Deus quem realizou por nós o que jamais poderíamos realizar por nós mesmos. É Ele quem nos concedeu vida quando estávamos mortos em nossos delitos, que iluminou nosso entendimento obscurecido e que nos atraiu para si com amor incomensurável. O Espírito Santo, utilizando a Palavra viva, plantou a semente da vida eterna, e essa nova existência é sustentada pela mesma graça que a gerou. Nada começa pela graça para, em seguida, ser mantido por esforço próprio; desde o primeiro passo até o último suspiro, dependemos da ação constante do Espírito.

Essa verdade também nos convida a uma vida de gratidão e humildade. O crente regenerado reconhece que não há nada em si que possa orgulhar-se diante de Deus; ao contrário, tudo o que tem e é procede da sua misericórdia. Assim, viver a nova vida é como cuidar de um presente valioso recebido sem merecimento: o cuidado, a dedicação e a alegria de preservá-lo não nascem da obrigação, mas do amor e da gratidão. Por isso, a caminhada cristã não deve ser vista como peso, mas como resposta amorosa ao que Deus já fez.

Aqui está um chamado à reflexão: reconhecemos, de fato, que a regeneração é fruto da graça, e não de nossas obras? Nossa vida diária demonstra humildade diante de Deus e gratidão por esse dom imerecido? A graça que nos salvou também é a graça que nos sustenta; e a única resposta coerente é viver para a glória daquele que, pela misericórdia, nos fez nascer de novo.

III - O ESPÍRITO HABITA O CRENTE E OPERA A SANTIFICAÇÃO

1. Habitação do Espírito

A Escritura afirma que o corpo do crente é templo do Espírito Santo (1 Co 6.19); não é um símbolo vazio, mas uma morada real. Após

a regeneração, Ele passa a habitar em nós de forma permanente, atuando como Consolador, Mestre e Guia. Em Efésios 1.13,14, Paulo declara que fomos selados com o Espírito Santo da promessa; esse selo é a marca de pertença a Deus e, ao mesmo tempo, o penhor da herança, garantia antecipada de que a salvação será consumada. Nesse aspecto, habitar é cuidar: o Espírito amorosamente nos instrui, corrige, fortalece e intercede, conduzindo-nos em santidade dia após dia. Assim, a presença divina em nós não apenas assegura quem somos, como também sustenta o que devemos ser.

Ninguém vive separado para Deus sem o Espírito Santo; é com Ele que a santificação tem início e prossegue, como vida orientada, guardada e nutrida pelo próprio Deus. A sua habitação é identidade e esperança: pertencemos a Cristo, e é o Espírito quem nos conduz até o fim, imprimindo em nós o caráter do Senhor (Ef 4.30). Habitar no crente também é estabelecer comunhão viva e constante: Ele fala ao nosso coração, lembra-nos das Palavras de Cristo e capacita-nos para o serviço no Reino. A presença do Espírito Santo não é estática, mas dinâmica, operando transformação contínua e preparando-nos para a eternidade. É como um hóspede que, ao entrar na casa, não apenas permanece, mas também reorganiza tudo para que cada espaço reflita a presença e a vontade de Deus.

2. O processo contínuo da santificação

O teólogo Eurico Bergstén lembra-nos de três aspectos da experiência da santificação: (1) a santificação posicional, posição de santificados em Cristo Jesus; (2) a santificação progressiva, o processo gradual de santificação; e (3) a santificação final, quando teremos nossos corpos glorificados e plenamente santificados (BERGSTÉN, 2016, p. 188-89).

Bergstén mostra-nos o aspecto da santificação — a experimental ou progressiva — pela qual o crente, já regenerado, é separado do pecado e conformado à vontade de Deus. Ele escreve:

A santificação experimental, quando a santificação preparada por Cristo é posta em prática pela maneira de viver do crente. Enquanto o crente, pela justificação, é declarado justo pelos méritos de Jesus (cf. Rm 3.24,25), pela santificação é

aperfeiçoado em uma experiência progressiva (cf. 2 Co 7,1) e transformado de glória em glória (cf. 2 Co 3,18). Assim, a vida do cristão vai brilhando mais e mais (cf. Pv 4,18) e amadurecendo e se aperfeiçoando (BERGSTÉN, 2016, p.189).

Trata-se de uma caminhada diária que se estende por toda a vida cristã, na qual somos chamados a crescer em comunhão, obediência e pureza. O Espírito Santo é quem nos fortalece nesse percurso, habilitando-nos a negar as inclinações da carne e a viver segundo o Espírito (Gl 5,16-25). Ele também nos convence do pecado, guia-nos em toda a verdade e desperta em nós o anseio de agradar ao Senhor em cada área da vida.

À medida que respondemos à sua atuação, começamos a manifestar o fruto do Espírito, evidência visível de um caráter moldado à semelhança de Cristo. Esse processo não é automático nem passivo: requer submissão constante à direção do Espírito, perseverança na oração, meditação na Palavra e obediência às suas instruções. Tal como uma planta depende de luz, água e cuidado diário para desenvolver-se, o crente necessita da presença contínua do Espírito para amadurecer na fé e frutificar para a glória de Deus. A santificação, portanto, é mais do que um ideal espiritual; é a prova viva de que a regeneração aconteceu e continua operando em nós até o dia em que seremos plenamente transformados à imagem de nosso Salvador.

3. A santificação como evidência da obra da salvação

A presença do Espírito Santo no crente não é um conceito abstrato ou apenas uma promessa futura; ela manifesta-se em resultados concretos e perceptíveis. Quem foi verdadeiramente regenerado não permanece no mesmo caminho, mas passa a buscar a santidade como prioridade, rejeita o pecado e entrega-se de forma sincera e crescente à vontade de Deus. A santificação, ainda que seja um processo progressivo, também é uma prova irrefutável de que a salvação é real e operante.

É o Espírito Santo quem realiza essa transformação de dentro para fora, moldando nosso caráter à imagem de Cristo e guiando-nos a uma vida que o agrada. Ele corrige pensamentos, ajusta atitudes e também nos leva a amar o que Deus ama e a odiar o que Ele odeia.

Viver de modo santo não é produto de esforço isolado, mas fruto da ação contínua e eficaz do Espírito no coração. Assim, cada mudança prática — sejam palavras mais puras, sejam relacionamentos restaurados, generosidade sincera ou domínio próprio — é um testemunho vivo de que Deus está operando. Diante disso, cabe a pergunta que nos confronta e edifica: que evidências de santificação têm florescido em nossa vida como resultado da presença do Espírito Santo?

CONCLUSÃO

A regeneração é o ato inicial da obra salvadora de Deus, quando o Espírito Santo, pela graça, comunica vida ao pecador morto nos seus delitos e transforma-o em nova criatura. É o início de uma caminhada que não se limita a um momento passado, mas estende-se por toda a vida na forma de santificação — processo contínuo pelo qual o mesmo Espírito molda nosso caráter à semelhança de Cristo. Nessa jornada, Ele convence-nos do pecado, guia-nos na verdade, fortalece-nos nas fraquezas e produz em nós frutos que glorificam ao Pai.

Diante dessa verdade, precisamos fazer a seguinte pergunta para nós mesmos: “Será que fui, de fato, regenerado?”. A nova vida em Cristo é evidenciada por mudança de valores, hábitos e motivações. Quem nasceu de novo demonstra amor por Deus e pelo próximo, desejo de obedecer à sua Palavra e rejeição consciente ao pecado. Para cooperar com a obra do Espírito, o crente deve cultivar práticas espirituais como oração perseverante, leitura e meditação bíblica, comunhão com o Corpo de Cristo e confissão sincera de pecados. Esses hábitos não produzem a regeneração, mas fortalecem a vida gerada pelo Espírito e aceleram o amadurecimento na fé.

Ao mesmo tempo, é necessário um alerta: negligenciar a atuação do Espírito é arriscar-se a permanecer estagnado, enfraquecendo a vida espiritual e dando espaço à carne. A santificação exige rendição diária e vigilância constante. Por isso, lembremo-nos da promessa de Filipenses 1.6: “aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até ao Dia de Jesus Cristo”. O Deus que nos fez nascer de novo é fiel para levar adiante a transformação que iniciou; cabe a nós, com humildade e fé, permitir que o seu Espírito complete em nós essa boa obra.

CAPÍTULO 7

A GRAÇA DE DEUS

Efésios 2.1-10

- 1 - E vos vivificou, estando vós mortos em ofensas e pecados,
- 2 - em que, noutro tempo, andastes, segundo o curso deste mundo, segundo o princípio das potestades do ar, do espírito que, agora, opera nos filhos da desobediência;
- 3 - entre os quais todos nós também, antes, andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como os outros também.
- 4 - Mas Deus, que é riquíssimo em misericórdia, pelo seu muito amor com que nos amou,
- 5 - estando nós ainda mortos em nossas ofensas, nos vivificou juntamente com Cristo (pela graça sois salvos),
- 6 - e nos ressuscitou juntamente com ele, e nos fez assentar nos lugares celestiais, em Cristo Jesus;
- 7 - para mostrar nos séculos vindouros as abundantes riquezas da sua graça, pela sua benignidade para conosco em Cristo Jesus.
- 8 - Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isso não vem de vós; é dom de Deus.
- 9 - Não vem das obras, para que ninguém se glorie.
- 10 - Porque somos feitura sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas.

INTRODUÇÃO

Imagine o cenário descrito pelo profeta Ezequiel: um vale repleto de ossos secos, espalhados por toda parte, sem vida, sem movimento, sem esperança. Assim como um corpo imóvel no chão — sem respiração, sem pulsar, com olhos que não acompanham a luz, mãos frias que não se estendem e pés imóveis que não caminham — aque-

les ossos também mantinham apenas a forma daquilo que um dia viveu. Tudo estava presente na aparência, mas a vida fora embora. Essa é a condição da alma sem a graça de Deus: existe, mas não vive; respira, mas não frutifica; carrega potencial, mas permanece estéril. Contudo, algo extraordinário acontece quando o sopro do Espírito de Deus percorre esse vale: ossos juntam-se a ossos, sendo cobertos por tendões e carne, e a mesma voz que chamou o universo à existência no princípio declara: “Vive!”. Então, o que era pó torna-se instrumento para a glória do Senhor; o que antes era incapaz de amar, servir e produzir para o Reino agora floresce, porque foi vivificado pela graça e pela presença do Espírito Santo.

A graça de Deus é o fundamento da salvação cristã, mas a sua importância vai muito além de um evento passado. A salvação não é apenas algo que ocorreu num momento específico; também é uma realidade contínua, presente em cada passo do crente, moldando pensamentos, sentimentos e ações. Fomos alcançados pela graça quando estávamos espiritualmente mortos e por ela fomos levantados para uma vida que tem sentido e direção.

Entender a graça de Deus não apenas renova nossa visão sobre quem Ele é, como também transforma a forma como vivemos. Ela não nos resgata para a estagnação, mas chama-nos para frutificar para que nossa vida seja reflexo do amor que nos salvou. Neste capítulo, veremos que somos convidados pela graça a viver em conformidade com a vontade de Deus, refletindo em nossas atitudes o amor e o perdão que recebemos. Como cristãos, somos desafiados a viver essa graça de forma prática, demonstrando-a nos relacionamentos, no serviço e nas decisões diárias. Quem foi vivificado pela graça não vive mais para si, mas para aquEle que o fez viver, produzindo frutos que glorificam ao Pai. Quem foi tirado da morte pela graça não pode voltar a viver como se estivesse no túmulo; foi levantado para andar, amar e frutificar no Reino, até que o Autor da vida seja plenamente glorificado em cada passo.

I - A MARAVILHOSA GRAÇA NA OBRA DE SALVAÇÃO

1. A condição humana antes da graça (Ef 2.1-3)

Nossa história era marcada por trevas e morte antes de recebermos a vida de Cristo. Paulo não poupa palavras ao escrever aos efésios: estávamos “mortos em ofensas e pecados”, seguindo o curso deste

mundo e submissos ao espírito que atua nos filhos da desobediência (Ef 2.1-3). Não se tratava de uma enfermidade leve, mas, sim, de uma morte espiritual completa; não era simples afastamento, mas separação absoluta do Deus vivo. Essa é a realidade da humanidade sem a presença regeneradora do Espírito Santo.

A vida sem Cristo é um cativeiro: um cativeiro da mente, que pensa segundo padrões corrompidos; um cativeiro do coração, que deseja o que ofende a Deus; e um cativeiro das mãos e dos pés, que caminham para longe da verdade. E, por trás de tudo, o domínio sutil e destrutivo de Satanás, que cega o entendimento e mantém as suas presas na escuridão. Essa era nossa história. Por isso, não olhamos para o pecador com desprezo, mas com compaixão, pois também andávamos nos mesmos caminhos.

Reconhecer nosso passado é enxergar com clareza a grandeza da graça de Deus. Nada havia em nós que pudesse merecer o seu favor, mas fomos amados por Ele. Quando estávamos mortos, fomos vivificados por Ele; quando não tínhamos esperança, fomos chamados por Ele. O “mas Deus” de Efésios 2.4 ressoa como o divisor de águas de nossa história: a condenação foi substituída pela misericórdia, e a morte deu lugar à vida — tudo por graça, e graça somente.

2. A intervenção da graça de Deus (Ef 2.4-7)

Depois de descrever com realismo a condição humana antes da salvação, Paulo introduz uma das mais belas transições das Escrituras: “Mas Deus [...]” (Ef 2.4). É como se surgisse uma luz repentina rompendo a escuridão em meio ao cenário sombrio da morte espiritual: “Mas Deus, que é riquíssimo em misericórdia, pelo seu muito amor com que nos amou, estando nós ainda mortos em nossas ofensas, nos vivificou juntamente com Cristo (pela graça sois salvos)” (Ef 2.4,5). Aqui, a graça não é um conceito abstrato; é o gesto concreto do Deus vivo, que, movido pelo seu amor eterno, desceu ao abismo onde estávamos e, então, ergueu-nos para a vida.

Essa intervenção não nasceu de qualquer mérito nosso, mas da misericórdia abundante que flui do coração do Pai. Estávamos mortos, e mortos não podem ressuscitar a si mesmos. Foi Ele quem nos vivificou; foi Ele quem nos uniu a Cristo, fazendo-nos participantes

da sua vida, da sua vitória e da sua exaltação. Paulo afirma que fomos ressuscitados com Cristo e assentados nos lugares celestiais, antecipando, já no presente, a realidade gloriosa que desfrutaremos plenamente na eternidade (Ef 2.6,7).

Lembremo-nos disto: o “Mas Deus” de Efésios 2 não é apenas uma frase bonita; é o divisor de águas de nossa história. Sem Ele, permaneceríamos mortos; com Ele, vivemos para sempre. Que essa graça, que nos resgatou e fez assentarmo-nos com Cristo, seja o compasso que guia nossas decisões, bem como o combustível que move nossa vida diária, pois quem foi alcançado por tamanha misericórdia não pode mais viver da mesma forma.

3. A graça que nos faz produzir em Cristo (Ef 2.8-10)

Paulo conclui esta seção reafirmando o fundamento inabalável da salvação: “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém se glorie” (Ef 2.8,9). Aqui, o apóstolo declara que a salvação dada a nós por Cristo é fruto da graça — Deus concede ao pecador o meio de salvação, chamando-o pela sua Palavra e pelo seu Espírito. Essa graça, contudo, pode ser rejeitada, como adverte o autor de Hebreus: “Tendo cuidado de que ninguém se prive da graça de Deus” (Hb 12.15). Nenhuma obra, por mais nobre que seja, pode comprar o favor divino. Assim, toda vanglória é eliminada, e a glória pertence unicamente ao Senhor Deus. Entretanto, Paulo imediatamente acrescenta: “Porque somos feitura sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas” (v. 10). Isso significa que a graça não apenas nos salva, mas também nos transforma, capacitando-nos a viver de forma que reflita o caráter de Cristo. Por isso, a salvação não é o ponto final de uma jornada, mas o início de uma nova vida. Fomos libertos do pecado para sermos instrumentos de justiça; resgatados da morte para sermos canais de vida; alcançados pela graça para sermos expressão viva dessa mesma graça. O cristão não é salvo *pelas* obras, mas *para as* obras.

Ao percorrermos esses versículos, vemos a história completa de nossa redenção: quem éramos, o que Deus fez e para que nos salvou. Estábamos mortos, mas foi Ele quem nos deu vida; éramos inimigos,

mas foi Ele quem nos reconciliou; vivíamos para nós mesmos, mas agora vivemos para a sua glória. A graça não apenas nos tirou da morte, como também nos colocou em Cristo para andarmos com Ele, que nos enviou para as boas obras que já estavam nos seus planos eternos. Ao lembrarmos dessa jornada, nossa resposta só pode ser adoração, gratidão e obediência. E, assim, avançamos para compreender ainda mais a profundidade e a riqueza do plano de salvação que o Pai preparou desde a eternidade para os que nEle creem.

II - A GRAÇA DE DEUS E AS OBRAS

1. A graça de Deus: o favor imerecido

A graça é, em essência, o favor imerecido de Deus — um favor concedido sem que haja qualquer mérito humano que o provoque ou sustente. É um gesto livre, nascido unicamente da bondade divina, pelo qual o Senhor inclina-se para abençoar os que nada têm para oferecer em troca. No Antigo Testamento, o termo hebraico usado para graça é *chen*, que transmite a ideia de favor, benevolência e bondade gratuita. Esse favor não é conquistado, mas concedido soberanamente pelo Senhor.

É o que lemos, por exemplo, em Gênesis 6.8: “Noé, porém, achou graça aos olhos do SENHOR”, não por perfeição própria, mas porque Deus, na sua misericórdia, decidiu preservá-lo. Ao longo das Escrituras, *chen* é usado para descrever a ação graciosa de Deus em favor do seu povo, mesmo quando este se mostrava indigno de tal bondade (PALAVRAS-CHAVE, 2020, p. 1644-45).

No Novo Testamento, o termo grego correspondente é *charis*, que mantém a ideia de favor imerecido, mas que a expande para abranger toda a obra redentora realizada em Cristo (VINE, 2013, p. 679-80). *Charis* não apenas descreve um benefício recebido, mas aponta para o presente supremo: a salvação.

A graça de Deus é, portanto, a expressão máxima do seu amor e misericórdia; é a mão estendida que nos ergue da morte para a vida, não em resposta a obras ou esforços, mas como oferta gratuita, disponível a todos os que creem; é o dom eterno, inquebrável e transformador, que muda não apenas nosso destino, mas também nosso coração e nossa maneira de viver.

2. Obras: o reflexo da graça em nossas vidas

No ensino bíblico, as obras não são a porta de entrada para a salvação, mas o reflexo visível de uma vida que já foi alcançada e transformada pela graça de Deus. Elas não compram o favor divino, mas demonstram o que a graça fez efetivamente em nosso interior. No Antigo Testamento, o termo hebraico para “obras” é *ma‘aseh*, que significa “ação” ou “feito” e está muitas vezes associado ao cumprimento da Lei de Moisés (PALAVRAS-CHAVE, 2020, p. 1762). Eram obras prescritas pela aliança mosaica, praticadas como expressão de obediência, mas que, para alguns, se tornaram um meio de tentar obter justificação por esforço próprio.

No Novo Testamento, o termo mais comum é o grego *ergon*, que denota qualquer ação, trabalho ou empreendimento (VINE, 2013, p. 827-23). Paulo deixa claro em Efésios 2.9 que a salvação “não vem das obras, para que ninguém se glorie”. Aqui, é essencial distinguir entre “obras da Lei” e “obras da graça”. As obras da Lei são as práticas realizadas para tentar cumprir os requisitos da Lei de Moisés com o objetivo de alcançar justificação diante de Deus. Essa tentativa, por mais zelosa que fosse, não podia produzir salvação, pois o homem não tem, por si só, capacidade de cumprir perfeitamente a Lei (Rm 3.20).

As obras da graça, porém, são de natureza completamente diferente. Elas não nascem de uma obrigação legalista, mas fluem espontaneamente de um coração regenerado. São ações inspiradas e sustentadas pelo Espírito Santo, preparadas de antemão por Deus para que andemos nelas (Ef 2.10). Elas são fruto da evidência da transformação operada pela graça; o testemunho vivo de que a salvação não é apenas uma promessa futura, mas também uma realidade presente que molda palavras, atitudes e escolhas diárias. Assim, o cristão não pratica boas obras para ser salvo, mas, sim, porque já foi salvo; logo, a obediência à vontade de Deus deixa de ser um fardo e torna-se expressão de gratidão. Cada ato de serviço, cada gesto de amor, cada decisão alinhada à Palavra é como uma vitrine da graça de Deus ao mundo. E, enquanto o legalismo tenta alcançar o Céu pelas escadas das obras, a verdadeira fé produz obras como frutos naturais da vida nova em Cristo. As boas obras não são a causa de nossa salvação, mas a sua consequência inevitável; o reflexo da graça que habita em nós e que, através de nós, deseja alcançar outros.

3. A salvação pela graça e a necessidade das boas obras

A salvação, sendo um dom gratuito de Deus, não anula a importância das boas obras; antes, dá a elas o verdadeiro fundamento. Paulo declara em Efésios 2.10 que “somos feitura sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas”. Isso significa que a nova vida em Cristo não é inativa, mas produtiva, frutífera e direcionada ao cumprimento da vontade de Deus. Longe de enfraquecer a prática do bem, a graça é justamente a força que nos capacita a realizá-lo com sinceridade e poder espiritual.

Tiago adverte na sua carta: “A fé sem obras é morta” (Tg 2.26). Ele não contradiz Paulo, mas complementa-o. Paulo afirma que as obras não são o meio da salvação, enquanto Tiago ressalta que a fé genuína, fruto da graça, sempre se expressa em ações concretas. É como se dissessem juntos: “Não somos salvos pelas obras, mas não há salvação verdadeira sem obras que a confirmem”. Assim, as boas obras não são um fardo imposto pela Lei, mas o fruto natural de uma vida redimida. Elas fluem da gratidão de quem foi perdoado, do amor de quem conheceu a misericórdia e da obediência de quem deseja agradar ao Senhor. Somos chamados pela graça não apenas a crer, mas também a viver. Ela transforma o coração e, consequentemente, transforma o modo de falar, agir e servir. Viver pela graça não é, portanto, permanecer passivo, mas ser movido por um impulso santo para fazer o bem; é servir ao próximo, proclamar o evangelho, ajudar o necessitado e praticar a justiça não para conquistar o favor de Deus, mas porque já o recebemos. E, quando as obras brotam desse solo fértil da graça, elas não apenas glorificam a Deus, mas também se tornam testemunho vivo do poder transformador do evangelho.

É a maravilhosa graça de Deus que nos salva e também nos envia. Ela não nos deixa imóveis, mas move-nos a viver de forma que o mundo veja Cristo em nós. As boas obras não são a raiz da salvação, mas o seu fruto visível. E, quando a graça floresce, as obras tornam-se o seu perfume, espalhando o testemunho do evangelho por onde passamos.

III - AS IMPLICAÇÕES DA GRAÇA NA VIDA CRISTÃ

1. Graça para amar

A graça de Deus é a escola onde aprendemos o verdadeiro amor. Ela não nos ensina a amar apenas os que nos tratam bem, mas também

os que nos ferem ou nos rejeitam. Somos chamados por Jesus a um amor que ultrapassa as barreiras naturais e humanas. Por isso o apóstolo João declara: “Nós amamos porque Ele nos amou primeiro” (1 Jo 4.19). Esse amor não nasce de nossa capacidade, mas da graça que nos alcançou e transformou. Assim como fomos amados por Cristo quando ainda éramos pecadores, somos chamados a amar com a mesma disposição, paciência e misericórdia. Essa graça recebida não deve permanecer estagnada em nós, mas transbordar em atitudes concretas — no perdão concedido, no cuidado dedicado, na compaixão demonstrada. Amar pela graça é amar sem reservas, sem exigir retorno, permitindo que outros vejam em nós o reflexo do amor de Cristo. A grande pergunta é: nossa maneira de amar revela que fomos moldados pela graça?

2. Graça para perdoar

O apóstolo Paulo exorta: “Sejam bondosos e tenham compaixão uns dos outros, perdoando-se como Deus os perdoou em Cristo” (Ef 4.32, NVT). Essa não é apenas uma recomendação ética, mas também um chamado que nasce do coração do evangelho. A graça recebida de Deus transforma-nos de tal forma que somos capacitados a trocar a maldade pela bondade, a indiferença pela compaixão, e a vingança pelo perdão. Como ele também escreve aos colossenses: “Assim como o Senhor os perdoou, perdoem também” (Cl 3.13).

O perdão, à luz da graça, não é fruto de merecimento do ofensor, mas uma decisão espiritual fundamentada no que Cristo fez por nós. Sem a graça, ficaríamos aprisionados ao ressentimento, alimentando feridas que nunca se fecham. A graça de Deus é, porém, a força que liberta o outro de nossa cobrança e liberta a nós mesmos do peso de carregar mágoas. Perdoar não significa ignorar a dor sofrida, mas escolher não a deixar definir nossas atitudes. Essa maravilhosa graça ensina-nos a perdoar como fomos perdoados: de forma completa, generosa e sem reservas. É um ato que exige humildade, dependência de Deus e lembrança constante de que a cruz é o ponto de encontro entre a justiça e a misericórdia de Deus. Ao perdoar, não apenas obedecemos ao Senhor, como também testemunhamos ao mundo que a graça é maior do que qualquer ofensa.

3. Graça para servir

A graça de Deus não apenas nos salva, mas também nos molda para uma vida de serviço. O apóstolo Paulo escreve a Tito que “a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens, ensinando-nos a renunciar à impiedade e às paixões mundanas, e a viver de maneira sensata, justa e piedosa” (Tt 2.11,12). Essa graça que nos transforma por dentro também nos direciona para fora, para que nossa vida seja instrumento de edificação e cuidado para com o próximo.

Servir, à luz da graça, não é um peso imposto nem um fardo religioso; é expressão de gratidão, amor e obediência. Quando reconhecemos o que recebemos de Cristo, o serviço deixa de ser uma obrigação e torna-se um privilégio. Jesus, nosso Senhor, lavou os pés dos discípulos (Jo 13.1-15), mostrando que, no Reino de Deus, a grandeza é medida pela disposição de servir. Segui-lo é assumir essa mesma postura humilde e generosa. Assim, servir aos outros é refletir a graça que nos alcançou; é permitir que a compaixão de Cristo seja manifesta em nossas ações, palavras e atitudes diárias; é ser canal de bênção para que outros experimentem através de nós o cuidado do Pai. A pergunta que permanece é: como, em nossa rotina, podemos ser instrumentos de serviço e amor que apontam para a graça divina? Quando a graça governa o coração, o serviço deixa de ser eventual e torna-se estilo de vida.

A graça de Deus não é apenas um conceito teológico para ser estudado, mas também é uma realidade viva para ser experimentada e refletida. Ela ensina-nos a amar de forma incondicional, a perdoar com generosidade e a servir com humildade. Quando a graça governa o coração, ela molda nosso caráter, orienta nossas escolhas e transforma nossas relações. Amar, perdoar e servir deixam de ser apenas mandamentos e tornam-se respostas espontâneas ao amor que nos alcançou. Assim, nossa vida torna-se um testemunho visível da graça que recebemos em Cristo — uma carta viva, lida e observada por todos. Que a cada dia possamos viver de modo que a graça não seja apenas um dom recebido, mas também um dom compartilhado, para a glória de Deus e para o bem do próximo.

CONCLUSÃO

Iniciamos este capítulo contemplando a cena de um corpo imóvel, sem vida, incapaz de mover-se ou produzir frutos. Essa figura remete-nos ao vale de ossos secos de Ezequiel 37, onde a ausência total de vida revelava a impossibilidade de qualquer restauração por meios humanos. Assim também estávamos nós: mortos em nossos delitos e pecados, sem força para levantar-nos ou oferecer algo que agradasse ao Senhor. Mas, como naquele vale, o sopro do Espírito veio sobre nós. AquEle que é a própria Vida pronunciou o seu “Vive!”, e os ossos juntaram-se, a carne cobriu-os, o fôlego entrou, e fomos restaurados, levantados e capacitados a caminhar para cumprir o propósito de Deus.

Ao longo deste capítulo, vimos que essa graça não é um conceito abstrato ou um evento isolado do passado. Em Efésios 2.1-10, compreendemos que ela é a força que nos tirou da morte espiritual e fez-nos assentar com Cristo, conclamando-nos para vivermos como novas criaturas. Estudamos também que, embora as obras não nos salvem, são o reflexo inevitável de uma vida alcançada pela graça — frutos que Deus mesmo preparou para que andássemos nelas. Por fim, refletimos sobre as implicações práticas dessa graça: ela claramente nos ensina a amar com o amor de Cristo, a perdoar como fomos perdoados e a servir com humildade, seguindo o exemplo do Mestre.

A compreensão da graça de Deus não pode restringir-se a uma doutrina aprendida; ela deve ser vivida e aplicada no cotidiano. É essa graça que molda nosso caráter, que redefine nossas relações e que nos impulsiona a glorificar a Deus em cada ação. Não amamos, perdoamos ou servimos para conquistar méritos, mas porque fomos profundamente marcados pelo favor divino.

Assim como um corpo sem vida que recebeu o sopro e levantou-se para agir, fomos vivificados para frutificar no Reino de Deus (Ez 37). Nossa vida é para Ele agora. Que cada passo, cada palavra e cada gesto sejam a evidência de que foi a graça que nos tirou da morte e colocou-nos no caminho da vida para que o Autor de nossa salvação seja glorificado em tudo. Quem foi vivificado pela graça não vive para si, mas para aquEle que o fez viver, e viver para Ele é frutificar para a sua glória.

CAPÍTULO 8

A ELEIÇÃO NA SALVAÇÃO

Efésios 1.3-14

- 3 - Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo,
- 4 - como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em amor,
- 5 - e nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade,
- 6 - para louvor e glória da sua graça, pela qual nos fez agradáveis a si no Amado.
- 7 - Em quem temos a redenção pelo seu sangue, a remissão das ofensas, segundo as riquezas da sua graça,
- 8 - que Ele tornou abundante para conosco em toda a sabedoria e prudência,
- 9 - descobrindo-nos o mistério da sua vontade, segundo o seu beneplácito, que propusera em si mesmo,
- 10 - de tornar a congregar em Cristo todas as coisas, na dispensação da plenitude dos tempos, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra;
- 11 - nele, digo, em quem também fomos feitos herança, havendo sido predestinados conforme o propósito daquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade,
- 12 - com o fim de sermos para louvor da sua glória, nós, os que primeiro esperamos em Cristo;
- 13 - em quem também vós estais, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação; e, tendo nele também crido, fostes selados com o Espírito Santo da promessa;

14 - o qual é o penhor da nossa herança, para redenção da posse-são de Deus, para louvor da sua glória.

INTRODUÇÃO

Imagine uma grande sinfonia sendo preparada para uma apresentação inesquecível. O maestro já tem em mente a harmonia que deseja ouvir antes mesmo de o concerto começar. Ele sabe quais instrumentos serão necessários, quais vozes devem estar unidas e como cada nota contribuirá para o conjunto. No entanto, para que essa música ganhe vida, é preciso que os músicos respondam ao chamado, aceitem o convite e coloquem-se sob a direção do maestro. Assim também acontece com a eleição divina: fomos escolhidos por Deus em Cristo antes da fundação do mundo para que fôssemos santos e irrepreensíveis, mas essa escolha não exclui nossa resposta de fé e arrependimento.

A eleição, longe de ser um mistério obscuro que divide a humanidade entre salvos e condenados, é a expressão do amor de Deus revelado em Jesus Cristo. Ela não é privilégio de poucos, mas o convite universal de Deus para formar um povo santo que viva para a sua glória. Neste capítulo, veremos como a eleição é bíblica, cristocêntrica e prática: fundamentada em Cristo, confirmada na fé e manifestada em santidade e serviço.

I - O CONCEITO BÍBLICO DE ELEIÇÃO

1. A eleição como parte do plano redentor de Deus

Poucas doutrinas provocaram tanta reflexão e debate ao longo da História da Igreja quanto a da eleição. Passaram-se séculos, e concílios foram realizados, obras extensas foram escritas, e ainda hoje permanece vivo o impasse entre as correntes que procuram explicar como Deus elege os salvos para a vida eterna. Qual estudante de teologia não se deparou, em algum momento, com as intensas discussões entre arminianos e calvinistas? Esse tema, por conta da sua profundidade e impacto na fé cristã, exige de nós não apenas rigor bíblico, mas também sensibilidade pastoral, para que o seu ensino não seja motivo de confusão, mas de edificação espiritual.

De um lado, a tradição calvinista sustenta que a eleição é absolutamente incondicional. Nessa visão, os eleitos foram escolhidos soberanamente antes da fundação do mundo sem levar em conta a resposta humana. Para essa corrente, a eleição precede a obra do Espírito Santo e a resposta do homem ao chamado divino. Além disso, sustenta-se que a expiação de Cristo seria limitada, isto é, destinada apenas aos que foram predestinados para a salvação, enquanto os outros estariam, por decreto, destinados à condenação eterna — a denominada “dupla predestinação”. Essa perspectiva encontra eco em muitos círculos da cristandade reformada, mas, ao longo da história, foi também motivo de forte contestação, pois parece obscurecer o caráter universal do amor de Deus revelado em Cristo.

Do outro lado, nós, os pentecostais, afirmamos uma compreensão diferente. Cremos que os eleitos são escolhidos em Cristo Jesus e que essa eleição está ligada à resposta de fé do ser humano ao chamado divino. A expiação é ilimitada para nós: Jesus morreu por toda a humanidade, oferecendo salvação a todos. Essa obra, porém, só se torna eficaz na vida dos que se arrependerem e creem no Filho de Deus. A distinção essencial entre nossa posição e a calvinista é o ponto de partida: não partimos de um decreto abstrato, mas da centralidade de Cristo. Para nós, Deus, na sua soberania, predestinou primeiramente Jesus Cristo como Salvador, Redentor, Sacerdote e Rei. Ele é o Eleito por excelência, e, em união com Ele, todos os que creem participam dessa eleição. Qualquer doutrina que não seja cristocêntrica é, portanto, insuficiente para explicar a grandeza do plano da salvação.

A eleição bíblica, conforme entendida na perspectiva pentecostal, não se baseia num exclusivismo arbitrário, mas é corporativa. Isso significa que Deus não escolheu indivíduos isoladamente para a salvação ou condenação, mas elegeu um povo: a Igreja. Cristo é o Redentor, e todos os que nEle depositam a fé, arrependendo-se dos seus pecados, tornam-se parte desse corpo eleito. William G. Witt resume bem essa compreensão ao afirmar que

a eleição e a predestinação não se tratam da escolha incondicional e misteriosa de certas pessoas conhecidas apenas por Deus, mas antes da eleição e predestinação daqueles que depositam a fé em Cristo, seu Redentor. A eleição é em

Cristo, mas não há ninguém que esteja em Cristo sem que tenha fé (WITT, apud OLSON, 2013, p. 240).

Assim, longe de um determinismo fatalista, a eleição é o chamado gracioso de Deus, que requer uma resposta pessoal de obediência e confiança. Essa convicção encontra eco na própria *Declaração de Fé das Assembleias de Deus*, que afirma:

A predestinação genuinamente bíblica diz respeito apenas à salvação, sendo condicionada à fé em Cristo Jesus, estando relacionada à presciéncia de Deus. Portanto, a predestinação dos salvos é precedida pelo conhecimento prévio de Deus daqueles que, diante do chamamento do Evangelho, recebem a Cristo como o seu Salvador pessoal e perseveram até o fim (DECLARAÇÃO, 2017, p. 110).

A presciéncia divina não é mero conhecimento antecipado de fatos, mas expressão do amor e da soberania de Deus, que contempla de antemão aqueles que, pela ação do Espírito, haveriam de responder ao chamado. Assim, a eleição é tanto soberana quanto relacional: soberana, porque nasce da iniciativa divina; relacional, porque só se concretiza na fé do pecador em Cristo.

Essa compreensão bíblica evita dois extremos perigosos. O primeiro é o da arrogância espiritual, que leva alguns a considerarem-se privilegiados por terem sido escolhidos independentemente de qualquer resposta de fé. O segundo é o do desespero, que leva outros a temerem estar entre os “não eleitos” e, portanto, sem possibilidade de salvação. Ao contrário, o ensino bíblico mostra que Deus “quer que todos os homens se salvem e venham ao conhecimento da verdade” (1 Tm 2.4). A eleição é real, mas é em Cristo; é segura, mas confirma-se na fé. O chamado é universal, mas a resposta é pessoal.

As Escrituras reforçam essa verdade de maneira inequívoca. Jesus declara: “As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu conheço-as, e elas me seguem” (Jo 10.27). A eleição não exclui a responsabilidade humana; ao contrário, pressupõe-na. Efésios 1.4,5 afirma que fomos escolhidos “em Cristo” antes da fundação do mundo para que fôssemos santos e irrepreensíveis. Romanos 8.29,30 mostra que os predestinados

são aqueles que Deus “de antemão conheceu” e que foram chamados, justificados e glorificados em Cristo; ou seja, a eleição não ocorre fora de Cristo, mas na comunhão com Ele, e confirma-se na experiência concreta do arrependimento e da fé. É uma eleição que, desde a eternidade, tem em vista um povo santo, transformado pela graça e destinado a refletir a glória de Deus no mundo.

A partir dessa visão, percebemos que a eleição não é um privilégio que conduz à estagnação, mas uma responsabilidade que conduz à missão. Deus elegeu a Igreja para ser luz das nações e instrumento de salvação. Esse aspecto corporativo é decisivo: a eleição não é apenas uma garantia individual de salvação, mas um chamado para participar do plano de Deus em favor da humanidade. Por isso, todo aquele que foi alcançado pela graça é imediatamente convocado a testemunhar de Cristo e a engajar-se na obra evangelizadora. O Espírito Santo, que nos convence do pecado, da justiça e do juízo, também nos reveste de poder para proclamar o evangelho, reunindo, pela fé, os que haverão de compor o povo eleito de Deus.

Ao refletirmos sobre a eleição, também percebemos que a Escritura não a apresenta como um decreto misterioso que seleciona indivíduos isoladamente para a salvação ou condenação, mas como um ato soberano de Deus em favor de um povo. Essa dimensão corporativa da eleição atravessa toda a Bíblia desde o Antigo até o Novo Testamento. É verdade que também há casos de eleição individual, mas estes geralmente dizem respeito a funções ministeriais, e não à salvação em si. Deus chamou pessoas específicas para tarefas específicas: Abraão, Davi, Jeremias, Paulo e tantos outros. Quando, porém, a Escritura trata da salvação, o olhar é sempre coletivo, abrangendo uma comunidade chamada a refletir o caráter divino no mundo.

Essa distinção é fundamental. A eleição ministerial é individual e visa ao serviço; a eleição para a salvação é corporativa e visa à formação de um povo santo (HORTON, 2014, p. 362). É por isso que o apóstolo Paulo escreve aos efésios: “Como também **nos elegeu nele** antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em amor” (Ef 1.4, grifos meus). Note-se o plural “nos elegeu”. A eleição não é de indivíduos isolados, mas de um Corpo em Cristo. Como bem o pastor Silas Daniel escreveu,

A Bíblia sempre fala da eleição no plural. Deus “nos elegeu” (Ef 1.4). O foco, invariavelmente, é esse povo (Ef 2.14,19), corpo (Ef 1.23; 2.15,16; 3.6; 4.4,12,16,25; 5.23,30), família (Ef 2.19; 3.15), edifício (Ef 2.20-22), chamado de Igreja (Ef 1.22; 3.10; 5.23,24,25,27,29,32). Toda a Epístola aos Efésios, por exemplo, trata os eleitos como um corpo, um conjunto. Claro que um conjunto é formado por indivíduos, mas o foco sempre é o conjunto. O foco da eleição não é o indivíduo, mas o grupo, o corpo, a Igreja, formada por todos aqueles que creram em Cristo e permanecerão até o fim (DANIEL, 2017, p. 429).

Vejamos, portanto, como essa perspectiva manifesta-se nas Escrituras.

2. A eleição no Antigo Testamento: Israel como povo escolhido

No Antigo Testamento, encontramos a eleição de indivíduos como Abraão (Ne 9.7), Davi (1 Rs 11.34) e Jeremias (Jr 1.5), mas a eleição nesses casos refere-se a uma missão específica. A tônica maior, entretanto, recai sobre a eleição de um povo inteiro: Israel. Deus não escolheu Israel pelos méritos deste, mas pela sua graça e amor soberano. Moisés recorda ao povo:

o SENHOR, teu Deus, te escolheu, para que lhe fosses o seu povo próprio, de todos os povos que sobre a terra há. O SENHOR não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em número do que todos os povos, mas porque o SENHOR vos amava” (Dt 7.6-8).

Essa eleição tinha um propósito definido: Israel seria a nação por meio da qual a promessa de salvação alcançaria o mundo, especialmente pela vinda do Messias. Isaías expressa isso ao declarar: “Por amor de meu servo Jacó e de Israel, meu eleito, eu te chamei pelo teu nome” (Is 45.4). A eleição, portanto, não era um fim em si mesma, mas um meio pelo qual Deus cumpriria o seu plano de redenção

universal. Assim, podemos dizer que, no Antigo Testamento, a eleição corporativa de Israel já apontava para Cristo. Israel foi o povo escolhido para preparar o caminho da salvação; por meio da sua história, Deus revelaria o seu caráter, a sua Lei e as suas promessas, que encontrariam pleno cumprimento no Redentor.

3. A eleição no Novo Testamento: a Igreja como povo eleito em Cristo

Com a Nova Aliança selada no Calvário, a eleição é plenamente cumprida em Cristo. Agora, o povo eleito não se restringe a uma etnia ou nação, mas inclui todos os que recebem o evangelho pela fé. A Igreja é apresentada como “geração eleita, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido, para que anuncieis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (1 Pe 2.9). O apóstolo Paulo também declara que fomos escolhidos “em Cristo” antes da fundação do mundo para louvor da glória da graça de Deus (Ef 1.4-6).

Aqui, mais uma vez, a ênfase é corporativa. A eleição não se restringe a indivíduos, mas à comunidade dos redimidos. Trata-se de uma inclusão que rompe barreiras, pois os gentios também foram chamados a participar desse povo (Rm 9.24; Ef 3.6). O evangelho estende a eleição a todos os que creem, formando um corpo único, composto de judeus e gentios, unidos em Cristo. A eleição no Novo Testamento é, portanto, uma realidade coletiva: todos os que estão unidos a Cristo pela fé são parte do povo eleito, e essa eleição não nos conduz à inércia, mas à missão.

A Igreja é chamada a refletir o caráter de Deus no mundo, vivendo em santidade e proclamando o evangelho até os confins da terra. Assim, ao contemplarmos o mistério da eleição, não o fazemos com temor de exclusão, mas com gratidão e responsabilidade — gratidão, porque fomos incluídos no Corpo de Cristo pela graça, e responsabilidade, porque essa inclusão chama-nos a viver de forma santa e a proclamar a mensagem que pode transformar vidas. A eleição não é um fim em si mesma; é um meio pelo qual Deus manifesta a sua glória, salvando pecadores e reunindo-os em um povo santo. Como Igreja, vivemos a certeza de que fomos escolhidos em Cristo para ser testemunhas do seu amor e participantes do seu plano redentor. É com essa convicção

que agora avançamos para compreender como essa eleição encontra o seu fundamento pleno na pessoa de Jesus, o Eleito de Deus.

II - A ELEIÇÃO BÍBLICA FUNDAMENTADA EM JESUS

1. Jesus, o Eleito de Deus: o Cordeiro escolhido

Toda a doutrina da eleição encontra o seu ponto de partida e linha de chegada na pessoa de Jesus Cristo, conforme já enfatizamos. Ele é o Eleito por excelência, o Cordeiro de Deus escolhido antes da fundação do mundo para realizar a obra redentora em favor da humanidade (1 Pe 1.19,20; Ap 13.8). Essa eleição não se restringe ao título de Salvador, mas abrange o sacrifício perfeito e definitivo que Ele ofereceu em nosso lugar, abrindo o caminho da salvação a todos os que nEle creem. Cristo é, portanto, o primeiro e o verdadeiro eleito, e é somente unidos a Ele que podemos ser chamados de povo escolhido. Por isso, em nossa perspectiva pentecostal, a eleição é profundamente cristocêntrica: tudo gira em torno de Jesus e da sua obra redentora. É em Cristo, e somente nEle, que a eleição torna-se realidade. A cruz, onde o seu sangue foi derramado, não apenas revela o plano eterno de Deus, como também assegura que nossa eleição não é resultado de um decreto abstrato, e sim do amor concreto manifestado no sacrifício do Filho.

2. A eleição em Cristo: todos os crentes são eleitos nEle

A eleição e Jesus Cristo estão inseparavelmente ligados, pois é nEle que somos escolhidos para a vida eterna (Ef 1.4,5). Fora de Cristo, bem como a sua obra no Calvário, não há eleição possível, mas somente em união com Ele somos chamados e capacitados a viver com Deus para sempre. Essa eleição está enraizada na sua obra redentora. Ao entregar a sua vida em nosso lugar, Cristo abriu-nos acesso à graça divina e tornou possível a salvação de todo aquele que crê. Essa eleição, entretanto, não se cumpre de modo automático nem indiferente à resposta humana.

O chamado de Cristo ao arrependimento foi uma marca constante do seu ministério terreno: “Porque eu não vim para chamar os justos, mas os pecadores, ao arrependimento” (Mt 9.13). A sua mensagem é,

ao mesmo tempo, acolhedora e exigente: acolhe o pecador, mas exige dele mudança de vida. Num tempo marcado por discursos superficiais, que apresentam um Cristo que recebe a todos sem requerer nada em troca, é urgente reafirmar que a eleição em Cristo manifesta-se naqueles que respondem ao seu chamado com fé e arrependimento genuíno.

A eleição é, portanto, um ato da graça divina, que foi realizado em Cristo, porém confirmado na resposta de quem ouve a sua voz e rende-se ao seu senhorio. Todos os que compõem a Igreja de Cristo foram eleitos nEle (2 Tm 1.9) não para permanecer na antiga vida, mas para experimentar a transformação que o arrependimento produz e, assim, viver em conformidade com a sua vontade.

3. A eleição em Cristo: uma eleição com propósito

A eleição em Cristo não é arbitrária nem impessoal; ela está sempre voltada para o cumprimento de um propósito divino (Ef 1.11,12). Somos escolhidos para viver em santidade, refletindo no mundo o caráter e o amor de Deus. Essa verdade, porém, não pode ser confundida com a ideia de que, antes mesmo da criação, alguns já teriam sido destinados ao Céu, e outros, ao Inferno — como ensinam os sistemas supralapsarianista¹ e infralapsarianista.² De modo nenhum é assim. Ora, a Escritura revela que Deus é amor e “não querendo que alguns se percam, senão que todos venham a arrepender-se” (2 Pe 3.9).

O que a Bíblia ensina é que, embora a graça divina seja oferecida a todos, ela pode ser resistida. Os que rejeitam a Cristo fazem-no por escolha própria, tornando-se responsáveis por viver separados de Deus por toda a eternidade. Como afirma Daniel Pecota, se a

¹ **Supralapsarianista:** Oriunda de duas palavras latinas, *supra* (acima, superior) e *lapsus* (queda), segundo uma visão da tradição reformada, a expressão revela que Deus escolheu alguns para a vida eterna e condenou todos os demais seres humanos para a perdição eterna desde antes da fundação do mundo.

² **Infralapsarianista:** Oriunda de duas palavras latinas, *infra* (abaixo, inferior, base) e *lapsus* (queda), a expressão traz a uma perspectiva reformada de que Deus estava contemplando todas as criaturas caídas e mortas no pecado. Assim, Deus escolheu os eleitos e ignorou os não eleitos. Isso foi feito por decreto divino desde antes da fundação do mundo.

graça fosse irresistível, os incrédulos pereceriam não por recusarem o convite, mas por não terem sido capacitados a aceitá-lo. Nesse caso, a promessa bíblica — “todo aquele que crê” — seria uma ironia cruel; mas o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo não age assim: quando os braços do Salvador estenderam-se na cruz, Ele abraçou a humanidade inteira, provando inegavelmente que Deus ama o mundo. O amor, por natureza, pode ser acolhido ou rejeitado — e, justamente por isso, é grandioso. O coração de Deus fica triste diante da recusa, mas não força ninguém a vir contra a própria vontade (HORTON, 2014, p. 366-67).

Esse equilíbrio é fundamental para compreendermos a eleição. Ela é um ato da graça de Deus, mas que pressupõe a resposta humana. O arrependimento e a fé são a resposta apropriada a tão grande amor. É verdade que não podemos produzir tais atitudes por nossa própria força; contudo, também não acontecem sem nosso consentimento. A salvação é dom divino, mas exige uma entrega intencional. Devemos, por isso, evitar os extremos: nem o monergismo rígido, que elimina a responsabilidade humana, e nem o sinergismo extremado, que nega a incapacidade da humanidade caída. A perspectiva bíblica — ensinada por Armínio e ecoada por Wesley — mantém o equilíbrio: Deus é o autor da salvação, mas as exortações universais ao arrependimento e à fé só fazem sentido porque podemos, de fato, aceitá-las ou rejeitá-las mediante a operação da graça preventiva que pode ou não ser resistida.

Viver sob essa compreensão traz implicações práticas profundas. Se fomos eleitos em Cristo, é para refletir a glória de Deus no mundo, vivendo em santidade e no serviço a Ele (1 Pe 1.2). Essa eleição, longe de tornar-nos passivos, envia-nos ao campo da missão. A Igreja não anuncia um decreto imutável sobre quem já estaria destinado ao Céu ou ao Inferno, mas proclama a Boa Nova de que todos são chamados à salvação em Cristo. A cada pessoa é apresentada a escolha: vida ou morte, luz ou trevas, salvação ou perdição. E, diante da ação do Espírito Santo, que convence do pecado, da justiça e do juízo, cada um é chamado a decidir (Jo 16.8-11). Assim, a eleição em Cristo não nos conduz ao comodismo, mas ao compromisso. Não nos isenta de responsabilidade, mas coloca-nos diante da maior de todas: responder ao chamado de Deus com fé, arrependimento e obediência. É uma

eleição com propósito: sermos santos, viver para a glória de Deus e proclamar o evangelho que transforma vidas.

III - IMPLICAÇÕES DA ELEIÇÃO BÍBLICA

1. A eleição e o propósito global: a missão de proclamar as Boas Novas

A eleição divina não é um privilégio fechado em si mesmo, mas um chamado para cumprir um propósito global de proclamar o evangelho. Quando Cristo ordenou: “Ide, ensinai todas as nações” (Mt 28.19), deixou claro que a missão de anunciar o evangelho pertence a toda a Igreja. Ser eleito em Cristo não significa apenas desfrutar das bênçãos da salvação, mas é também assumir a responsabilidade de compartilhar essa graça com o mundo.

A Escritura mostra que fomos colocados por Deus no centro do seu plano de reconciliação. O apóstolo Paulo afirma que fomos chamados para ser “embaixadores da reconciliação” (2 Co 5.18-20), levando a mensagem de que todas as coisas podem ser restauradas em Cristo. Essa missão é urgente: precisamos proclamar que há perdão para o pecador, esperança para o desesperançado e vida eterna para todos os que creem.

A Igreja, como povo eleito, é luz para as nações (At 13.47). Não podemos esconder essa luz dentro dos templos, mas devemos levá-la às ruas, às casas, aos ambientes de trabalho, às escolas e a todos os lugares onde a vida acontece. Nossa eleição é traduzida em compromisso missionário: viver e anunciar Cristo até os confins da terra. É para isso que fomos chamados, e é nisso que glorificamos a Deus: quando somos instrumentos do seu amor e proclamamos que só há salvação para toda a humanidade em Jesus.

2. A eleição e o chamado para viver em santidade

Ser eleito por Deus significa ser separado para viver de maneira distinta neste mundo. Nesse caso, a santidade não é um adorno opcional, mas a marca do povo que pertence a Cristo. Não por acaso, o apóstolo Pedro claramente nos lembra: “Sede santos, porque eu sou santo” (1 Pe 1.16). Assim, a eleição é um convite para refletirmos o caráter

de Deus em nossas palavras, atitudes e escolhas. Ela diariamente nos lembra de que fomos resgatados do pecado não para voltarmos a ele, mas para andarmos em novidade de vida.

Essa santidade, porém, não é fruto do esforço humano. É o Espírito Santo quem nos capacita a viver em obediência e pureza, moldando em nós a imagem de Cristo. Nossa parte é entregarmo-nos a esse processo, permitindo que sejamos transformados por Ele de dentro para fora. Por causa disso, afirmamos que a santidade não é isolamento, mas testemunho; não é superioridade, mas coerência. Somos chamados a ser exemplos vivos de que a graça de Deus pode mudar corações.

Por isso, cada decisão cotidiana — seja no trabalho, seja na família, na igreja ou na vida pessoal — deve ser feita com a consciência de que pertencemos ao Senhor. Dessa forma, a eleição também nos lembra de que não vivemos para nós mesmos, mas para glorificar aquEle que nos escolheu em Cristo; logo, viver em santidade é a prova de que levamos a sério o chamado de Deus e desejamos honrá-lo em tudo.

3. A eleição e o chamado para o serviço no Reino de Deus

A eleição também nos conduz ao serviço. Não fomos escolhidos apenas para desfrutar das bênçãos da salvação, mas também para participar ativamente da obra do Reino — aliás, o apóstolo Paulo afirma que somos “criados em Cristo Jesus para boas obras” (Ef 2.10). Isso significa que cada eleito recebeu uma missão: servir a Deus com os dons que Ele mesmo concedeu.

Servir é a expressão prática de nossa eleição. É colocar nossas mãos, talentos e recursos a serviço do Senhor e do próximo. Não importa se esse serviço acontece no púlpito, na sala de aula, na visita a um enfermo ou numa palavra de consolo: toda obra feita com amor aponta para o Deus que nos chamou. O povo eleito é, antes de tudo, um povo disponível para servir. Esse chamado desafia-nos a sair da zona de conforto. Não fomos escolhidos para viver centrados em nós mesmos, mas para oferecer nossa vida como sacrifício vivo (Rm 12.1). Quando servimos, mostramos ao mundo que fomos alcançados e transformados pela graça de Deus. Por isso, a eleição claramente nos lembra de que o Reino avança por meio

da dedicação de homens e mulheres dispostos a obedecer. Assim, cada ato de serviço torna-se um reflexo da glória de Deus, e nossa vida converte-se em instrumento do seu amor.

CONCLUSÃO

Ao longo deste capítulo, vimos que a eleição não é um mistério arbitrário, mas, sim, uma expressão do amor de Deus revelado em Cristo. Desde a eternidade, fomos incluídos no plano do Pai não para criar um grupo de privilegiados isolados, mas para formar um povo santo, transformado e comprometido com a sua glória. A eleição é corporativa, cristocêntrica e missionária. Somos escolhidos em Cristo e para Cristo, chamados a refletir a sua santidade e a servir ao seu Reino.

Essa eleição, porém, não nos exime de responsabilidade; pelo contrário, ela exige de nós uma resposta: fé, arrependimento e obediência. O amor de Deus é real e universal, mas pode ser rejeitado; é oferecido a todos, mas só se torna eficaz na vida daqueles que acolhem a voz do Bom Pastor. O chamado divino é um convite aberto — “todo aquele que quer venha” —, bastando a cada pessoa decidir entre vida e morte, luz e trevas, salvação e perdição.

Por isso, não contemplamos a eleição com temor de exclusão, mas com gratidão e compromisso. Gratidão, porque fomos alcançados pela graça que nos colocou em Cristo, e compromisso, porque é essa mesma graça que nos convoca a viver em santidade, a servir ao próximo e a proclamar as Boas Novas até os confins da terra. Não fomos escolhidos para a inércia, mas para a missão.

Que cada crente, ao refletir sobre a doutrina da eleição, encontre não motivo de orgulho ou de confusão, mas de adoração. Somos eleitos em Cristo, o Cordeiro escolhido antes da fundação do mundo, e chamados a viver para a glória de Deus. Esta é nossa identidade e nossa vocação: ser um povo que, sustentado pela graça, anuncia ao mundo que a salvação é real, que está disponível e que transforma todo aquele que crê.

CAPÍTULO 9

O LIVRE-ARBÍTRIO NA SALVAÇÃO

Deuteronomio 30

15 - Vês aqui, hoje te tenho proposto a vida e o bem, a morte e o mal;
16 - por quanto te ordeno, hoje, que ames o SENHOR, teu Deus, que
andas nos seus caminhos e que guardes os seus mandamentos, e os
seus estatutos, e os seus juízos, para que vivas e te multipliques, e o
SENHOR, teu Deus, te abençoe na terra, a qual passas a possuir.

17 - Porém, se o teu coração se desviar, e não quiseres dar ouvidos, e
fores seduzido para te inclinares a outros deuses, e os servires,
18 - então, eu te denuncio, hoje, que, certamente, perecerás; não
prolongarás os dias na terra a que vais, passando o Jordão, para que,
entrando nela, a possuas.

19 - Os céus e a terra tomo, hoje, por testemunhas contra ti, que te
tenho proposto a vida e a morte, a bênção e a maldição; escolhe, pois,
a vida, para que vivas, tu e a tua semente,

20 - amando ao SENHOR, teu Deus, dando ouvidos à sua voz e te
achegando a ele; pois ele é a tua vida e a longura dos teus dias; para
que fiques na terra que o SENHOR jurou a teus pais, a Abraão, a Isaque
e a Jacó, que lhes havia de dar.

João 1

6 - Houve um homem enviado de Deus, cujo nome era João.

7 - Este veio para testemunho para que testificasse da luz, para que
todos cressem por ele.

8 - Não era ele a luz, mas veio para que testificasse da luz.

9 - Ali estava a luz verdadeira, que alumia a todo homem que vem
ao mundo,

10 - estava no mundo, e o mundo foi feito por ele e o mundo não o conheceu.

11 - Veio para o que era seu, e os seus não o receberam.

12 - Mas a todos quantos o receberam deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus: aos que creem no seu nome,

13 - os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do varão, mas de Deus.

14 - E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade.

INTRODUÇÃO

O rabino ortodoxo Benjamim Blech, na sua obra *Se Deus É Bom, por que o Mundo É tão Ruim?*, narra a história de uma mulher que, após anos de esterilidade, conseguiu engravidar. O seu bebê, porém, nasceu com graves problemas congênitos e faleceu poucos meses depois. Em meio à dor, recebeu o livro *Quando Coisas Ruins Acontecem às Pessoas Boas*, de Harold Kushner, rabino progressista que, marcado pela perda do próprio filho, defendia que Deus não controla todas as coisas. A leitura trouxe-lhe algum alívio: “Não foi culpa minha, Deus não castigou a mim nem ao meu bebê” (BLECH, 2006). No entanto, mais tarde, ao ter outros filhos, foi dominada por um medo constante: “Se Deus não dirige o mundo como este livro diz... em que posso acreditar?” (BLECH, 2006). O olhar aflito daquela mãe expressava o efeito inevitável dessa teologia: a perda do chão da fé. Afinal, se Deus não é soberano, como descansar na sua providência?

Esse dilema ultrapassa fronteiras religiosas. No Cristianismo contemporâneo, ideias semelhantes surgem no Teísmo Aberto, que afirma que Deus não conhece plenamente o futuro, ou em correntes que falam de um “Deus fraco”, incapaz de intervir nas tragédias. O perigo é claro: como alerta Blech, tais visões rompem com milênios de fé bíblica e cristã, enfraquecendo a confiança no Senhor, que sempre se revelou como soberano e, ao mesmo tempo, responsável por chamar o homem à decisão. A prática da fé depende da teologia que a sustenta: como orar a um Deus que não reina sobre a sua criação?

A Bíblia, porém, apresenta um equilíbrio. O Antigo Testamento mostra um Deus que conduz Israel com mão poderosa, mas que

ordena: “Escolhe, pois, a vida” (Dt 30.19). Os profetas proclamam o reinado universal do Senhor (Sl 22.28), mas também conclamam cada pessoa ao arrependimento. O Novo Testamento reafirma que Deus é soberano em graça (Ef 1.4-5), e, ainda assim, o homem deve crer, arrepender-se e perseverar (Mc 1.15; Hb 3.12).

O perigo está em absolutizar apenas um polo: exaltar a soberania sem responsabilidade leva ao fatalismo; enfatizar apenas o livre-arbítrio transforma a salvação em mérito humano. A Escritura, no entanto, mantém unidos os dois lados: Deus chama, ilumina e capacita; o homem, tocado pela graça, responde livremente em fé e obediência.

Neste capítulo, refletiremos sobre o livre-arbítrio como dom divino, corrompido pelo pecado, porém restaurado pela graça preventiva. Veremos como a vontade humana é despertada pelo Espírito para responder à oferta da salvação, que é graça, mas requer fé e arrependimento. E destacaremos, por fim, o chamado à perseverança diária, sustentada pela graça, mas exercida na decisão contínua do crente. Assim, compreenderemos como a soberania de Deus e a responsabilidade humana encontram-se no mistério da salvação.

I - O LIVRE-ARBÍTRIO: UM DOM DE DEUS

1. O que é livre-arbítrio?

O livre-arbítrio é o dom concedido por Deus ao ser humano, capacitando-o a fazer escolhas conscientes e a responder moralmente ao Criador. Diferente das demais criaturas, o homem foi feito com intelecto, consciência moral e vontade, atributos que revelam a sua dignidade como portador da imagem de Deus (Gn 1.26-27). Desde o princípio, essa liberdade tinha como finalidade suprema a comunhão com o Senhor, pois o amor só pode ser verdadeiro quando é uma resposta livre ao chamado divino. A Queda, contudo, corrompeu profundamente essa liberdade, inclinando a vontade para o mal e tornando o homem incapaz de escolher, por si mesmo, o bem espiritual. Isso não significa que tenha perdido a capacidade de decidir em questões naturais ou cotidianas — como trabalhar, casar ou planejar a vida —, mas, no que se refere à salvação e à obediência a Deus, a sua vontade tornou-se corrompida. Em outras palavras, o livre-arbítrio permanece, só que limitado e, por isso, não é suficiente, em si mesmo, para conduzir alguém ao caminho da vida eterna.

Nossos pioneiros pentecostais insistiam nesse ponto ao expor a antropologia bíblica. Eles afirmavam que o homem não é um autômato, mas também não é autossuficiente diante de Deus. Como destacou Bergstén: “Deus, que criou o mundo conforme a sua vontade (cf. Ap 4.11), também criou o homem com livre-arbítrio” (BERGSTÉN, 2016, p. 129). Essa liberdade, porém, encontra-se debilitada desde a Queda, e só a ação graciosa do Espírito Santo restaura a sua verdadeira direção.

Por isso, ao falarmos de livre-arbítrio, é necessário manter o equilíbrio bíblico. Ele é parte da dignidade humana, mas está limitado pelo pecado. O homem natural não pode, sem a graça de Deus, escolher o bem espiritual que conduz à vida eterna. Desde o Éden até a cruz, a Escritura mostra que a verdadeira liberdade só se realiza quando o coração humano é iluminado pela graça do Senhor.

2. A corrupção total da natureza humana

A Queda no Éden marcou profundamente a história. O pecado não apenas trouxe a morte, como também corrompeu todo o ser humano — corpo, alma e espírito. A sua mente foi obscurecida, a sua consciência foi deformada, e a sua vontade foi enfraquecida (Is 1.3,5-6; Jr 17.9; Ef 4.18). O homem, criado para refletir a santidade de Deus, passou a inclinar-se naturalmente para o mal, sendo incapaz de escolher, por si mesmo, o bem espiritual. Até mesmo as boas ações sociais carregam a marca do pecado (DECLARAÇÃO, 2017, p. 101). A Escritura confirma: “Não há justo, nem um sequer” (Rm 3.10-12).

Isso, porém, não significa que a imagem de Deus tenha sido destruída. A tradição cristã afirma que ela foi desfigurada, mas não aniquilada. Myer Pearlman explica:

O homem não perdeu completamente a imagem divina, porque, apesar de sua posição decaída, é considerado uma criatura à imagem de Deus. [...] Apesar de não estar inteiramente perdida, a imagem divina no homem encontra-se muito desfigurada (PEARLMAN, 2009, p. 140-141).

Nossa *Declaração de Fé* reafirma: “[...] a imagem de Deus no homem não foi aniquilada; foi, no entanto, desfigurada a tal ponto que a sua

restauração só é possível em Cristo” (DECLARAÇÃO, 2017, p. 101). Em outras palavras, o pecado deformou o reflexo de Deus, mas não o apagou. O homem conserva dignidade como criatura, embora incapaz de restaurar, por si só, aquilo que foi danificado.

A boa notícia é que Deus não abandonou a humanidade. Desde o Antigo Testamento, vemos a sua graça antecipada: preservando Noé em meio a uma geração corrompida, escolhendo Abraão, libertando Israel do Egito, enviando profetas para conamar ao arrependimento. Cada ato de misericórdia apontava para a restauração plena em Cristo. Essa promessa é cumprida no Novo Testamento: “O Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1.14). Nele, a imagem divina é restaurada, e, pelo Espírito Santo, o coração humano é capacitado a responder ao chamado de Deus com fé.

Assim, o pecado corrompeu profundamente a liberdade humana, mas não a destruiu. Somente a graça de Deus reabre o caminho da obediência e da vida. O homem, na sua condição caída, não pode salvar-se; mas Deus, na sua misericórdia, move-se na direção do homem pecador, iluminando-o, despertando-o e convidando-o. O livre-arbítrio, corrompido, encontra na graça a possibilidade de ser redirecionado. O que foi distorcido no Éden é restaurado na cruz, e é só pela ação do Espírito Santo que a vontade humana volta a ser capaz de render-se ao Criador.

3. Responsabilidade humana

Embora o pecado tenha corrompido a vontade, a Escritura afirma que o ser humano continua sendo chamado a uma decisão consciente diante de Deus. A revelação divina não trata os homens como Marionetes, mas como agentes morais que devem responder com fé e obediência. Josué, já idoso, declarou ao povo: “Escolhei hoje a quem sirvais [...]. Eu e a minha casa serviremos ao SENHOR” (Js 24.15). Essa convocação mostra que, mesmo em meio a um povo marcado por falhas, a responsabilidade de escolher não podia ser anulada.

O mesmo se vê em Deuteronômio 30, quando Moisés coloca diante de Israel dois caminhos: vida e morte, bênção e maldição. O povo, que já havia experimentado a graça de Deus no Êxodo, estava em condições de responder. A escolha, porém, não era automática:

cibia-lhes dizer “sim” ou “não”. Infelizmente, muitas vezes Israel preferiu os ídolos, escolhendo a morte em lugar da vida (Dt 30.19,20).

Essa realidade também aparece no Novo Testamento. João declara que a Luz verdadeira veio ao mundo, mas “os seus não o receberam” (Jo 1.11). Contudo, logo acrescenta: “A todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus” (Jo 1.12). Eis a essência da responsabilidade humana: crer e receber em resposta à iniciativa graciosa de Deus.

A graça preventiva atua nesse ponto. Se o homem não pode, por si só, escolher o bem espiritual, é a graça que desperta, ilumina e capacita a sua vontade. Ainda assim, a resposta não é imposta: permanece voluntária, consciente e pessoal. Cada indivíduo é confrontado com a decisão de acolher ou rejeitar a salvação. A responsabilidade humana, portanto, não significa mérito, mas resposta. Somos livres para rejeitar a Deus, mas é só pela graça que podemos dizer “sim”. A salvação não procede “do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus” (Jo 1.13). Ainda assim, esse dom só se concretiza naqueles que, movidos pelo Espírito Santo, escolhem crer e render-se a Cristo.

II - A NECESSIDADE DA GRAÇA

1. A vontade humana corrompida

A Queda no Éden deixou o ser humano inclinado para o mal. O seu coração tornou-se enganoso (Jr 17.9), e a sua mente obscurecida afastou-se da vida de Deus (Ef 4.18). Embora ainda possa agir moralmente em situações cotidianas, as suas escolhas permanecem marcadas pelo pecado e incapazes de conduzi-lo à vida espiritual.

A criação, por si só, já testemunha o poder e a divindade de Deus, tornando todos inescusáveis (Rm 1.20). Muitos, no entanto, preferem adorar a criatura em lugar do Criador (Rm 1.21-23). Assim, a vontade corrompida resiste ao chamado divino. Por isso, a salvação não pode ser fruto da razão ou do esforço humano. É necessária a graça de Deus, revelada em Cristo, o Filho unigênito, enviado para que todo aquele que nele crer tenha a vida eterna (Jo 3.16).

Essa graça não se limita a informações externas ou exemplos morais. Ela atua pelo Espírito Santo, que convence o ser humano do pecado,

da justiça e do juízo (Jo 16.8). Só Ele pode romper a cegueira espiritual e despertar a consciência do pecador. Portanto, ainda que reste ao homem algum nível de liberdade, o seu coração decaído não pode, por si só, escolher a Deus. O livre-arbitrio, corrompido, não produz salvação. A iniciativa é sempre divina: é Deus quem ilumina, chama e convida o pecador à vida eterna. Sem a sua graça, a vontade humana permaneceria prisioneira do pecado.

2. O que é a graça preveniente?

Entre as expressões mais belas da misericórdia divina está a graça preveniente: a ação amorosa de Deus que antecede a conversão e prepara o coração do pecador para receber a salvação. Ainda não se trata da graça aplicada na sua plenitude, mas do primeiro movimento de Deus que desperta, ilumina e convida o homem a voltar-se para Ele. É essa graça que possibilita o arrependimento e a fé em Jesus Cristo.

A graça preveniente não é automática nem irresistível, mas abre o caminho para a salvação. É universal, pois “a graça de Deus se há manifestado, trazendo salvação a todos os homens” (Tt 2.11; Jo 1.9). É suficiente, porque atua eficazmente naqueles que creem (Jo 16.8), mas é resistível, já que o ser humano pode endurecer o coração e rejeitar o chamado divino (At 7.51; Mt 23.37).

Silas Daniel resume bem essa verdade:

Graça preveniente nada mais é, portanto, do que o amor de Deus em ação; é Deus tomando a iniciativa em relação ao homem caído, e não apenas no sentido de propiciar a sua salvação, mas também no sentido de habilitá-lo a recebê-la e atraí-lo a ela. É ela que concede ao ser humano a possibilidade de corresponder livremente com arrependimento e fé quando Deus o atrai a si. É a graça preveniente que possibilita ao homem responder positivamente ao chamado divino (DANIEL, 2017, p. 367).

Essa definição sintetiza o equilíbrio bíblico: a graça não elimina o livre-arbitrio, mas restaura-o e capacita-o para uma resposta positiva. A Escritura confirma que, embora o homem esteja espiritualmente morto nos seus delitos (Ef 2.1), Deus, na sua misericórdia, vai ao seu

encontro, oferecendo-lhe luz e vida. Não haveria sequer a possibilidade de escolha sem essa graça; com ela, todo ser humano é colocado diante da decisão suprema de aceitar ou rejeitar o Salvador.

3. Como essa graça opera?

A graça preveniente não é uma ideia abstrata, mas uma realidade que atravessa toda a história bíblica. No Antigo Testamento, ela manifesta-se quando Deus revela-se a homens como Enoque e Noé, chama Abraão para formar um povo santo (Gn 12) e liberta Israel da escravidão no Egito (Êx 1-14). Esses atos não foram respostas a méritos humanos, mas expressões da iniciativa divina em agir com misericórdia.

Essa graça atinge a sua plenitude em Cristo na Nova Aliança. No Calvário, o Verbo encarnado ofereceu-se por toda a humanidade, trazendo luz a todos os homens (Jo 1.9; 3.16). Acontece que essa graça não é apenas um fato histórico: ela é aplicada de modo pessoal pelo Espírito Santo, que convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.8). É o Espírito quem ilumina o entendimento, desperta o arrependimento e prepara o coração humano para a fé. Assim, a graça preveniente é o agir antecipado do Deus Triúno: o Pai que chama, o Filho que redime e o Espírito que convence. Ela acende a luz da salvação no interior humano, mas não força a entrada. O convite é real, mas a resposta é livre. Cabe ao pecador abrir a porta e acolher o Salvador (Ap 3.20). Dessa forma, o mistério da salvação revela-se como encontro entre a iniciativa graciosa de Deus e a resposta humana, capacitada pelo Espírito Santo.

III - SALVAÇÃO: UMA ESCOLHA CAPACITADA PELA GRAÇA

1. A salvação é um dom gracioso

A salvação é um dom da graça de Deus, oferecido livremente a toda a humanidade por meio de Jesus Cristo (Ef 2.8-9; Tt 2.11). Esse dom, contudo, não é imposto: exige uma resposta pessoal de arrependimento e fé (Mc 1.15; At 20.21). Como ensinava o missionário sueco Lewi Petrus (1884–1874) nos primórdios do pentecostalismo no Brasil: “não podemos salvar a nós mesmos, mas podemos entregar-nos a Deus” (PETHRUS apud GONÇALVES, 2022, p. 418).

Essa entrega expressa o verdadeiro exercício do livre-arbítrio, pois o pecador, tocado pela graça, escolhe voluntariamente se render ao Senhor (Rm 10.9-10). Trata-se de uma decisão consciente que revela tanto a iniciativa de Deus quanto a responsabilidade humana (Js 24.15). Ainda assim, a escolha é real: é possível aceitar ou rejeitar a oferta divina (Mt 23.37). Assim, a salvação apresenta-se como obra de Deus na sua origem e como resposta do homem na sua realização, estando ambas sob a soberania da graça. Portanto, embora universal na sua provisão, a salvação só se torna eficaz naqueles que se entregam ao Salvador pela fé.

2. Perseverança e livre-arbítrio

Após a conversão, o cristão continua dotado de livre-arbítrio — agora liberto pela graça — e é chamado a perseverar voluntariamente na fé. A Escritura adverte que é possível afastar-se de Deus, seja por um coração incrédulo e desviado (Hb 3.12), seja pelo risco real de decair da graça (Gl 5.4). A nova vida em Cristo não se resume a um ato inicial, mas requer decisões diárias de fidelidade (Cl 2.6).

Perseverar significa viver em obediência ativa, respondendo à graça com temor e responsabilidade (Fp 2.12,13). Esse compromisso não é automático: ele é sustentado pela graça, porém exercido pela vontade regenerada, que escolhe permanecer em Cristo. Por isso, Jesus declarou: “Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome cada dia a sua cruz e siga-me” (Lc 9.23). Assim, perseverar é renovar diariamente o “sim” ao chamado divino. É caminhar com confiança, mesmo em meio às provações, lembrando que “fiel é o que vos chama” (1 Ts 5.24) e que aquele que começou a boa obra irá completá-la (Fp 1.6).

CONCLUSÃO

O caminho da salvação revela o encontro entre a soberania de Deus e a responsabilidade humana. Criado com livre-arbítrio, porém corrompido pelo pecado, o homem perdeu a capacidade de escolher o bem espiritual por si mesmo. Ainda assim, Deus, na sua graça preventiva, alcança toda a humanidade pelo Calvário, iluminando e capacitando cada coração a responder com fé.

A salvação é um dom gracioso, universal na sua provisão, mas eficaz apenas naqueles que se arrependem e creem. Depois de recebê-la, o cristão é chamado a perseverar, exercendo diariamente a sua liberdade regenerada em obediência a Cristo. A vida cristã não é passiva nem automática, mas um “sim” renovado a cada dia, sustentado pela graça e confirmado em escolhas de fidelidade.

Descobrimos, assim, que a verdadeira liberdade não está na autonomia humana, mas em submeter-se ao Senhor, que reina e salva. Viver a salvação é confiar menos em nossas forças e mais na graça que nos sustenta. Cada decisão de fé, cada ato de obediência e cada renúncia por amor a Cristo são respostas livres ao chamado divino. Que nossa oração seja constante: “Senhor, ajuda-me a dizer ‘sim’ todos os dias, até o fim”, pois “Aquele que começou a boa obra em vós a aperfeiçoará até ao Dia de Cristo Jesus” (Fp 1.6).

CAPÍTULO 10

ARREPENDIMENTO E FÉ COMO RESPOSTAS HUMANAS

Marcos 1

14 - E, depois que João foi entregue à prisão, veio Jesus para a Galileia, pregando o evangelho do Reino de Deus

15 - e dizendo: O tempo está cumprido, e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no evangelho.

Romanos 10

9 - a saber: Se, com a tua boca, confessares ao Senhor Jesus e, em teu coração, creres que Deus o ressuscitou dos mortos, serás salvo.

10 - Visto que com o coração se crê para a justiça, e com a boca se faz confissão para a salvação.

11 - Porque a Escritura diz: Todo aquele que nele crer não será confundido.

INTRODUÇÃO

Diante de uma dolorosa queda moral, não é raro que alguém confesse: “Sinto-me arrependido, mas continuo preso ao peso da culpa”. O arrependimento genuíno, todavia, vai além do simples remorso pelas consequências do pecado: ele exige uma mudança de mente, de coração e de direção. A fé em Cristo não permite que permaneçamos imobilizados no lamento; antes, abre diante de nós o

caminho da vida. Nessa tensão entre a culpa que opõe e a esperança que liberta, muitos descobrem o verdadeiro sentido do evangelho.

Na história cristã, certa confusão tem sido recorrente quanto ao tema do arrependimento e fé. Alguns reduziram o arrependimento a um mero sentimento de tristeza, enquanto outros trataram a fé como simples aceitação intelectual de certas doutrinas. A Escritura, porém, é clara: Jesus iniciou o seu ministério proclamando duas exigências inseparáveis: “Arrependei-vos e credere no evangelho” (Mc 1.15). O apóstolo Paulo reafirma: “Se, com a tua boca, confessares [...] e em teu coração creres [...]” (Rm 10.9). Em ambas as passagens, arrependimento e fé não aparecem como méritos humanos, mas como respostas pessoais à graça de Deus, que se revela em Cristo.

No mundo contemporâneo, marcado por filosofias que relativizam a culpa e promovem a ideia de “autoaceitação sem transformação”, essas duas palavras — arrependimento e fé — soam como vozes proféticas. Enquanto muitos acreditam que basta “ser positivo” ou “acreditar em si mesmo”, a Bíblia chama nossa atenção para reconhecermos a gravidade do pecado e, ao mesmo tempo, lançarmo-nos com confiança na obra redentora de Cristo. A graça não nos deixa presos ao lamento, mas também não nos permite viver na indiferença; somos convidados por ela a responder com entrega sincera.

Neste capítulo, refletiremos sobre essas duas dimensões da resposta humana à salvação. Veremos o que significa arrependimento genuíno, operado pelo Espírito Santo; como a fé salvífica vai além do mero crer, conduzindo a uma vida de confiança e obediência; e, por fim, a necessidade de uma decisão pessoal que acolhe a graça de Deus sem reduzir a salvação a esforço humano. Assim, compreenderemos que arrependimento e fé são o “amém” que o coração humano dá à iniciativa divina.

I - SALVAÇÃO E ARREPENDIMENTO

1. *O que é arrependimento?*

A palavra *arrependimento* traduz o substantivo grego *metanoia*, que significa literalmente “mudança de mente”. Mais do que um sentimento passageiro de remorso, trata-se de uma reviravolta integral que alcança

o intelecto, as emoções e, sobretudo, a vontade. O arrependimento é uma decisão consciente de mudar de direção, abandonar o pecado e voltar-se para Deus com um coração transformado.

Essa realidade ocupa lugar central na fé cristã e na mensagem do evangelho. O Novo Testamento ecoa de forma uníssona o chamado divino: “Arrependei-vos!”. João Batista inicia a sua pregação clamando ao arrependimento (Mt 3.2); Jesus reafirma essa mesma mensagem no início do seu ministério (Mt 4.17; Mc 1.14-15); os apóstolos continuam a proclamá-la como condição indispensável para experimentar a salvação (At 2.38; 17.30). Em toda a Escritura, portanto, arrependimento não é mero adorno doutrinário, mas o ponto de partida da vida cristã, uma mudança radical de mente e atitude diante da graça de Deus, que se revela em Cristo.

Mas o que significa arrependimento na prática? John Wesley, em um dos seus sermões clássicos, descreveu que o arrependimento não é uma obra isolada, mas um conjunto de muitas atitudes espirituais: pesar pelo pecado, humilhação diante de Deus, ódio do mal, confissão sincera, súplica por misericórdia, amor a Deus, abandono do pecado, propósito de nova obediência, restituição de bens adquiridos desonestamente, perdão aos ofensores e obras de caridade. Na mesma obra, o próprio Wesley ampliaria esse conceito, afirmando que o arrependimento não é apenas condenação do pecado, mas inclui renúncia, desejo de viver em obediência e fé nas misericórdias de Deus por meio de Cristo Jesus (COLLINS, 2010, p. 216).

Essa visão está em plena harmonia com a mensagem de João Batista. Quando o povo perguntou a ele como deveria proceder diante do pecado, ele respondeu com orientações práticas de justiça e solidariedade: repartir com o necessitado, não cobrar além do devido, não usar da força para explorar ou maltratar ninguém e viver com contentamento (Lc 3.11-14). O apóstolo Paulo reafirma o mesmo princípio em Efésios: “Aquele que furtava não furte mais; antes, trabalhe, fazendo com as mãos o que é bom, para que tenha o que repartir com o que tiver necessidade” (Ef 4.28). O arrependimento, portanto, não se limita a palavras ou sentimentos, mas conduz a uma mudança visível de comportamento, marcada pela santidade, pelo amor e pelo cuidado com o próximo.

A Bíblia insiste nesse tema porque, ao mesmo tempo que revela a universalidade do pecado, apresenta o arrependimento como a resposta adequada do ser humano à santidade de Deus. Ele envolve dor, angústia e consciência de nossa miserável condição sem Cristo, mas não termina na tristeza, pois conduz à graça que transforma. Assim, a lembrança de que outrora estávamos rebelados contra Deus deve gerar em nós profunda contrição, mas também sincero propósito de nova vida, fundada na misericórdia divina.

2. O arrependimento é obra do Espírito Santo

Se o arrependimento é, por um lado, uma decisão consciente do ser humano, por outro ele jamais pode ser reduzido a um esforço autônomo da vontade. A Escritura é categórica ao afirmar que ninguém se arrepende verdadeiramente sem a ação do Espírito Santo. Jesus declarou que o Consolador viria para “convencer o mundo do pecado, da justiça e do juízo” (Jo 16.8). É o Espírito Santo quem ilumina a mente obscurecida, toca a consciência endurecida e desperta no coração humano a dor pelo pecado e o desejo de mudança. Sem essa obra interior, a *metanoia* não passaria de mera reforma moral, incapaz de conduzir à vida eterna.

A Bíblia descreve essa atuação em profundidade. O profeta Ezequiel anunciou que o Senhor daria ao seu povo um “coração novo” e colocaria dentro deles um “espírito novo” (Ez 36.26,27), promessa cumprida na Nova Aliança pela habitação do Espírito Santo. O arrependimento, portanto, não nasce apenas de um sentimento humano, mas também da intervenção divina que transforma o interior. O salmista já havia orado: “Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova em mim um espírito reto” (Sl 51.10), reconhecendo que só a ação de Deus poderia produzir a verdadeira conversão.

Por isso, viver em arrependimento contínuo é permanecer sensível à voz do Espírito Santo. Ele não apenas nos convence no momento da conversão, como também segue atuando em todo o processo de santificação, chamando-nos diariamente à correção, à confissão e à renovação de vida. Cada vez que o crente resiste ao pecado e volta-se a Deus, é porque o Espírito Santo continua a sua obra transformadora no mais íntimo do coração.

3. O arrependimento não salva, mas é condição para receber a salvação

Embora seja indispensável, o arrependimento em si não é o agente que salva. A salvação é unicamente pela graça, mediante a fé em Cristo (Ef 2.8,9). Sem arrependimento, no entanto, não há como acolher a salvação oferecida por Deus, pois é o arrependimento que prepara o coração para crer e receber o perdão divino. O apóstolo Pedro declarou em Jerusalém: “Arrependei-vos, pois, e convertei-vos, para que sejam apagados os vossos pecados, e venham assim os tempos do refrigério pela presença do Senhor” (At 3.19). O arrependimento, portanto, é a porta de entrada para experimentar a graça que regenera e transforma.

Os profetas do Antigo Testamento já haviam mostrado que a proximidade de Deus exige mudança de vida. O chamado constante era: “Convertei-vos a mim de todo o vosso coração” (Jl 2.12). Essa ênfase reaparece nos lábios de Jesus, que, ao iniciar o seu ministério, não ofereceu uma religião de conveniência, mas proclamou: “Arrependei-vos e crede no evangelho” (Mc 1.15). O arrependimento, assim, não substitui a fé, mas antecede-a, criando as condições para que ela floresça em solo fértil.

É importante ressaltar que a ausência de arrependimento verdadeiro leva a uma fé superficial e estéril. Sem contrição e mudança de vida, a fé pode ser reduzida à mera declaração verbal ou adesão intelectual. O arrependimento não nos salva, mas também não existe fé autêntica sem ele. É por isso que Paulo descreve a obra da graça como um movimento duplo: (1) tristeza segundo Deus, que gera arrependimento para a salvação, e (2) fé em Cristo, que justifica e regenera (2 Co 7.10; Rm 5.1).

Em síntese, o arrependimento não é o fim do processo, mas o início. Ele não é a causa da salvação, mas o caminho por onde o pecador dispõe-se a receber o dom de Deus. Sem arrependimento não há perdão; sem perdão não há fé genuína; e sem fé genuína não há vida eterna. Eis por que somos chamados a viver em constante arrependimento: não como quem tenta conquistar o Céu por méritos, mas como quem reconhece diariamente a sua necessidade de graça e rende-se ao Espírito Santo que transforma.

II - SALVAÇÃO E FÉ SALVÍFICA

1. Fé como confiança e entrega

A fé salvífica não se limita a acreditar que Deus existe ou a admitir certas verdades religiosas como corretas. Crer, no sentido bíblico, significa confiar plenamente em Cristo como o único e suficiente Salvador e entregar-se incondicionalmente ao seu senhorio. O autor da carta aos Hebreus declara: “Sem fé é impossível agradar a Deus” (Hb 11.6), e o Evangelho de João resume a promessa divina: “[...] para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16). Assim, a fé é mais do que um assentimento intelectual; é um ato do coração que se rende à graça e decide seguir a Cristo em obediência.

Essa confiança envolve a pessoa por completo. Pelo intelecto, reconhecemos a verdade revelada em Cristo; pelas emoções, amamos aquEle que primeiramente nos amou; pela vontade, escolhemos obedecê-lo e segui-lo. Fé, portanto, é a resposta integral do ser humano à revelação de Deus. Como ensinava Myer Pearlman, “a fé é o ato exclusivamente do pecador que se arrepende, ajudado de modo especial pelo Espírito, e que passa a descansar em Cristo” (PEARLMAN, 2009, p. 227). Não é um mérito, mas um gesto humilde de dependência.

A Escritura mostra que essa fé não é estática, mas dinâmica. Paulo ensina que “a fé vem pelo ouvir, e o ouvir pela palavra de Deus” (Rm 10.17), revelando que ela cresce à medida que nos alimentamos da Palavra e cultivamos comunhão com o Senhor. A confiança inicial que nos une a Cristo precisa desdobrar-se em perseverança, pois a verdadeira fé não apenas crê, mas continua crendo; não apenas começa, mas permanece.

Por isso, fé como confiança e entrega é o eixo da salvação cristã. Ela objetivamente nos leva a sair da incredulidade para a reconciliação com Deus e, dessa reconciliação, para a vida transformada no Espírito. Sem essa entrega confiante, não há justificação, não há regeneração e, consequentemente, não há vida eterna.

2. A fé em Jesus é tanto um ato único quanto uma ação contínua

A fé que salva é firmada em uma pessoa real: Jesus Cristo, que nos amou e entregou-se por nós (Gl 2.20). Essa fé é um ato inicial e uma

prática contínua ao mesmo tempo. No momento da conversão, o pecador, convencido pelo Espírito Santo, crê em Cristo e é justificado diante de Deus (Rm 5.1). Mas essa fé não cessa aí; ela amadurece, cresce e renova-se diariamente à medida que nos alimentamos da Palavra e cultivamos comunhão com o Senhor (Rm 10.17; 2 Ts 1.3).

Um exemplo notável aparece em Atos 2, no dia de Pentecostes. Atônitos por serem confrontados com os seus pecados, os ouvintes de Pedro exclamaram: “Que faremos, varões irmãos?” (At 2.37). A resposta do apóstolo foi imediata: “Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para perdão dos pecados” (At 2.38). Nessa cena, vemos a pregação apostólica na sua pureza: um chamado ao arrependimento e um convite à fé. Arrependimento é mudança de vida, mas a fé é o único caminho de acesso a Deus, como afirma Hebreus 11.6: “Sem fé é impossível agradar a Deus”.

Assim, a vida cristã não pode ser reduzida a um único momento decisivo no passado, mas deve ser vivida como um caminhar contínuo de confiança. A confissão inicial é indispensável — crer com o coração e confessar com a boca (Rm 10.9) —, mas ela é prolongada mediante perseverança diária. Essa fé é o que nos conduz a uma nova realidade: morremos para o pecado e vivemos para Deus em Cristo Jesus (Rm 6.11). Por isso, não podemos negociar ou relativizar esse compromisso essencial da mensagem evangélica: é necessário conamar todos os homens a arrepender-se e crer no Evangelho, permanecendo nessa fé até o fim.

3. A fé nos une a Cristo

A fé é o elo vivo que conecta o pecador a Cristo. Não se trata apenas de uma convicção interna, mas também de uma união espiritual real e transformadora. Paulo afirma: “Justificados, pois, pela fé, temos paz com Deus, por nosso Senhor Jesus Cristo” (Rm 5.1). Pela fé, o pecador é declarado justo diante de Deus e passa a desfrutar de reconciliação e paz. Essa união é tão profunda que o apóstolo pôde testemunhar: “Já não vivo eu, mas Cristo vive em mim” (Gl 2.20).

Essa união é expressa em diversas dimensões da salvação. Pela fé, o crente experimenta a regeneração, isto é, o novo nascimento operado pela Palavra e pelo Espírito (Jo 3.5; Tt 3.5; 1 Pe 1.23). Pela fé, recebe o Espírito Santo como selo da promessa e garantia da herança eterna

(Ef 1.13,14). Pela fé, torna-se filho de Deus e herdeiro com Cristo (Jo 1.12; Gl 3.26,27). Assim, a fé não é apenas a chave que abre a porta da justificação, mas também o vínculo permanente que nos mantém em comunhão com o Salvador.

Essa realidade claramente nos lembra de que a fé não pode ser reduzida a um ato isolado do passado. A verdadeira fé persevera, cresce e produz frutos de transformação. Tiago, na sua epístola, adverte contra uma fé morta, sem obras (Tg 2.17). Ele não contradiz Paulo, mas complementa a sua mensagem, mostrando que a fé genuína manifesta-se em vida prática, em obediência e em amor ao próximo. Se o arrependimento rompe com o passado de pecado, a fé estabelece uma nova caminhada em Cristo, marcada pela obediência e pelo fruto do Espírito (Gl 5.22,23).

É por isso que nossa herança dos pioneiros pentecostais mostram-nos que a fé e a experiência com Cristo andam de mãos dadas. Crer em Jesus não é apenas aderir a um credo, mas também se tornar participante da sua vida. Essa união vital transforma o coração, santifica os pensamentos e molda a conduta. A fé, portanto, não é só uma declaração, mas também uma ligação viva com Cristo, que nos justifica, regenera e santifica. É essa união que dá segurança ao crente em meio às lutas, bem como perseverança diante das provações, pois o mantém unido àquele que é a própria Vida (Jo 14.6).

III - SALVAÇÃO E A DECISÃO PESSOAL

1. Deus oferece, o homem responde

A salvação é uma dádiva divina oferecida a toda a humanidade. O apóstolo Paulo afirma que “a graça de Deus se há manifestado, trazendo salvação a todos os homens” (Tt 2.11). Essa salvação, no entanto, só se torna eficaz na vida daqueles que voluntariamente respondem ao chamado de Deus com arrependimento e fé. O evangelho não é apenas uma informação a ser assimilada, mas um convite divino à rendição e à transformação.

Jesus ilustrou essa verdade nas suas parábolas. Na Parábola das Bodas (Mt 22.1-14), o rei enviou convites a muitos, mas apenas alguns atenderam ao chamado. A salvação está aberta a todos, mas somente os que respondem em obediência participam do banquete do Reino.

Essa resposta humana, embora capacitada pela graça, é consciente e voluntária. Deus não força ninguém a crer ou a arrepender-se; Ele respeita a liberdade que concedeu ao homem desde o Éden (Gn 2.16,17). A graça ilumina, convence e atrai, mas cabe ao ser humano acolher ou rejeitar. É por isso que Jesus pôde lamentar sobre Jerusalém: “Quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos [...] e tu não quiseste” (Mt 23.37). A recusa não anula a oferta, mas revela a responsabilidade do coração humano diante do chamado divino.

Assim, a salvação é graça oferecida, mas também decisão exigida. Deus estende a mão; o pecador precisa recebê-la. O Senhor abre o caminho da reconciliação; cabe ao homem percorrê-lo em arrependimento e fé. Este é o mistério da interação entre a soberania divina e a responsabilidade humana: Deus toma a iniciativa, mas espera uma resposta.

2. A cooperação humana não é mérito, é resposta

Quando falamos em arrependimento e fé como respostas humanas à salvação, é fundamental compreender que não há mérito nisso. O ser humano não conquista a graça, mas apenas a recebe. A Bíblia é clara: “Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém se glorie” (Ef 2.8,9). Assim, toda resposta humana à salvação é fruto da graça proveniente de Deus, que ilumina, desperta e capacita o coração para crer. Desse modo, ao arrepender-se e crer, o homem não está “ajudando Deus a salvar”, mas simplesmente aceitando a salvação já realizada por Cristo no Calvário.

Esse entendimento preserva o equilíbrio entre soberania divina e responsabilidade humana. O Espírito Santo é quem convence do pecado e gera arrependimento (Jo 16.8), mas não força a decisão. O pecador, tocado pela graça, deve responder, e essa resposta é a fé que confessa Jesus como Senhor (Rm 10.9-10). Não há mérito em abrir a porta quando Cristo bate (Ap 3.20), mas essa ação é indispensável para que Ele entre e transforme a vida.

Em um tempo em que muitos confundem esforço humano com graça, precisamos reafirmar: a cooperação humana não é mérito, mas rendição. É reconhecer que nada podemos fazer por nós mesmos e, ainda assim, entregarmo-nos ao Senhor, que tudo já fez por nós. O evangelho não é conquista, mas acolhimento; não é realização pessoal, mas resposta humilde à misericórdia divina.

3. A graça não anula a responsabilidade

Como já afirmamos, um dos grandes mistérios da salvação é o equilíbrio entre a soberania divina e a responsabilidade humana. Evidentemente, essa relação traz certo tipo de tensão. Reconhecemos essa tensão. Não por acaso, a Escritura afirma com clareza que somos salvos pela graça, mas também adverte que cada um será julgado pela resposta que dá ao chamado de Deus. O apóstolo Paulo escreveu aos filipenses: “Desenvolvei a vossa salvação com temor e tremor, porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2.12,13); ou seja, é Deus quem inicia e sustenta a obra, mas cabe ao crente cooperar, exercendo fé e obediência diárias.

Desde o Éden, a revelação bíblica mostra que Deus deseja uma resposta livre e amorosa. Adão e Eva receberam mandamentos claros e a possibilidade real de obedecer ou desobedecer (Gn 2.16,17). Israel, ao entrar na Terra Prometida, foi confrontado com a escolha entre a vida e a morte, a bênção e a maldição (Dt 30.19). Josué, já idoso, reafirmou essa mesma verdade ao declarar: “Escolhei hoje a quem servireis [...]. Eu e a minha casa serviremos ao SENHOR” (Js 24.15). A graça sempre precede, mas nunca elimina a necessidade de resposta.

Essa responsabilidade permanece evidente no Novo Testamento. O problema não estava na falta de oferta da graça, mas na recusa voluntária do coração humano. Vemos isso quando o apóstolo João afirma: “Quem nele crê não é condenado; mas quem não crê já está condenado” (Jo 3.18). A graça de Deus é oferecida a todos, mas a sua eficácia depende da aceitação pessoal.

A *Declaração de Fé das Assembleias de Deus* resume esse ponto de forma equilibrada:

Todavia, os seres humanos, influenciados pela graça que habilita a livre escolha, são livres para escolher. “Se alguém quiser fazer a vontade dele, pela mesma doutrina, conecerá se ela é de Deus ou se eu falo de mim mesmo” (Jo 7.17) (DECLARAÇÃO, 2017, p. 113).

Esta é a grande responsabilidade do ser humano diante da graça divina: acolhê-la ou recusá-la. A graça de Deus, portanto, não anula, mas confirma a responsabilidade humana. Somos convidados a viver uma fé ativa, a cultivar arrependimento contínuo e a responder dia-

mente ao chamado do Senhor. A salvação é gratuita, mas exige uma decisão pessoal; é dom de Deus, mas só se concretiza em quem a recebe com fé. A graça abre a porta, mas cada um precisa escolher entrar.

CONCLUSÃO

A salvação é iniciativa da graça divina, mas exige resposta humana. Arrependimento e fé não são méritos, mas atitudes indispensáveis para acolher a obra de Cristo. O arrependimento rompe com o passado de pecado, despertando no coração a contrição e o propósito de uma nova vida; a fé, por sua vez, é o que nos une a Cristo, justificando-nos, regenerando-nos e santificando-nos.

Na introdução deste capítulo, vimos a tensão entre a culpa que oprime e a esperança que liberta. O evangelho responde exatamente a esta realidade: o arrependimento não nos deixa presos ao lamento, e a fé não nos permite viver na indiferença. Ambos nos conduzem à graça que transforma. Jesus proclamou: “[...] Arrependei-vos e crede no evangelho” (Mc 1,15), revelando que o perdão e a vida eterna só se tornam reais quando o coração rende-se à sua voz.

Essa verdade também preserva o equilíbrio entre soberania e responsabilidade. É o Espírito Santo quem convence, ilumina e capacita; cabe, porém, ao homem abrir o coração, crer e obedecer. A graça não nos transforma em espectadores passivos, e sim nos chama a uma resposta sincera e perseverante.

Por isso, a mensagem da Igreja em todos os tempos deve permanecer a mesma: abandonar o pecado e confiar em Cristo como único Salvador. Arrependimento e fé, como já foi dito, são o “amém” que o coração humano dá à iniciativa divina. Quem responde a esse convite experimenta os benefícios da obra de salvação; quem o rejeita permanece sob o peso da culpa. A boa notícia é que a esperança sempre vence, pois, onde há arrependimento e fé, ali a graça triunfa.

CAPÍTULO 11

A ADOÇÃO – ENTRANDO NA FAMÍLIA DE DEUS

Romanos 8.12-17

12 - De maneira que, irmãos, somos devedores, não à carne para viver segundo a carne,

13 - porque, se viverdes segundo a carne, morrereis; mas, se pelo espírito mortificardes as obras do corpo, vivereis.

14 - Porque todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus.

15 - Porque não recebestes o espírito de escravidão, para, outra vez, estardes em temor, mas recebestes o espírito de adoção de filhos, pelo qual clamamos: Aba, Pai.

16 - O mesmo Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus.

17 - E, se nós somos filhos, somos, logo, herdeiros também, herdeiros de Deus e coerdeiros de Cristo; se é certo que com ele padecemos, para que também com ele sejamos glorificados.

INTRODUÇÃO

Entre as muitas imagens usadas pela Escritura para descrever a salvação, poucas são tão ternas e comoventes quanto a da adoção. Se a justificação faz com que nos lembremos de um tribunal, e se a regeneração remete-nos ao milagre do novo nascimento, a adoção é a que nos conduz ao ambiente do lar. É nesse espaço íntimo e acolhe-

dor que descobrimos não apenas que fomos perdoados, mas também que fomos recebidos como filhos amados do Pai celestial. O apóstolo Paulo apresenta essa verdade de forma singular em Romanos 8: não recebemos um espírito de escravidão, que gera medo, mas o espírito de adoção, que nos leva a clamar com confiança: “Aba, Pai”.

Neste capítulo, contemplaremos a doutrina bíblica da adoção nas suas diferentes dimensões. A princípio, veremos que ela é um ato de graça, mediante o qual Deus transporta-nos de uma condição de distanciamento para uma relação de intimidade filial. Depois, refletiremos sobre a realidade presente dessa filiação: já não somos órfãos espirituais, mas filhos que podem orar dizendo “Pai nosso” e viver na segurança do amor divino. Em seguida, olharemos para a dimensão futura da adoção, quando toda a criação testemunhará a revelação dos filhos de Deus, e nosso corpo será redimido. Por fim, compreenderemos o privilégio de sermos coerdeiros com Cristo, chamados a partilhar tanto dos seus sofrimentos quanto da sua glória.

Mais do que um conceito teológico, a adoção é uma experiência existencial e afetiva, capaz de curar feridas profundas e restaurar identidades fragmentadas. Aquele que foi rejeitado ou abandonado encontra em Deus um Pai perfeito; o inseguro descobre uma base sólida para viver; o solitário reconhece que faz parte de uma família eterna. A adoção é, portanto, um convite a viver com fé, dignidade e esperança, sabendo que somos filhos amados, herdeiros da promessa e chamados a refletir, já no presente, a vida abundante que se cumprirá plenamente na glória futura.

I - O QUE É A DOUTRINA BÍBLICA DA ADOÇÃO

1. A adoção como um ato de graça

A adoção, na perspectiva bíblica, é um ato gracioso de Deus antes de tudo, mediante o qual somos recebidos por Ele como filhos na sua família espiritual (Ef 1.5). O termo utilizado no Novo Testamento é *huióthesia*, que significa literalmente “colocação de alguém na posição de filho” ou “adoção, filiação” (BÍBLIA PALAVRAS-CHAVE, 2020, p. 2434). Esse vocábulo, que era comum no ambiente jurídico do mundo greco-romano, descrevia o processo legal em que alguém que não tinha laços naturais de sangue era inserido numa nova família,

recebendo plenamente o nome, os direitos e as responsabilidades dessa condição (LONGMAN III, 2023, p. 23). Paulo apropria-se dessa imagem para comunicar uma verdade espiritual profunda: Deus, por meio de Cristo, transportou-nos de uma condição de afastamento para uma posição de intimidade filial.

Não se trata apenas de um conceito jurídico, mas também de uma realidade relacional. A adoção revela que não apenas somos absolvidos de nossa culpa, mas também acolhidos em amor pelo Pai, desfrutando de comunhão com Ele. Em Romanos 8, Paulo ressalta esse aspecto familiar ao afirmar que não recebemos “espírito de escravidão” para temer, mas o “Espírito de adoção”, pelo qual clamamos: “Aba, Pai” (Rm 8.15). Essa expressão carinhosa, equivalente a “paizinho”, mostra que a adoção não é mera formalidade legal, mas a entrada em um vínculo vivo, caloroso e transformador. É a graça que rompe a solidão existencial e insere-nos numa nova identidade, marcada pela segurança e pelo afeto paternal de Deus. Assim, a adoção claramente nos ensina que a salvação vai além da justificação, introduzindo-nos em um relacionamento de família. Somos chamados a viver a dignidade de filhos de Deus e a estarmos preparados para compreender o próximo aspecto da salvação: o fato de que, pela graça, tornamo-nos filhos e herdeiros em Cristo.

2. Tornamo-nos filhos

Fomos criados para viver em comunhão com Deus, mas o pecado interrompeu essa relação, tornando-nos estranhos e distantes do Pai. Fomos, entretanto, alcançados pela graça de Cristo, que restaurou aquilo que havia sido perdido. João afirma que a todos quantos receberam a Cristo, “deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus” (Jo 1.12). Essa filiação não é fruto de mérito humano, mas um dom gracioso, recebido pela fé. O Espírito Santo é quem confirma em nosso coração essa nova condição, testificando interiormente que somos, de fato, filhos de Deus (Rm 8.16). Assim, a restauração do relacionamento com o Pai é mais do que um retorno a um estado anterior: é a inauguração de uma nova vida em família.

Essa verdade ganha expressão viva em nossa prática espiritual: podemos simplesmente nos dirigir a Deus em oração e chamá-lo de

“Pai nosso” (Mt 6.9), conforme Jesus ensinou. Não se trata de um título formal ou distante, mas da linguagem íntima de um filho que encontra refúgio nos braços do Pai. Na perspectiva psicológica, sabemos o quanto a experiência de paternidade influencia a segurança emocional e a construção da identidade. De maneira análoga, é a filiação espiritual que nos dá identidade, pertencimento e confiança. No Senhor, descobrimos que não estamos sozinhos, mas inseridos num relacionamento caloroso, próximo e voluntário, onde o amor expulsa o medo.

Essa filiação divina deve ser vivida com alegria e responsabilidade, pois expressa a dignidade de quem foi recebido pelo Pai como herdeiro em Cristo. Nada mais é frio ou mecânico: tudo é marcado pela proximidade e pelo afeto. É nesse ambiente de amor que experimentamos o cuidado, a correção e a direção de Deus. Essa compreensão prepara o caminho para compreender como a adoção é inserida na ordem da salvação, revelando o lugar desse ato gracioso no plano redentor de Deus.

3. A adoção na ordem da salvação

A doutrina da salvação é apresentada nas Escrituras como um processo multiforme da graça, em que cada etapa revela a riqueza do amor divino. Ao crer em Cristo, o pecador é salvo, isto é, libertado da condenação eterna; é eleito em Cristo; justificado, recebendo a declaração de justiça mediante a obra do Calvário; é regenerado, experimentando o novo nascimento operado pelo Espírito; é santificado, sendo separado para Deus e progressivamente transformado na sua imagem; e, além de tudo isso, é também adotado na família divina (Ef 1.5; Rm 8.29,30). A adoção, portanto, ocupa um lugar singular dentro da chamada *ordo salutis* — a ordem da salvação — (HORTON, 2019, p. 361-79), pois revela não apenas o aspecto jurídico da obra de Cristo, como também o aspecto relacional e afetivo, que transforma nossa identidade diante de Deus.

Esse ensino também nos lembra de que não somos apenas absolvidos num tribunal espiritual, mas recebidos no lar do Pai. A salvação não se limita ao perdão; ela culmina na experiência de pertencimento, comunhão e intimidade com Deus. Paulo afirma que “o amor de

Deus é derramado em nossos corações pelo Espírito Santo” (Rm 5.5) e que esse mesmo Espírito clama em nós: “Aba, Pai” (Gl 4.6). Essa adoção responde à sede de segurança, acolhimento e identidade. É realidade que envolve todo o coração e estabelece um relacionamento vivo e amoroso. Assim, a adoção é o coroamento da obra redentora, conduzindo-nos a clamar: “Meu Aba”.

II - ADOTADOS MEDIANTE O ESPÍRITO: “MEUABA”

1. A expressão “Aba, Pai”: intimidade com Deus

Imagine uma criança pequena correndo para os braços do pai e, com uma voz confiante e cheia de carinho, chamando-o de “paizinho”. Essa é a ideia transmitida pela expressão “Aba, Pai”, usada três vezes no Novo Testamento (Mc 14.36; Rm 8.15; Gl 4.6). O *Dicionário Bíblico Baker* explica que *Aba* era um termo carinhoso para referir-se ao pai, demonstrando um relacionamento íntimo e amoroso (LONGMAN III, 2023, p. 19). Paulo, ao juntar o aramaico *Abba* com o grego *patér*, quis reforçar que a vida cristã é marcada por uma proximidade calorosa com Deus — não fria, não mecânica, mas familiar e cheia de ternura.

Van Johnson observa que essa imagem familiar traz “o aconchego da certeza de que o Espírito nos dá garantia completa sobre nossa posição presente e futura como filhos e filhas hoje; também somos herdeiros da glória futura” (JOHNSON in ARRINGTON, STRONSTAD, 2017, p. 66). Em outras palavras, não se trata apenas de um título bonito para Deus, mas de uma realidade espiritual confirmada pelo Espírito. Ele mesmo clama em nosso coração “Aba, Pai” (Gl 4.6). Paulo explica que, assim como na lei judaica (Dt 19.15), era necessário haver duas testemunhas para confirmar uma verdade, na vida cristã também há duas: o testemunho do Espírito Santo e o testemunho de nosso espírito (Rm 8.16). É como se Deus colocasse um selo duplo em nosso coração, garantindo que realmente pertencemos à sua família.

Esse chamado também ecoa a própria experiência de Jesus. No Getsêmani, em meio à dor e à angústia, Ele orou: “Aba, Pai, tudo te é possível” (Mc 14.36). Johnson explica que Paulo fez questão de repetir essa expressão para mostrar que, assim como o Filho único tinha intimidade com o Pai, agora também temos essa confiança por

meio de Cristo (JOHNSON in ARRINGTON, STRONSTAD, 2017, p. 66); ou seja, o mesmo tratamento carinhoso que Jesus usou na sua oração é colocado em nossos lábios pelo Espírito Santo.

Do ponto da experiência humana, quantas vezes carregamos marcas de rejeição, solidão e até de relações familiares frágeis? Isso fere nossa identidade e rouba nossa segurança; mas em Cristo, pelo Espírito, encontramos um Pai perfeito que nos acolhe sem reservas, que nos dá pertencimento, que cura nossas feridas emocionais e enche nosso coração de amor.

Por isso, quando oramos “Pai nosso” ou clamamos “Aba, Pai”, não fazemos uma repetição fria, mas uma confissão de fé, cheia de calor e confiança. É a certeza de que temos um Pai presente, amoroso e fiel. É viver como filhos amados, correndo de braços abertos para o Senhor, sabendo que Ele sempre nos receberá. Assim, a expressão “Aba, Pai” torna-se não apenas uma palavra, mas também um estilo de vida: viver em intimidade com Deus, seguros de nossa filiação e herança eterna.

2. O testemunho do Espírito Santo

Esse relacionamento com o Pai é confirmado de forma inconfundível pelo testemunho do Espírito Santo, que dá testemunho ao nosso espírito de que somos filhos de Deus (Rm 8.16). Que experiência gloriosa é receber a voz interior do Espírito, a qual não apenas nos informa, mas também nos transforma! No novo nascimento, algo profundamente significativo ocorre em nosso ser: tudo é renovado. O Espírito Santo é aquEle que nos conduz a uma nova realidade não apenas moral ou psicológica, mas também espiritual, existencial e relacional. É como se a vida recebesse uma nova gramática, uma nova ordem de sentido, em que a identidade do cristão já não mais se define pelo passado, mas pela adoção graciosa em Cristo. De fato, fomos acolhidos na família de Deus!

Donald Stamps, comentando esse texto, destaca que o Espírito Santo não apenas confirma nossa filiação, mas também nos dá a confiança de que somos amados e sustentados por Cristo, nosso Mediador eterno (Hb 7.25) (STAMPS, 2022, p. 2039). Ele também nos torna conscientes de que o amor de Deus por nós não é menor do que o amor que o Pai tem pelo seu Filho Unigênito (Jo 14.21,23; 17.23). Essa é uma revelação que ultrapassa nossa

razão e alcança o coração, pois, ao mesmo tempo que conhecemos a verdade pela fé, também a experimentamos afetivamente. O Espírito Santo não nos faz esquecer de que não somos meros servos numa relação funcional, mas filhos amados numa relação de intimidade. Por isso, somos ensinados por Ele a clamar: “Aba, Pai” (Rm 8.15). Esse clamor é carregado de confiança, ternura e vivência pessoal e transformadora.

Do ponto de vista psicológico, podemos dizer que esse testemunho do Espírito reorganiza a identidade. Enquanto muitos vivem marcados por sentimentos de rejeição, insegurança ou abandono, o Espírito planta no coração do crente uma certeza afetiva e espiritual: a de que não está só e de que é amado incondicionalmente. A pedagogia divina aqui é maravilhosa: o Espírito não apenas instrui a mente, como também educa o coração, cura feridas emocionais e desperta a coragem de viver como filho diante de um Pai que acolhe. É como se a fé escrevesse novamente nosso interior, dando-nos uma nova narrativa de vida, na qual a adoção divina torna-se o ponto central.

O testemunho do Espírito, portanto, não é um detalhe místico, mas a resposta de Deus às mais profundas angústias humanas. É Ele quem nos dá a confiança de que o Pai não apenas nos tolera, mas também nos ama com amor eterno. Assim, a adoção em Cristo não é mera metáfora legal; é uma realidade espiritual, psicológica e pastoral. Somos chamados a viver diariamente essa certeza, lembrando que a voz do Espírito é mais forte do que as acusações do Inimigo, mais firme do que as dúvidas da mente e mais doce do que qualquer palavra humana. Somos ensinados pelo Espírito a olhar para o Céu não com medo, mas com confiança filial, proclamando: “Aba, Pai!”, sendo nesse clamor que encontramos segurança, paz e propósito.

3. Uma nova identidade

A doutrina da adoção revela sublimemente nossa nova identidade como filhos de Deus. É uma identidade que não nasce da carne nem do sangue, mas da graça do Pai, mediante o Espírito, que nos recebeu em Cristo. Essa identidade é confirmada pela presença constante do Espírito Santo em nós, que não apenas habita, mas também atua como guia, consolo e testemunha interior de que pertencemos à

família celestial (Rm 8.14,15). O Espírito, na sua pedagogia divina, conduz-nos ao amadurecimento da fé, consola-nos nas batalhas diárias e lembra-nos, em meio às angústias, de que já não somos mais órfãos espirituais, mas herdeiros da promessa.

Essa transformação interior rompe com o antigo “espírito de escravidão”, que aprisionava nossa mente e coração em medo e culpa. Agora, em Cristo, vivemos como filhos amados, chamados à liberdade e à confiança. A identidade cristã não é construída sobre conquistas humanas, mas sobre a graça da adoção. Psicologicamente, é como receber um novo eixo de referência para a vida: já não precisamos buscar aprovação em aplausos externos ou em padrões de sucesso efêmeros, porque nossa essência encontra-se enraizada no amor do Pai. Ora, o ser humano tem uma necessidade de uma base segura para a constituição da identidade; para além de nossas vivências familiares, e até mesmo externas, o Espírito Santo é essa base, pois é Ele quem nos garante que somos aceitos e amados incondicionalmente.

A doutrina da adoção pedagogicamente nos ensina que a fé não é apenas um assentimento intelectual, mas também uma experiência formativa. O Espírito Santo constantemente nos educa em cada etapa da jornada, moldando nosso caráter à semelhança de Cristo, corrigindo-nos com amor e fortalecendo-nos na esperança. A nova identidade não se restringe a um título espiritual, mas envolve prática de vida: vivemos como quem pertence à família de Deus, refletindo o caráter do Pai em nossas escolhas diárias. Dessa forma, nossa identidade já não está mais no mundo, mas firmada em Cristo. Adoção espiritual carrega consigo o sentido de viver com a dignidade de filho, com a segurança de herdeiro e com a missão de refletir o amor do Pai nesta terra. É uma identidade que traz paz à mente, cura ao coração e propósito à existência. É por isso que podemos clamar com confiança e ternura: “Aba, Pai!”.

III - ADOÇÃO COMO REALIDADE PRESENTE E FUTURA

1. A realidade presente da adoção

A salvação em Cristo não é apenas uma promessa distante que aguarda cumprimento na eternidade, mas uma realidade viva, que pode e deve ser experimentada aqui e agora. A Bíblia convida-nos a assumir essa verdade com fé e a viver nossa identidade de filhos de Deus como

presente. Não se trata apenas de esperar a herança futura, mas de desfrutar hoje da dignidade e da segurança de quem já foi recebido na família divina. Paulo afirma que “Deus nos predestinou para a adoção de filhos por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade” (Ef 1.5). Isso significa que nossa filiação não depende de circunstâncias humanas, mas da decisão amorosa de Deus.

Essa nova condição foi concedida a nós como a mais elevada expressão do amor divino. O apóstolo João, admirado diante dessa verdade, exclamou: “Vede quão grande amor nos tem concedido o Pai: que fôssemos chamados filhos de Deus” (1 Jo 3.1). Esse chamado não é apenas um título simbólico, mas uma transformação de identidade. Passamos de estrangeiros e órfãos espirituais a filhos amados, herdeiros da promessa. Por isso, assumir a identidade de filhos de Deus é viver com fé, confiança e coerência diante do mundo.

Esse ensino também é profundamente consolador. Muitos carregam marcas de abandono, rejeição ou de relacionamentos conturbados com os seus pais terrenos ou cônjuges, e a experiência da adoção espiritual traz consolo e cura para essas feridas. Aquele que foi abandonado encontra acolhimento no Pai celestial. O injustiçado encontra justiça no amor divino. Quem cresceu em meio a conflitos familiares descobre na filiação espiritual uma nova referência de segurança, afeto e pertencimento. Assim, a doutrina da adoção não é apenas um conceito teológico, mas também uma fonte de restauração emocional e espiritual.

Hoje, portanto, não precisamos viver mais como escravos do medo, nem como órfãos da esperança. É o tempo de afirmar pela fé: “Somos filhos de Deus!”. Essa confissão traz sentido, dignidade e direção para a vida cristã. É a certeza que aquece o coração e sustenta a caminhada. Ser filho do Pai celestial é viver cada dia envolto na sua graça, guardado pelo seu amor e transformado pela sua presença.

2. A esperança futura da adoção

A doutrina da adoção não se limita apenas à sua dimensão presente, mas também aponta para uma esperança gloriosa que se manifestará plenamente no futuro. Hoje já desfrutamos da realidade de sermos filhos de Deus, só que ainda aguardamos a consumação dessa filiação, quando todo o nosso ser — espírito, alma e corpo — será totalmente

redimido. Paulo afirma que “gememos em nós mesmos, esperando a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo” (Rm 8.23). A plenitude da adoção será concretizada quando recebermos um corpo glorificado, livre da corrupção, do pecado e da morte. Nesse dia, não haverá mais lágrimas, dores ou limitações, mas viveremos em perfeita comunhão com o Pai, como filhos plenamente manifestos diante da criação.

Essa esperança futura é um dos pilares que sustentam a fé cristã. Ela funciona como uma âncora para a alma (Hb 6.19), dando firmeza em meio às tempestades da vida. Essa esperança é força vital que permite ao salvo enfrentar sofrimentos sem sucumbir ao desespero. Do mesmo modo, a esperança da adoção futura fortalece nosso coração e impulsiona-nos a perseverar, mesmo quando os infortúnios da vida tentam abater-nos. Saber que nosso destino é a glória com Cristo ajuda-nos a ressignificar as dores do presente e a manter viva a capacidade de alegrarmo-nos em Deus.

Não nos esqueçamos de que a vida cristã é vivida na tensão entre o “já” e o “ainda não”. Já somos filhos, mas *ainda* aguardamos a plena manifestação dessa filiação. Já fomos adotados, mas *ainda* esperamos a revelação completa desse privilégio no dia da redenção. Essa tensão não nos rouba a alegria, mas intensifica-a. Caminhamos na certeza de que cada passo, mesmo em meio às dificuldades, gradualmente nos aproxima do grande dia da revelação dos filhos de Deus (Rm 8.19). Assim, não vivemos como quem não tem futuro. A esperança da adoção futura é nossa garantia de que uma nova realidade ainda está por vir. A fé cristã não é uma ilusão, mas uma certeza firmada na promessa de Deus. Em breve, seremos plenamente revelados como filhos do Pai, com um corpo glorificado e imortal, para vivermos eternamente na sua presença. Esta é a esperança cristã: um futuro de glória, segurança e comunhão perfeita com Deus.

3. Coerdeiros com Cristo: sofrimento presente e glória futura

A adoção em Cristo amorosamente nos conduz a uma das mais sublimes verdades da fé: somos feitos coerdeiros com o Filho unigênito de Deus (Rm 8.17). Essa herança espiritual não nasce de mérito humano, mas da graça que nos recebeu na família divina. Ser coerdeiro com Cristo significa partilhar não apenas da sua glória futura, como tam-

bém do seu caminho de dor e entrega. O discipulado cristão, longe de ser um percurso sempre confortável, é marcado por renúncias e provações. Paulo lembra a Timóteo que “nos últimos dias sobrevirão tempos trabalhosos” (2 Tm 3.1), e o próprio Jesus afirmou que o servo não é “maior do que o seu senhor”: se Ele foi rejeitado, nós também experimentaremos oposição (Jo 15.20).

Esse sofrimento presente não deve, no entanto, ser visto como sinal de derrota, mas como participação no caminho do próprio Cristo. Esse sofrimento adquire novo sentido quando compreendido como parte de uma história maior. Não é dor sem propósito, mas dor que gera amadurecimento, perseverança e esperança (Rm 5.3-5). Esse entendimento traz consolo, pois, ao partilharmos os sofrimentos de Cristo, também somos fortalecidos por Ele. O Espírito Santo é quem nos assegura de que cada lágrima será transformada em alegria, cada ferida em testemunho, e cada perda em aprendizado.

O texto bíblico também nos aponta para a herança futura. Assim como Cristo foi glorificado após a cruz, também seremos glorificados com Ele. A co-herança não se limita à cruz; ela estende-se até a coroa. O mesmo Jesus que sofreu é o Jesus ressuscitado, e nós, como filhos adotados, compartilharemos da sua vitória final. Essa esperança certamente nos leva a orar como o próprio Senhor Jesus orou: “Venha o teu Reino” (Mt 6.10). Essa súplica não é apenas uma expectativa por um futuro distante, mas também uma expressão de fé em um Reino que já começou a transformar nossa vida no presente.

A herança cristã envolve tanto o peso da cruz quanto a alegria da ressurreição. Esse equilíbrio protege a fé de ilusões triunfalistas, que negam o sofrimento, e de pessimismo, que ignora a glória futura. Assim, aprendemos a viver a tensão entre o “já” e o “ainda não”: já experimentamos a adoção e a comunhão com Cristo, mas ainda aguardamos a plenitude da glória que há de vir. Ser coerdeiros com Cristo é, portanto, um chamado à maturidade espiritual: assumir as dores do discipulado com coragem e sem perder de vista a promessa de que, assim como Ele venceu, também herdaremos a sua glória eterna.

CONCLUSÃO

Chegamos ao fim deste capítulo com o coração aquecido pela certeza de que a salvação em Cristo não nos deixou apenas livres da con-

denação, mas também nos acolheu como filhos amados na família de Deus. A doutrina da adoção faz com que recordemos que a vida cristã não se resume a conceitos jurídicos ou a definições teológicas; ela expressa-se no vínculo vivo, caloroso e transformador entre o Pai e os seus filhos. Ao longo de nossa reflexão, vimos que fomos recebidos em graça, restaurados em nossa identidade e chamados a viver essa filiação como realidade presente. Não somos órfãos espirituais; podemos orar “Pai nosso” com confiança e ternura, sabendo que somos ouvidos e guardados por Ele.

Aprendemos também que a adoção possui uma dimensão futura e ainda mais gloriosa. Hoje já somos filhos, mas aguardamos o dia em que essa filiação será plenamente revelada, quando nosso corpo for redimido e, assim, passarmos a viver em comunhão perfeita com o Pai. Essa esperança sustenta a fé em meio às lutas, consola o coração nas dores e renova a coragem em cada passo da jornada. A certeza de que somos coerdeiros com Cristo é o que nos ensina a carregar a cruz com perseverança, fazendo-nos crer que o que nos aguarda é a coroa de glória.

Adoção é, portanto, uma palavra que reúne graça, identidade e esperança. Ela consola os que foram rejeitados, fortalece os que enfrentam tribulações e inspira todos os que aguardam o Reino vindouro. Ao proclamar “Aba, Pai!”, ecoamos a oração de Jesus, experimentamos o testemunho do Espírito e afirmamos nossa condição de filhos amados. Que essa verdade nos acompanhe em cada oração, em cada decisão e em cada desafio da vida cristã. Somos filhos de Deus, herdeiros com Cristo e participantes da promessa eterna. Viver essa realidade é nossa maior dignidade e nossa maior alegria.

CAPÍTULO 12

PERSEVERANDO NA SALVAÇÃO

Hebreus 10.26-39

26 - Porque, se pecarmos voluntariamente, depois de termos recebido o conhecimento da verdade, já não resta mais sacrifício pelos pecados,
27 - mas uma certa expectação horrível de juízo e ardor de fogo, que há de devorar os adversários.

28 - Quebrantando alguém a lei de Moisés, morre sem misericórdia, só pela palavra de duas ou três testemunhas.

29 - De quanto maior castigo cuidais vós será julgado merecedor aquele que pisar o Filho de Deus, e tiver por profano o sangue do testamento, com que foi santificado, e fizer agravo ao Espírito da graça?

30 - Porque bem conhecemos aquele que disse: Minha é a vingança, eu darei a recompensa, diz o Senhor. E outra vez: O Senhor julgará o seu povo.

31 - Horrenda coisa é cair nas mãos do Deus vivo.

32 - Lembrai-vos, porém, dos dias passados, em que, depois de serdes iluminados, suportastes grande combate de aflições.

33 - Em parte, fostes feitos espetáculo com vitupérios e tribulações e, em parte, fostes participantes com os que assim foram tratados.

34 - Porque também vos compadecestes dos que estavam nas prisões e com gozo permitistes a espoliação dos vossos bens, sabendo que, em vós mesmos, tendes nos céus uma possessão melhor e permanente.

35 - Não rejeiteis, pois, a vossa confiança, que tem grande e avultado galardão.

36 - Porque necessitais de paciência, para que, depois de haverdes feito a vontade de Deus, possais alcançar a promessa.

37 - Porque ainda um poucochinho de tempo, e o que há de vir virá e não tardará.

38 - Mas o justo viverá da fé; e, se ele recuar, a minha alma não tem prazer nele.

39 - Nós, porém, não somos daqueles que se retiram para a perdição, mas daqueles que creem para a conservação da alma.

INTRODUÇÃO

A vida cristã não é apenas sobre começar bem, mas, sobretudo, sobre permanecer até o fim. O risco da apostasia é real, e Hebreus adverte com clareza: “[...] se ele recuar, a minha alma não tem prazer nele” (Hb 10.38). Mas a Palavra de Deus também anuncia o caminho da esperança. O mesmo texto que alerta sobre o perigo do recuo também proclama a identidade dos que creem: “Nós, porém, não somos daqueles que se retiram para a perdição, mas daqueles que creem para a conservação da alma” (Hb 10.39). A perseverança é o antídoto contra a face perdida no espelho. É ela que nos mantém firmes, reacende a chama, fortalece as mãos enfraquecidas e restitui ao coração a confiança em Cristo.

Este capítulo é um convite para refletirmos sobre o valor da perseverança, a gravidade da apostasia e a certeza de que é possível permanecer firmes até o fim. Que cada um de nós, ao olhar no espelho da vida — ou melhor, no “espelho em enigma”, mencionado pelo apóstolo Paulo —, não veja um semblante vazio e distante, mas o reflexo de quem permanece em Cristo, sustentado pela sua graça e cheio de esperança (1 Co 13.12).

I - PERSEVERANÇA PARA ALCANÇAR A PROMESSA

1. Uma esperança que produz coragem

Na jornada cristã, perseverar não é simplesmente resistir às dificuldades, mas permanecer firme porque temos uma esperança segura que sustenta a fé. A exortação bíblica declara: “Não rejeiteis, pois, a vossa confiança, que tem grande e avultado galardão” (Hb 10.35). Essa confiança no Senhor alimentou os primeiros crentes, que, mes-

mo diante de prisões, perdas e perseguições cruéis, não recuaram; ao contrário, suportaram tudo com alegria, certos de que possuíam nos céus um tesouro melhor e permanente (Hb 10.34). Richard Taylor explica melhor essa esperança e confiança interior que moviam os primeiros crentes:

Sua segurança interior pelas realidades espirituais era forte o suficiente para desfazer-se destes vínculos mundanos. Quando nosso último tesouro está no “aqui e agora”, e nossa fé no futuro é insegura, não conseguimos nos alegrar quando a perseguição se apodera de nós. Eles não se regozijavam porque seus bens haviam sido tomados, mas porque seus bens materiais não constituíam sua verdadeira riqueza; isto apenas revelava que estavam em perfeita segurança, imaculados pelo tempo e intocados pelos opressores (TAYLOR, 2014 p. 100).

Tal esperança não é ilusória e nem ingênua, mas fundamentada na imutabilidade do caráter de Deus e na fidelidade da sua Palavra. É por isso que não se trata de um otimismo humano, mas, sim, de uma convicção espiritual que nos leva a olhar além das circunstâncias momentâneas. Como afirmou Paulo, “a nossa leve e momentânea tribulação produz para nós um peso eterno de glória mui excelente” (2 Co 4.17). Assim, perseverar significa manter os olhos voltados para o que está por vir, confiando que o Senhor cumpre as suas promessas. Essa esperança gera coragem para continuar na estrada da fé, mesmo quando tudo parece contrário, pois sabemos que não caminhamos sozinhos: aquEle que prometeu é fiel.

2. Perseverando com firmeza

O autor de Hebreus declara: “Porque necessitais de paciência, para que, depois de haverdes feito a vontade de Deus, possais alcançar a promessa” (Hb 10.36). O termo traduzido como “paciência” em algumas versões e “perseverança” em outras vem do grego *hypomoneō*, palavra que expressa a ideia de firmeza, estabilidade e constância (PALAVRAS-CHAVE, 2011, p. 2441). Não se trata de esperar passivamente, mas, sim, de permanecer fiel e leal a Deus em meio às maiores

provações. Essa virtude descreve a atitude daquele que não abandona o seu propósito nem a sua fé mesmo quando tudo parece contrário. Por isso, perseverar é mais do que resistir; é avançar, sustentado pela confiança de que o Senhor cumpre as suas promessas.

Os destinatários da carta sabiam bem o peso dessa palavra, pois enfrentavam humilhações públicas, espoliação dos seus bens e perseguições severas por causa da fé (Hb 10.32-34). Ainda assim, o autor encoraja-os a não desistir, lembrando que Deus agrada-se daqueles que permanecem firmes e fiéis. O mesmo chamado ecoa hoje para cada cristão: não retroceder diante das pressões, mas seguir obedecendo à vontade de Deus. Perseverar é continuar servindo, crendo e obedecendo mesmo quando o caminho torna-se árduo. Essa firmeza não nasce da força humana, mas da ação do Espírito Santo, que nos fortalece interiormente. Quando permanecemos com firmeza, aprendemos que a perseverança não é apenas suportar o peso das provas, mas também transformar cada dificuldade em oportunidade de crescimento espiritual, mantendo o coração fiel até que a promessa seja cumprida.

3. A vontade de Deus como estilo de vida

Perseverar na fé não significa apenas suportar as pressões externas, mas também adotar um estilo de vida em plena sintonia com a vontade de Deus. O autor de Hebreus deixa claro que, enquanto aguardamos o cumprimento da promessa, devemos viver em obediência constante, buscando agradar ao Senhor em todas as áreas (Hb 10.36). Essa perseverança não é estática, mas ativa, pois envolve crer, obedecer, servir e testemunhar diariamente. Paulo reforça essa ideia quando exorta os cristãos a apresentarem os seus corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus (Rm 12.1,2) e quando ensina que nosso andar deve ser digno do Senhor, frutificando em boas obras e crescendo no conhecimento divino (Cl 1.10).

Viver na perseverança, portanto, é mais do que resistir às adversidades; é escolher de maneira consciente e cultivar a fidelidade prática em cada detalhe da vida. Essa dimensão ativa da perseverança demonstra que a fé não se resume a sentimentos, mas, sim, a um compromisso diário que molda pensamentos, decisões e atitudes. É assim que o cristão revela ao mundo a transformação operada pelo Espírito Santo.

O autor de Hebreus, no entanto, também acende um alerta ao destacar a necessidade de permanecer obediente e perseverante: o risco real de afastar-se da fé. A vida cristã não é imune às tentações, e aqueles que deixam de viver em comunhão com Deus podem caminhar gradualmente para o abandono consciente da verdade. É justamente nesse ponto que a carta apresenta o contraste entre perseverança e apostasia, mostrando que quem não permanece na vontade de Deus corre o perigo de retroceder e perder-se.

II - A POSSIBILIDADE DA APOSTASIA

1. Apostasia: um abandono consciente

O autor da Carta aos Hebreus inicia esse ponto com um alerta solene: “Porque, se pecarmos voluntariamente, depois de termos recebido o conhecimento da verdade, já não resta mais sacrifício pelos pecados” (Hb 10.26). Esse texto não se refere a pecados ocasionais, frutos da fraqueza humana, mas a um abandono consciente e deliberado da fé. O termo grego *apostasia* traduz-se por resistência, deserção ou retirar-se (PALAVRAS-CHAVE, 2011, p. 2104). Trata-se, portanto, de alguém que conheceu a verdade do evangelho, experimentou da graça e, ainda assim, decidiu rejeitá-la. Essa escolha não é resultado de ignorância, mas de rebeldia espiritual.

Ao destacar isso, o autor de Hebreus revela que a vida cristã exige vigilância constante. Se perseverar é manter-se no caminho da obediência, apostatar é trilhar o oposto: é renunciar à fé que salva, afastando-se de Cristo e desprezando o sacrifício que nos purifica. Diante dessa verdade, aprendemos que a perseverança não se mede apenas por grandes feitos, mas também por escolhas diárias que mantêm nosso coração voltado para Cristo. Quando cultivamos oração constante, vida devocional sincera e comunhão com a igreja, fortalecemos nossas raízes espirituais e resistimos às pressões que poderiam afastar-nos da presença de Deus. Ao contrário, quando nos descuidamos desses elementos, tornamo-nos vulneráveis às tentações e ao engano do pecado. A lição prática é clara: permanecer firme na fé requer disciplina espiritual, dependência do Espírito Santo e compromisso diário com a Palavra de Deus.

O perigo da apostasia é, portanto, real e presente, e cada crente precisa estar atento contra isso. A advertência é clara: viver sem perseverança pode levar ao esfriamento espiritual e, em última instância, ao abandono da fé. E é justamente sobre a gravidade desse abandono que somos conduzidos pelo texto ao passo seguinte.

2. A gravidade da apostasia

O autor não suaviza a sua mensagem. Ele declara: “Horrenda coisa é cair nas mãos do Deus vivo” (Hb 10.31). Essa frase resume a seriedade com que a Escritura trata a apostasia. Rejeitar deliberadamente a Cristo não é apenas negar uma doutrina, mas também desprezar o próprio Deus, que se revelou em amor. Diferente daquele que nunca conheceu a verdade, o apóstata é alguém que já experimentou a graça e, ainda assim, decide voltar-se contra ela. Por isso, o juízo é mais severo. Aquele que foi iluminado um dia pela Palavra e sentiu o toque do Espírito Santo, porém recusa permanecer na fé, está trilhando um caminho de condenação consciente.

Essa advertência claramente nos faz lembrar de que a graça de Deus é abundante, mas não deve ser tratada com leviandade. A apostasia não ocorre de forma repentina; ela é construída aos poucos, quando a vida espiritual é negligenciada, quando o coração fica endurecido e quando se prefere o pecado em lugar da obediência. Hebreus, ao falar disso, convida-nos à reflexão profunda: como temos tratado a fé que recebemos? Com zelo e reverência, ou com descuido e indiferença? Essa pergunta abre espaço para percebermos que, mesmo diante da gravidade, existe uma boa notícia: a apostasia pode ser evitada.

3. Evitando a apostasia

Se, por um lado, Hebreus traz um alerta severo, por outro transmite esperança. O autor relembra que os primeiros cristãos suportaram tribulações e privações por causa da fé, mas permaneceram firmes porque sabiam que havia nos céus uma recompensa melhor (Hb 10.32-34); logo, a sua exortação não visa condenar, mas encorajar. A apostasia é real, mas não inevitável. É possível evitá-la pela vigilância, pela comunhão com Deus e pelo auxílio do Espírito Santo. Há, a seguir, uma ponderação bem equilibrada do pastor e teólogo Eurico Bergstén:

Se houver ênfase somente no poder de Deus como a força que guarda o crente, omitindo a própria responsabilidade pessoal de guardar-se do mal, abre-se a porta para uma vida espiritual de descuido. Se, por outro lado, houver ênfase somente no esforço do crente de guardar-se, omitindo-se a gloriosa manifestação do poder de Deus como o principal fator da proteção, abre-se caminho para um verdadeiro fracasso espiritual. A Bíblia fala e a experiência confirma: “Não por força, nem por violência, mas pelo meu Espírito, diz o Senhor dos Exércitos” (Zc 4.6). O caminho certo para preservar o crente na salvação é mediante a fé, guardada na virtude de Deus para a salvação já a se revelar no último tempo (cf. 1 Pe 1.5). Assim chegaremos lá! (BERGSTÉN, 2016, p. 208).

Esse equilíbrio torna-se ainda mais evidente quando observamos que ninguém abandona a fé de um dia para o outro. O processo de afastamento acontece de forma lenta e quase imperceptível: começa com a negligência da oração, o abandono da Palavra, a frieza no culto e, por fim, a recusa aberta ao Senhor. Esse processo, todavia, pode ser interrompido quando o coração está voltado humildemente para Deus. Somos fortalecidos pelo Espírito Santo para resistir ao pecado; guiados por Ele em toda a verdade (Jo 16.13); e capacitados a viver não segundo a carne, mas pelo Espírito (Rm 8.13,14). A promessa bíblica permanece firme: “Aquele que começou a boa obra em vós há de completá-la até o dia de Cristo Jesus” (Fp 1.6). Essa palavra de esperança prepara o coração para o contraste que vem a seguir: se a apostasia é possível e perigosa, a perseverança continua sendo o caminho do verdadeiro cristão. É nessa tensão que entramos no próximo ponto, em que o autor mostra que a vida de fé é marcada por uma escolha constante: avançar ou recuar.

III - PERSEVERÂNCIA X APOSTASIA

1. O justo viverá da fé

O autor de Hebreus encerra a sua exortação com uma afirmação contundente: “Mas o justo viverá da fé; e, se ele recuar, a minha alma não tem prazer nele” (Hb 10.38). Aqui somos lembrados de que a vida cristã não pode ser conduzida por sentimentos passageiros ou pressões

externas, mas pela fé viva no Deus que prometeu. Viver da fé significa caminhar confiando na Palavra de Deus, ainda que as circunstâncias gitem o contrário. Significa manter a integridade quando a cultura ao redor insiste em negociar valores. É, como ensina Paulo, andar “por fé e não por vista” (2 Co 5.7).

Isso nos desafia a colocar a fé em ação nas pequenas e grandes situações da vida. Quando tomamos decisões pautadas pela Palavra, e não por conveniências, estamos demonstrando que vivemos pela fé. Quando mantemos a integridade no trabalho, na escola ou na universidade, mesmo sob pressão para agir de modo contrário, revelamos a firmeza que agrada a Deus. Viver da fé não é um ideal abstrato, mas uma experiência diária de confiança que se traduz em escolhas concretas, em testemunho corajoso e em perseverança diante das provações.

Viver “por fé e não por vista” revela que, diante da jornada espiritual, só existem dois caminhos: o da perseverança ou o do recuo. Não há neutralidade. A fé que nos justifica é a mesma que nos sustenta diariamente, orientando decisões, fortalecendo o coração e iluminando o caminho. É por meio dela que permanecemos firmes, sabendo que não estamos sozinhos, mas, sim, guardados pelo poder de Deus. Assim, se a apostasia é real, a perseverança também é possível e necessária. É nessa tensão que a vida cristã é construída, como veremos na advertência seguinte.

2. Recuar é sinal de apostasia

A segunda parte do versículo 38 traz um alerta solene: “Se ele recuar, a minha alma não tem prazer nele”. O termo “recuar”, ou “retroceder” (gr. *hypostellō*), carrega consigo o sentido de “manter-se afastado, retirar-se” (PALAVRAS-CHAVE, 2011, p. 2442). No contexto de Hebreus, além da ameaça de apostasia religiosa, recuar aqui significa aquele que “deixa de confiar em Deus e abandona a sua fé, pecando deliberadamente e continuamente contra Deus” (STAMPS, 2022, p. 2319). Esse processo é, quase sempre, gradual: começa pela perda do prazer na oração, pela negligência das Escrituras, pelo distanciamento da comunhão cristã e pela substituição dos valores do evangelho por conveniências passageiras. Quando o coração não reage, o recuo pode transformar-se em abandono da fé.

Na vida prática, essa verdade ensina-nos a não subestimar os pequenos sinais de afastamento espiritual. O desânimo não tratado pode virar indiferença; a indiferença pode tornar-se frieza; e a frieza pode

culminar no abandono da fé. Por isso, precisamos cultivar diariamente a vigilância e a intimidade com Deus, reagindo rapidamente quando percebemos que nossa chama espiritual está enfraquecendo. A perseverança não acontece por acaso, mas é fruto de escolhas conscientes e do apoio constante do Espírito Santo. Permanecer em Cristo é, por conseguinte, uma decisão renovada todos os dias.

A apostasia, portanto, não se limita a uma declaração verbal contra Cristo, mas manifesta-se nas escolhas cotidianas que negam a sua soberania. Crentes que deixam de testemunhar por vergonha, famílias que renunciam à devoção por causa da pressa, crentes que relativizam o pecado para adequar-se ao ambiente: todos esses exemplos mostram como o recuo pode instalar-se sorrateiramente. Por isso, somos chamados à vigilância pelo autor de Hebreus: é preciso identificar os sinais de fraqueza e resistir antes que seja tarde. Essa advertência prepara a declaração final que reafirma a identidade daqueles que não retrocedem, mas permanecem firmes em Cristo.

3. Somos dos que permanecem

O capítulo é concluído com uma das declarações mais encorajadoras da Carta: “Nós, porém, não somos daqueles que se retiram para a perdição, mas daqueles que creem para a conservação da alma” (Hb 10.39). Aqui o autor afirma a identidade da comunidade cristã: não somos do grupo que abandona, mas do grupo que persevera. Esta é a marca dos verdadeiros discípulos: mesmo diante de lutas, continuam crendo; mesmo sob zombarias, seguem testemunhando; mesmo cansados, permanecem firmes porque sabem que a sua esperança está em Cristo.

O texto claramente nos chama a assumir com convicção nossa identidade em Cristo. Perseverar não é um fardo pesado, mas uma escolha diária de permanecer ligados à videira verdadeira (Jo 15.5), confiando que somos sustentados pelo Senhor. É na rotina comum, nos relacionamentos e nas pressões cotidianas que mostramos a diferença entre recuar e permanecer. Quando dizemos não ao pecado, quando mantemos viva nossa vida devocional, quando sustentamos o testemunho diante das críticas, estamos reafirmando que pertencemos ao grupo dos que permanecem. Essa perseverança não é fruto da força humana, mas da graça que nos capacita a seguir adiante.

O capítulo conclui com uma das declarações mais encorajadoras da Carta: “Nós, porém, não somos daqueles que se retiram para a

perdição, mas daqueles que creem para a conservação da alma” (Hb 10.39). Aqui o autor afirma a identidade da comunidade cristã: não somos do grupo que abandona, mas do grupo que persevera. Esta é a marca dos verdadeiros discípulos: mesmo diante de lutas, continuam crendo; mesmo sob zombarias, seguem testemunhando; mesmo cansados, permanecem firmes porque sabem que a sua esperança está em Cristo.

CONCLUSÃO

A perseverança cristã é como uma poesia que não se completa em um único verso, mas revela-se estrofe após estrofe, na cadência da confiança e da esperança. Cada escolha fiel é uma palavra bem colocada; cada ato de obediência é uma rima que dá sentido ao todo. Mesmo quando os versos da vida cristã parecem sombrios, a esperança em Cristo ilumina a página e garante que o fim não será de derrota, mas de vitória. Perseverar é, portanto, permitir que Deus seja o Autor de nossa poesia, conduzindo-nos até o desfecho glorioso que Ele mesmo preparou.

A partir dessa metáfora, o ensino de Hebreus torna-se ainda mais claro: perseverar é essencial para alcançar a promessa da salvação. Não se trata de um caminho fácil, mas de uma jornada diária que exige vigilância, fé e dependência do Espírito Santo. O perigo da apostasia é real; por isso, o cristão não pode viver de maneira displicente. A vida no Espírito requer disciplina, constância e comunhão para que a chama da fé não se apague diante das pressões do mundo ou das tentações do pecado.

Os que desejam permanecer firmes precisam compreender que a salvação não é apenas um ponto de partida, mas também uma caminhada contínua de confiança e entrega. Perseverar é resistir ao desânimo; é recusar-se a negociar a fé; é escolher todos os dias andar com Cristo mesmo quando o caminho parece estreito. O Senhor, porém, promete que não estamos sozinhos, pois aquEle que começou a boa obra em nós é fiel para completá-la até o dia de Jesus Cristo.

O último versículo de Hebreus 10 ecoa, portanto, como exortação e encorajamento: “Nós, porém, não somos daqueles que se retiram para a perdição, mas daqueles que creem para a conservação da alma” (Hb 10.39). Que a cada dia renovemos nossa decisão de seguir a Cristo com coragem, esperança e fidelidade e que nos lembremos de que perseverar é viver de maneira que a jornada de fé sempre glorifique o Autor da vida.

CAPÍTULO 13

A CONSUMAÇÃO DA SALVAÇÃO

1 Coríntios 15

42 - Assim também a ressurreição dos mortos. Semeia-se o corpo em corrupção, ressuscitará em incorrupção.

43 - Semeia-se em ignomínia, ressuscitará em glória. Semeia-se em fraqueza, ressuscitará com vigor.

44 - Semeia-se corpo animal, ressuscitará corpo espiritual. Se há corpo animal, há também corpo espiritual.

45 - Assim está também escrito: O primeiro homem, Adão, foi feito em alma vivente; o último Adão, em espírito vivificante.

46 - Mas não é primeiro o espiritual, senão o animal; depois, o espiritual.

47 - O primeiro homem, da terra, é terreno; o segundo homem, o Senhor, é do céu.

48 - Qual o terreno, tais são também os terrenos; e, qual o celestial, tais também os celestiais.

49 - E, assim como trouxemos a imagem do terreno, assim traremos também a imagem do celestial.

Apocalipse 22

1 - E mostrou-me o rio puro da água da vida, claro como cristal, que procedia do trono de Deus e do Cordeiro.

2 - No meio da sua praça e de uma e da outra banda do rio, estava a árvore da vida, que produz doze frutos, dando seu fruto de mês em mês, e as folhas da árvore são para a saúde das nações.

3 - E ali nunca mais haverá maldição contra alguém; e nela estará o trono de Deus e do Cordeiro, e os seus servos o servirão.

4 - E verão o seu rosto, e na sua testa estará o seu nome.

5 - E ali não haverá mais noite, e não necessitarão de lâmpada nem de luz do sol, porque o Senhor Deus os alumia, e reinarão para todo o sempre.

INTRODUÇÃO

Desde o início desta jornada, contemplamos a salvação como quem caminha por uma estrada marcada por luz e sombra, esperança e inquietação. Reconhecemos que, ao longo do caminho, o coração humano muitas vezes resiste à graça, por estar preso às próprias dúvidas, às memórias de fracassos e ao peso das escolhas mal resolvidas. Quantas vezes a mente busca respostas e fica perdida em labirintos de incertezas, tentando compreender o insondável mistério de um Deus que salva pela graça? Entre as fragilidades do existir e as tentações do orgulho, o ser humano luta para aceitar que não é senhor de si, mas dependente da misericórdia divina. Foi nesse campo de contradições que percorremos a doutrina da salvação: da justificação ao novo nascimento, da santificação ao chamado à perseverança. Chegamos, agora, ao cume desta jornada: a consumação, quando o que é promessa passará a ser realidade, e o que hoje é esperança será transformada em plena visão da glória de Deus.

Se fomos alcançados pela salvação no passado com a experiência da conversão e somos acompanhados no presente com a santificação, ela é projetada para o futuro como o prêmio que sempre sonhamos desde o momento em que entregamos nossa vida ao Senhor. Não se trata apenas de escapar da morte ou do sofrimento, mas de viver na expectativa de contemplar a face daquEle que nos amou primeiro. Desde os primeiros passos da fé, o coração do salvo guarda este anseio: estar diante do Senhor sem véus, sem culpas e sem dores. A consumação é, portanto, a realização do maior desejo do cristão; aquilo que dá sentido à caminhada e fortalece a esperança em meio às provações. Viver com os olhos voltados para esse futuro glorioso é experimentar agora uma alegria que o mundo não pode oferecer. É saber que toda lágrima terá fim, que toda luta será recompensada e que a comunhão com Deus será plena, eterna e indestrutível.

Ao longo deste capítulo, contemplaremos o grande arco da consumação da salvação em três dimensões. Primeiro, veremos a transição

do terreno ao celestial, quando a fragilidade de nossa condição presente dará lugar à incorruptibilidade do corpo glorificado. Em seguida, ergueremos os olhos para uma nova ordem do cosmos, onde o rio da vida e a árvore da vida simbolizam a restauração total da criação, já sem maldição e em plena comunhão com o Criador. Por fim, refletiremos sobre como é possível viver o futuro glorioso no presente trabalhoso, trazendo para hoje os valores do Reino, que há de ser manifestado em plenitude. Esses três movimentos não são meras ideias teológicas distantes, mas realidades que moldam nossa vida agora e acendem em nós a esperança de um porvir glorioso. Assim, seguimos como peregrinos que, mesmo cansados, continuam a trilhar a estrada com os olhos fixos no horizonte. Sabemos que o caminho não termina no pó da terra, mas abre-se para a eternidade. A consumação é o ponto final da história do pecado e o ponto inaugural da história definitiva da vida; é a comunhão perfeita com o Senhor; o dia em que veremos o seu rosto e refletiremos a sua glória para sempre.

I - DO TERRENO AO CELESTIAL

1. A corrupção dará lugar à incorrupção

A glorificação é a última e mais sublime etapa da salvação. É o coroamento de todo o processo redentor, quando aquilo que começou com a conversão e foi sendo moldado pela santificação alcançará a sua plenitude. Os salvos em Cristo terão os seus corpos completamente transformados no momento da glorificação. Hoje vivemos presos às limitações da finitude: o corpo envelhece, adoece, desgasta-se com o tempo e, por fim, morre. Essa é a corrupção de que o apóstolo Paulo fala em 1 Coríntios 15 — a condição física limitada e vulnerável que herdamos desde o Éden, quando o pecado entrou no mundo. Cada ruga que surge, cada dor que sentimos e cada despedida diante da morte são lembretes de que a existência terrena está marcada pela fragilidade. Paulo, no entanto, anuncia uma realidade maior: “Semeia-se o corpo em corrupção, ressuscitará em incorrupção; semeia-se em ignomínia, ressuscitará em glória; semeia-se em fraqueza, ressuscitará com vigor” (1 Co 15.42,43).

Essa condição será revertida de maneira absoluta na consumação. Os corpos dos salvos não envelhecerão, não adoecerão e não conhescerão

mais a morte. Não se trata apenas de um prolongamento da vida, mas de uma transformação radical da natureza da existência. O que hoje é marcado pela limitação dará lugar ao ilimitado; o que é temporal será revestido de eternidade. Paulo descreve isso como o “revestir-se da incorruptibilidade” e o “revestir-se da imortalidade” (1 Co 15.53). Isso é um contraste com a dimensão terrena, que é feita de privações, fadiga, ansiedade e luta contra o pecado, em que o corpo é “corpo animal” (1 Co 15.44), sujeito às necessidades e fraquezas da carne. É o espaço da instabilidade, onde a saúde pode falhar de um dia para o outro, e onde o espírito muitas vezes clama junto com a criação pela redenção (Rm 8.22,23). A dimensão celestial, por outro lado, é o espaço da plenitude: não haverá mais lágrimas, não haverá maldição, e “não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor, porque já as primeiras coisas são passadas” (Ap 21.4). A vida ali será marcada pela glória, pela força e pela comunhão perfeita com o Senhor, pois “seremos semelhantes a ele; porque assim como é o veremos” (1 Jo 3.2). Aqui, vale muito recordar um texto belíssimo de Agostinho, que, ao meditar sobre o futuro repouso final com Deus, assim expressa:

Também então repousarás em nós, da maneira que agora ages em nós. Este repouso será teu por nós, como são tuas essas ações por nós. Tu, porém, Senhor, estás sempre ativo e estás sempre em repouso. Não vês no tempo, não te moves no tempo, não repousas no tempo, e todavia crias a nossa visão no tempo, o próprio tempo, e o repouso depois do tempo (AGOSTINHO, 2011, p. 445).

Viveremos, então, numa nova dimensão de existência, onde a fragilidade dará lugar à força, e a decadência será substituída por vigor eterno. Na terra, os limites diariamente nos lembram de que somos pó; no Céu, a transformação fará com que reflitamos plenamente a imagem do Cristo ressurreto. Enquanto aqui os dias são contados em perdas e vitórias parciais, ali o tempo já não será medido pela morte, mas pela eternidade da vida. Essa é a esperança que sustenta o crente: saber que a dimensão terrena é apenas uma preparação para a glória vindoura e que o último capítulo da salvação será escrito não pela morte, mas pela vitória da ressurreição.

2. Alma vivente e espírito vivificante

Para aprofundar ainda mais essa transição, o apóstolo Paulo apresenta outro contraste essencial: o que existe entre Adão e Cristo. O primeiro, como “alma vivente”, foi aquele que recebeu o sopro divino no Éden e passou a existir como criatura (Gn 2.7; 1 Co 15.45). Ele representa a humanidade na sua origem natural, marcada pela dependência do pó da terra e, depois da Queda, inclinada ao pecado (Rm 5.12). Por meio dele herdamos a condição frágil, vulnerável e mortal. O segundo, porém, é Cristo, o “espírito vivificante” (1 Co 15.45), aquEle que não apenas recebeu vida, como também possui em si mesmo o poder de concedê-la em abundância (Jo 10.10; Jo 11.25). Ele é o último Adão, que reverte a história da Queda e inaugura uma nova humanidade (PALMA in ARRINGTON; STRONSTAD, 2014, p. 252-53).

Assim como todos morrem em Adão, todos serão vivificados em Cristo (1 Co 15.22). A natureza adâmica é o que nos liga à finitude e à corrupção, mas a natureza redentora que herdamos do Senhor é a que nos conduz à infinitude e à glória. Se fomos feitos do pó da terra em Adão (Gn 3.19), seremos revestidos da imagem do celestial em Cristo (1 Co 15.49). Se a morte reinou em Adão (Rm 5.17), a vida eterna reina em Cristo (Rm 6.23). Dessa forma, o que era ruína torna-se restauração, o que era perda transforma-se em herança, e o que era morte dá lugar à vida plena e indestrutível. Na consumação, a fragilidade do primeiro Adão será substituída pela vitória definitiva do último Adão, que, ao ressuscitar, abriu para nós a porta da incorruptibilidade.

3. O homem terreno e o homem celestial

Ainda carregamos nesta era a imagem do homem terreno, marcado pela fragilidade do pó e pela inclinação da carne (Gn 3.19; Rm 7.18). Mesmo após termos sido alcançados pela graça, convivemos com a tensão de uma natureza que, embora regenerada, ainda é vulnerável às tentações e contradições da vida. Lutamos contra o pecado, que insiste em apresentar-se diante de nós, e buscamos andar ao mesmo tempo em novidade de vida pelo Espírito (Rm 8.5,6). Essa luta é diária: enfrentamos as complexidades de nossas próprias limitações e os conflitos que surgem nos relacionamentos humanos. A Palavra de Deus recorda-nos que o Senhor Jesus, ao encarnar-se, experimentou as contradições dos

pecadores, mas sem jamais ceder ao pecado; Ele suportou a oposição e, pela cruz, venceu o mal (Hb 12.1-3; 1 Pe 2.22,23). A promessa que nos sustenta é a de que não permaneceremos para sempre presos a esse estado.

Fomos predestinados para sermos conformes à imagem de Cristo (Rm 8.29), e o próprio apóstolo João declara que, “quando Ele se manifestar, seremos semelhantes a Ele, porque assim como é o veremos” (1 Jo 3.2). Na consumação, as contradições humanas desaparecerão, o pecado não terá mais domínio, e a morte será tragada pela vitória (1 Co 15.54,55); viveremos, portanto, em plena comunhão com Deus, refletindo de maneira perfeita a imagem do celestial. Assim, aquilo que começou no coração do Pai desde a eternidade — formar para si um povo santo e irrepreensível (Ef 1.4) — encontrará a sua plena realização. A batalha interior de hoje se transformará em descanso eterno, e a luta contra a carne de hoje se tornará perfeita harmonia no Espírito. Viveremos, enfim, aquilo que Deus planejou para nós desde o princípio: ser a sua imagem e semelhança em estado glorificado.

A glorificação é o que nos garante a transformação do corpo e a conformação à imagem de Cristo, não se limitando apenas ao ser humano. A consumação da salvação estende-se a toda a ordem criada, pois o pecado não corrompeu apenas o homem, mas também a criação, que geme como em dores de parto, aguardando a sua redenção (Rm 8.20-22). Assim como o crente anseia pelo corpo glorificado, o cosmos também aguarda pela restauração definitiva. É nessa perspectiva que somos conduzidos à visão de Apocalipse: rios de águas vivas fluindo do trono de Deus; a Árvore da Vida novamente acessível; a maldição abolida; e a presença do Senhor reinando sobre tudo e todos (Ap 22.1-5). O que começou no Éden e foi perdido pela Queda será plenamente restaurado na eternidade.

II - UMA NOVA ORDEM DO COSMOS (AP 22.1-5)

1. O rio puro de água viva

A visão de Apocalipse gloriosamente nos transporta para uma realidade de plenitude: João contempla “o rio puro da água da vida, claro como cristal, que procedia do trono de Deus e do Cordeiro” (Ap 22.1). Essa imagem carrega um simbolismo profundo. Desde o Antigo Testamento, o rio é figura da presença vivificadora de Deus, como em Ezequiel 47, onde águas fluem do Templo e tornam férteis até mesmo

as regiões desérticas (TAYLOR; HARPER, 2014, p. 499). Em Salmos 46.4, encontramos: “Há um rio cujas correntes alegram a cidade de Deus”. O rio que brota do trono aponta para a vida abundante que procede do próprio Deus, sustentando e restaurando toda a criação. No Novo Testamento, Jesus retoma essa linguagem ao prometer que, do interior do que crê, fluirão rios de água viva, “e isso disse ele do Espírito, que haviam de receber os que nele cressem” (Jo 7.39).

Esse rio, portanto, é mais do que um símbolo poético; ele representa a ação contínua do Espírito Santo, que, na eternidade, inundará todas as coisas com a vida de Deus. O contraste com a experiência terrena é evidente: neste mundo, as águas da história muitas vezes são turvas, amargas e instáveis. Há rios de violência, de corrupção e de lágrimas que encharcam a existência humana. Mas o rio da eternidade é puro, cristalino, sem mistura e brota da fonte que jamais se esgota: o trono de Deus e do Cordeiro. Ele garante que não haverá espaço para a morte, para a corrupção ou para a escassez na consumação.

Somos, portanto, convidados por essa esperança a beber desde já das águas do Espírito. Quem tem sede pode ouvir hoje o convite: “Vinde às águas” (Is 55.1), e “quem tem sede venha, e quem quiser tome de graça da água da vida” (Ap 22.17). Viver sob essa promessa é experimentar antecipadamente a realidade futura. Mesmo em meio ao deserto deste mundo, há uma fonte de refrigério que sacia a alma. O rio do Espírito corre na vida do salvo para transformar a aridez em jardim, o vazio em plenitude, a sequidão em vida abundante. Assim, quando João contempla o rio que procede do trono, ele não apenas vê uma promessa distante, mas também a antecipação do que já é realidade no coração dos que pertencem a Cristo.

2. Produção de vida verdadeira

João contempla ao lado do rio “a árvore da vida, que produz doze frutos, dando seu fruto de mês em mês, e as folhas da árvore são para a saúde das nações” (Ap 22.2). Essa imagem remete-nos imediatamente ao Éden, onde a Árvore da Vida estava no centro do jardim (Gn 2.9). Contudo, após a Queda, o acesso a ela foi interditado (Gn 3.22,24), símbolo de que o homem, já separado de Deus, não podia mais participar da plenitude da vida eterna. Agora, na visão de Apocalipse,

a cena inverte-se: a árvore volta a estar no meio da cidade de Deus, acessível a todos os que foram redimidos pelo sangue do Cordeiro. O que fora perdido em Gênesis é restaurado em Apocalipse; o que foi interditado pela espada flamejante dos querubins é reaberto pela cruz de Cristo (TAYLOR; HARPER, 2014, p. 499).

Essa árvore não é apenas um detalhe da paisagem celestial: ela simboliza a vida verdadeira e completa que procede de Deus. A sua produção de frutos “de mês em mês” indica a abundância contínua, sem períodos de escassez. Diferentemente das colheitas da terra, sujeitas às estações e às intempéries, a árvore da vida produz em permanente plenitude. Além disso, as suas folhas “são para a saúde das nações” — um sinal de cura integral não apenas física, mas também espiritual, social e cósmica. O pecado que gerou divisão entre os povos e maldição sobre a criação já não existirá; no seu lugar haverá reconciliação e plenitude (Rm 8.21).

Essa imagem aponta para aquilo que o coração humano mais deseja: vida em abundância (Jo 10.10), liberdade da dor e comunhão plena com Deus. Hoje, experimentamos apenas lampejos dessa realidade, como quando o Espírito consola, cura feridas interiores ou restaura relacionamentos quebrados. Essa experiência, contudo, será total e definitiva na consumação. Não haverá mais enfermidades, nem luto, nem barreiras que nos separem uns dos outros ou do Criador (Ap 21.4). A Árvore da Vida é, portanto, mais do que uma promessa futura; é a confirmação de que o plano redentor de Deus sempre visou à restauração completa. Assim como somos saciados pelo rio da vida, somos alimentados e curados pela árvore da vida. Ambos apontam para a mesma verdade: a eternidade não será marcada por ausência, mas por plenitude; não por perdas, mas por abundância; não por doença, mas por saúde perfeita. Essa é a herança dos que perseveraram até o fim.

3. Deus como centro para sempre

Na consumação, João contempla que

o trono de Deus e do Cordeiro estará nela, e os seus servos o servirão. E verão o seu rosto, e na sua testa estará o seu nome. E ali não haverá mais noite, e não necessitarão de

lâmpada nem de luz do sol, porque o Senhor Deus os alumia; e reinarão para todo o sempre (Ap 22.3-5).

Aqui temos o coração da eternidade: Deus no centro. Ele não é apenas o Criador distante, mas o Rei presente, cuja luz dissipa toda escuridão. A maldição inaugurada no Éden é definitivamente retirada, e a comunhão interrompida pela Queda é plenamente restaurada. Ver a face de Deus — aquilo que nenhum homem poderia contemplar nesta vida sem morrer (Êx 33.20) — será a realidade eterna dos redimidos. O que era proibido no Antigo Testamento por causa do pecado torna-se possível na eternidade por causa da cruz de Cristo (2 Co 4.6).

A presença de Deus não apenas ilumina, mas também redefine toda a existência. Não haverá mais noite, símbolo de medo, de insegurança e de pecado. A eternidade será marcada pela claridade ininterrupta da glória divina. Não precisaremos mais de intermediários, pois o próprio Senhor será nossa luz, nossa alegria e nosso sustento (TAYLOR; HARPER, 2014, p. 499). Tudo estará orientado para Ele: valores, desejos, decisões e afetos. Deus será o centro incontestável da vida, e seremos, enfim, plenamente dEle (Rm 14.8).

Essa promessa mostra-nos que a esperança cristã não é apenas receber um corpo glorificado ou habitar uma nova criação, mas também é viver eternamente diante do Senhor, servindo-o com alegria e contemplando a sua glória. A consumação da salvação é, em essência, a restauração da comunhão perfeita: Deus e o homem habitando juntos, como no princípio, mas agora numa dimensão incorruptível e eterna.

Contemplar o rio da vida, a árvore da vida e o trono de Deus é perceber que a consumação da salvação não se restringe ao “depois”, mas lança reflexos de esperança sobre o “agora”. O futuro glorioso que aguardamos já ilumina o presente e convida-nos a viver de maneira diferente. Se tudo será centrado em Deus na eternidade, então já somos chamados a viver hoje com Ele no centro. Se o rio da vida fluirá para sempre, já podemos experimentar as águas do Espírito que renovam e restauram. E, se a árvore da vida produzirá fruto sem cessar, já somos desafiados a frutificar mesmo em meio às limitações da terra. A esperança da consumação, portanto, não nos aliena do mundo, mas impulsiona-nos a transformar o presente. É por isso que, após contemplarmos a nova ordem do cosmos, somos conduzidos a

refletir sobre o chamado prático de Deus: viver o futuro glorioso no presente trabalhoso.

III - VIVENDO O FUTURO GLORIOSO NO PRESENTE TRABALHOSO

1. Vivendo como glorificados

A esperança da glorificação não é apenas uma promessa futura; também é um chamado presente. Somos lembrados por Paulo que já morremos com Cristo, que já ressuscitamos com Ele e que já fomos assentados em regiões celestiais (Cl 3.1-3; Ef 2.6). Isso significa que a vida eterna não começa apenas depois da morte, mas já irrompe no coração do crente que vive pela fé. Viver como glorificados é adotar, desde agora, um estilo de vida que reflete os valores do Reino vindouro: santidade, fidelidade e esperança. Não se trata de alienar-se das realidades deste mundo, mas de enfrentá-las com uma consciência nova: a de que já pertencemos ao Céu.

Essa postura também transforma a maneira como enfrentamos os desafios do cotidiano. A dor não é mais vista como derrota, mas como parte de um processo que aponta para a vitória final (Rm 8.18). Na escola ou na universidade, onde a pressão por desempenho e a sedução de valores contrários ao evangelho são constantes, viver como glorificados significa manter a identidade em Cristo, mesmo quando isso gera oposição ou incompreensão. No trabalho, é recusar atalhos desonestos e testemunhar com integridade, ainda que isso pareça mais difícil. Nos relacionamentos, é escolher pureza, fidelidade e respeito, em contraste com uma cultura que normaliza a superficialidade e o descarte. Viver como glorificados é, portanto, deixar que a realidade futura molde o presente, lembrando que já somos cidadãos celestiais. É erguer os olhos para o alto, onde Cristo está, e caminhar na terra como quem carrega dentro de si os sinais do Reino que já começou a operar.

2. Sendo canais da água da vida

O mundo em que vivemos está marcado pela sede: sede de sentido, de propósito, de amor verdadeiro. Muitos experimentam isso de forma intensa nos ambientes em que circulam — a solidão silenciosa no meio da multidão da escola, a pressão por resultados na universidade, a competitividade e o esgotamento no trabalho ou, ainda, as decepções

e vazios nos relacionamentos. É nesse cenário de deserto que Jesus promete: “Quem crê em mim, como diz a Escritura, do seu interior fluirão rios de água viva” (Jo 7.38). O salvo, portanto, não apenas mata a sua sede, como também se torna um canal para que outros sejam alcançados pelo Espírito.

Ser canal da água da vida é estar disponível para sermos usados por Deus como instrumento de refrigerio em um mundo árido. Isso se manifesta em gestos simples, porém poderosos: uma palavra de encorajamento a um colega que pensa em desistir, um testemunho firme diante das pressões de comprometer a fé, ou até mesmo a capacidade de ouvir alguém que sofre em silêncio. O crente cheio do Espírito leva consigo a presença de Cristo onde quer que esteja, permitindo que rios de vida fluam no ambiente acadêmico, profissional ou familiar. Assim, no presente trabalhoso, já antecipamos a realidade gloriosa, sendo fontes vivas que apontam para a fonte eterna.

3. Uma mentalidade teocêntrica em um mundo antropocêntrico

Vivemos em uma geração que coloca o “eu” no centro de tudo: a carreira como fonte de identidade, a imagem como medida de valor, os relacionamentos como meios de satisfação imediata. Essa mentalidade antropocêntrica manifesta-se nos corredores da escola, nas salas de aula da universidade, nas redes sociais e até mesmo nos ambientes de trabalho, onde a lógica do sucesso pessoal sobrepuja a qualquer outro princípio. Em contraste, o chamado do evangelho é viver com uma mentalidade teocêntrica, em que Deus ocupa o centro da vida. O apóstolo Paulo exorta-nos: “Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente” (Rm 12.2).

Para nós, isso significa alinhar valores, escolhas e prioridades com Cristo. É decidir pela honestidade mesmo quando a mentira parece mais vantajosa; é manter a pureza em relacionamentos quando o mundo incentiva a banalização do corpo; e, por fim, é buscar servir em vez de apenas ser servido. Viver com Deus no centro é permitir que Ele guie não apenas os grandes planos, mas também as pequenas decisões diárias: o que estudar, como falar, onde trabalhar, de que maneira relacionar-se. Em um mundo em que tudo gira em torno do

ego, o crente caminha na contramão, mostrando que a verdadeira liberdade não está em seguir o próprio coração, mas, sim, em render-se à vontade de Deus.

CONCLUSÃO

A consumação da salvação é o coroamento de toda a obra redentora de Deus em Cristo. No primeiro tópico, vimos a promessa da glorificação individual: aquilo que é hoje marcado pela corrupção, fraqueza e mortalidade será transformado em incorrupção, poder e vida eterna. Se herdamos a imagem do terreno em Adão, herdaremos a imagem do celestial em Cristo (1 Co 15.42-49). Essa transição é a vitória da vida sobre a morte, da imortalidade sobre a finitude e da graça sobre o pecado.

Em seguida, fomos conduzidos à visão de Apocalipse, que amplia a esperança para além do ser humano e alcança toda a criação. O rio da vida, que flui do trono de Deus (Ap 22.1), a árvore da vida, que cura as nações (Ap 22.2), e a promessa de que “já não haverá maldição” (Ap 22.3) revelam a restauração completa: não só o crente será glorificado, mas também o cosmos será renovado. A luz de Deus iluminará tudo, como o profeta Isaías já havia anunciado: “O sol nunca mais te servirá de luz de dia, nem com o seu resplendor a lua te iluminará, mas o Senhor será a tua luz perpétua” (Is 60.19). O próprio Senhor estará no centro da eternidade, e os seus servos irãovê-lo face a face (Ap 22.4). A consumação da salvação também é a consumação da história da criação: tudo retornando ao estado de comunhão plena com o Criador, mas agora em um nível mais elevado, eterno e incorruptível.

Por fim, refletimos que essa esperança futura não nos afasta do presente, mas ilumina-o. Viver como glorificados é deixar que a realidade da eternidade molde nossas escolhas de agora (Cl 3.1-3). É no cotidiano — na escola, na universidade, no trabalho, nos relacionamentos — que a fé manifesta-se como antecipação do que virá. Ser canal da água da vida é testemunhar Cristo em ambientes marcados pela sede espiritual, respondendo ao chamado: “Se alguém tem sede, que venha a mim e beba” (Jo 7.37); e viver com uma mentalidade teocêntrica é obedecer à exortação: “Não ameis o mundo, nem o que

no mundo há” (1 Jo 2.15), escolhendo colocar Deus no centro das decisões, valores e sonhos. Somos chamados para um futuro glorioso, onde poderemos viver o presente com fidelidade, porque “a nossa leve e momentânea tribulação produz para nós um peso eterno de glória muito excelente” (2 Co 4.17).

Para o cristão, essa conclusão tem um peso especial. A vida pode parecer longa, repleta de escolhas, oportunidades e desafios. A esperança da consumação, contudo, lembra que cada decisão deve ser tomada à luz da eternidade. Não basta apenas buscar sucesso, prazer ou reconhecimento; é preciso viver como cidadão celestial em meio ao presente trabalhoso (Fp 3.20). Essa perspectiva dá sentido às renúncias, força diante das tentações e coragem para enfrentar as pressões de um mundo que não comprehende a fé. A consumação da salvação ensina que vale a pena permanecer firmes, porque o prêmio é certo: veremos a face do Senhor (Ap 22.4) e viveremos para sempre na sua presença. Essa é a herança prometida (1 Pe 1.4), e essa é a esperança que deve aquecer o coração da Igreja até o dia em que a fé der lugar à plena realidade celestial.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. 23. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2011.
- AQUINO, Tomás. **Suma Teológica**. Vol. 2. São Paulo: Editora Paulus, 2002.
- Bíblia de Estudo Palavras-Chave: Hebraico - Grego**. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2011, 2020.
- ARRINGTON, Franch L.; STRONSTAD, Roger. **Comentário Bíblico Pentecostal Novo Testamento: Romanos — Apocalipse**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2017.
- BERGSTÉN, Eurico. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2016.
- Bíblia Sagrada: Almeida Revista e Corrigida**. São Paulo: Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.
- BLECH, Benjamin. **Se Deus é bom, por que o mundo é tão ruim?** Vol. 1. São Paulo: Editora Séfer, 2006. Recurso eletrônico. Disponível em: https://blog.sefer.com.br/wp-content/uploads/2020/04/ebook_se-deus-e-bom_1_1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.
- COLLINS, Kenneth. **Teologia de John Wesley**: O Amor Santo e a Forma da Graça. 1.ed. Rio de Janeiro: 2010.
- DANIEL, Silas. **Arminianismo a Mecânica da Salvação**: Uma exposição histórica, doutrinária e exegética sobre a graça de Deus e a responsabilidade humana. 1.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.
- Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. 1.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.
- FEINBERG, John S. (Ed. Org.). **Continuidade e Descontinuidade**: Perspectivas sobre o relacionamento entre o Antigo e o Novo Testamento. São Paulo: Hagnos, 2013.
- GILBERTO, Antonio. **O Fruto do Espírito**: Plenitude de Cristo na Vida do Crente. Rio de Janeiro: CPAD, 2019.
- GONÇALVES, A. **Glossolalia e a Formação das Assembleias de Deus**: Um Resgate Histórico da Soteriologia e Pneumatologia do Início do Movimento Pentecostal. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2022.

- HORTON, Stanley M. (Ed.). **Teologia Sistemática**: Uma Perspectiva Pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 2019.
- LIVINGSTON, George Herbert; COX, Leo G. **Comentário Bíblico Beacon**: Gênesis a Deuteronômio. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2014.
- LONGMAN III, Tremper (Ed.). **Dicionário Bíblico Baker**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2023.
- MAYFIELD, Joseph H.; EARLE, Ralph. **Comentário Bíblico Beacon**: João a Atos. Vol. 7. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2014.
- OLSON, Roger E. Olson. **Teologia Arminiana**: Mitos e Realidades. 1.ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2013.
- PEARLMAN, Myer. **Conhecendo as Doutrinas da Bíblia**. São Paulo: Editora Vida, 2009.
- PEARLMAN, Myer. **Atos: E a Igreja Fez Missões**. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 1995.
- SCHAEFFER, Francis A. **Verdadeira Espiritualidade**. São Paulo: Cultura Cristã, 2021.
- STAMPS, Donald. C. **Bíblia de Estudo Pentecostal**: Edição Global. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2022.
- STOTT, John. **A Cruz de Cristo**. São Paulo: Editora Vida, 2006.
- SUASSUNA, Ariano. **Ariano Suassuna discorre sobre Deus e o sentido da vida**. [Entrevista]. Publicado por: Canal Brasil. YouTube, 24 jul. 2014. 1 vídeo (4:12 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Beq961fusnk>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- TAYLOR, Richard; HARPER, A. F. (et all). **Comentário Bíblico Beacon**. Vol. 10. Rio de Janeiro: editora CPAD, 2014.
- TILLICH, Paul. **A Coragem de Ser**. 5.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1976.
- TOZER, A. W. **O cristão surpreendente**: Como os verdadeiros filhos de Deus vivem na terra. São Paulo: Editora Hagnos, 2020.
- VINE, W. E.; UNGER, Merrill F. (et all). **Dicionário Vine**: O significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2013.

PLANO PERFEITO

"Como posso ser salvo?" (Atos 16.30) — essa é a pergunta central da vida humana.

Com base na Palavra de Deus, esta obra apresenta a salvação como um dom divino, revelado em Jesus Cristo e aplicado pelo Espírito Santo.

De forma clara e didática, o autor conduz o leitor por temas essenciais como pecado, justificação, graça, fé, arrependimento, adoção e perseverança.

Mais do que informação, este livro é um convite a experimentar a graça de Deus em sua plenitude, recebendo o perdão, vivendo a transformação e desfrutando da esperança que somente Cristo pode oferecer.

A salvação é o presente mais precioso que o ser humano pode receber. Que, ao ler estas páginas, você se aproxime mais de Deus, fortaleça sua fé e descubra a beleza do plano divino de redenção.

Que aprenda a compreender, valorizar e viver essa doutrina preciosa, de modo que a sua vida se torne um testemunho vivo da graça transformadora de Cristo.



Marcelo Oliveira

Bacharel em teologia (FAECAD-RJ), especialista em Pedagogia — Gestão e Docência (PUC-PR), licenciado em Letras (UNESA-RJ) e acadêmico em Psicologia (UNESA-RJ). Atualmente, é o Chefe do Setor de Educação Cristã da CPAD, editor da revista *Lições Bíblicas Adultos*, comentarista da revista *Lições Bíblicas Jovens* (LBJ) e autor de obras publicadas pela CPAD. Atua como pastor auxiliar na Assembleia de Deus em Dr. Augusto Vasconcelos – RJ.



CPADVideo

f editoraCPAD

editora_cpad

t EditoraCPAD

ISBN 978-85-5968-588-2



78908234021613